RS e SC Cr$ 7,00 — Outros Estados Cr$ 10,00

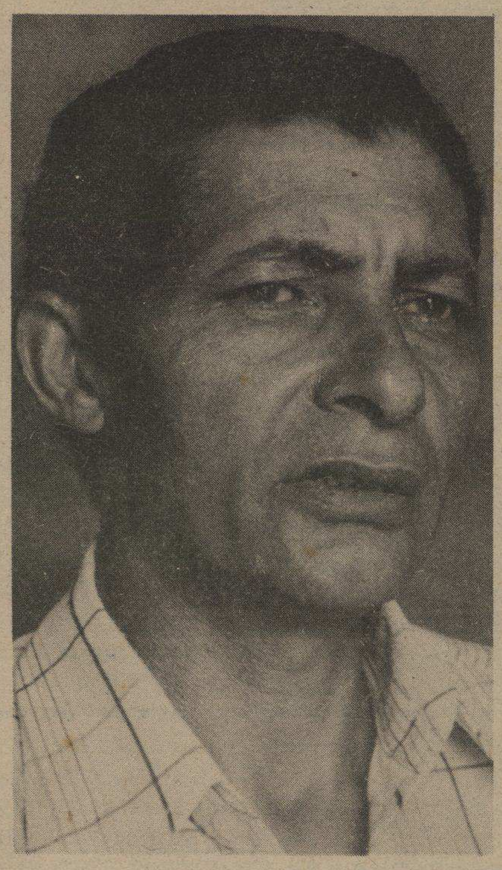
COOJORNAL

ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

Porto Alegre, Ano II, nº 20 — Setembro de 1977

MENEGHETTI: "ESTOU ARREPENDIDO"

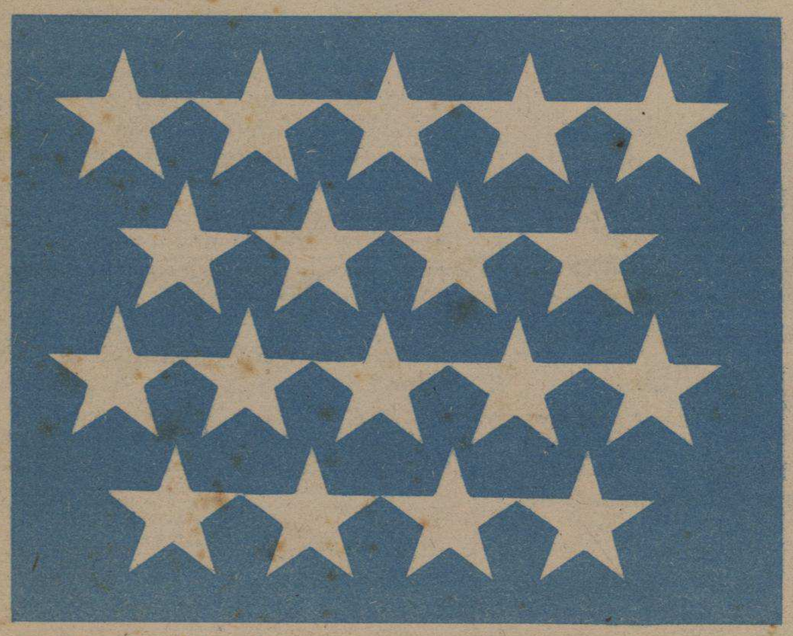
UFRGS: A CRISE EM CASA NOVA



EXCLUSIVO

O CRIME QUE ABALOU O BRASIL

(23 anos depois, Alcino conta por que matou o major Vaz)



O OLHO DOS EUA NA DEMOCRACIA BRASILEIRA

Por que demora o julgamento de Flávio Alcaraz

O FILÃO DA MULHER PELADA

Apesar dos preços, as revistas com mulher nua vendem cada vez mais

coojornal

Este jornal, criado em 15 de novembro de 1975, pertence à primeira cooperativa de jornalistas do Brasil, a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda., fundada em 24 de agosto de 1974. A COOJORNAL tem 315 sócios. É uma organização administrada pelos próprios jornalistas, com uma diretoria eleita em assembléia geral. Cada associado, independente de sua participação em capital, tem os mesmos direitos nas decisões de assembléia. Além da diretoria, a COOJORNAL tem um Conselho Editorial para orientar a linha e qualidade de suas publicações próprias e de 18 outras publicações que faz para terceiros.

Editor
Elmar Bones da Costa
Redação
Jacqueline Joner, Jorge Polydoro, José Antônio Vieira da Cunha, Osmar Trindade, Rosvita Saueressig (editores), André Pereira, Carlos Rafael Guimarães, Marcelo Oscar Lopes, Elaine Lerner, Jorge Freitas, Najar Tubino, Luiz Cláudio Cunha, Marco Antônio Schuster, Maria Angélica de Moraes, Ricardo Schmit, Vera Teresa Costa, Marina Wodtke, Lenora Vargas (**repórteres e redatores**), Luís Recena Grassi, Severino Góes, Maria da Graça Seligman (**Brasília**), Gilberto Pauletti (**Rio**), Lucila Camargo, Jorge Escosteguy, Geraldo Hasse, Patricio Renato (**São Paulo**), Hélio Teixeira (**Curitiba**), Paolo Marconi (**Salvador**), Gleizer Naves (**Belo Horizonte**), José Maria de Andrade (**Recife**), Luiz Lanzetta (**Florianópolis**), Eneida Serrano, Luiz Abreu (**fotografia**), Juvenal da Luz, Luís Carlos Ferré (**arte**), Jorge Gallina, Lilian Bem David (**diagramação**), Francisco Alba (**Departamento Industrial**), Dejair Boeira, Maria Isabel Timm, Beti Stifelman, Paulo Roberto França (**revisão**), Nilson Figueiredo, Carlos Rios (**Produção**), Paulo Sá, Atil Vineton, Luiz Gustavo, Jorge Patrício (**montagem**), Hélio Pinho, Ivan Carlos Franco, Júlio César Romano (**composição**)
Gerência
Eládio Dios V. da Cunha
Comercial
Gabriel Matias e Leonardo Dourado
Circulação e Assinaturas
Carlos Alberto Wagner, Gilberto Taurino Ribeiro, Sérgio Gigante
Números atrasados
À venda somente a partir da edição nº 10. Custo de cada exemplar: preço da última edição na banca. Pedidos devem ser acompanhados do respectivo valor, em cheque ou vale postal em nome de Coojornal.
Endereço
Rua Comendador Coruja, 372 — Porto Alegre, RS — CEP 90.000
Fones 218984 e 240951 — Telex (051) 1605
Registro nº 33170/Livro A1
COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE LTDA.

ASSOCIADOS: José Antônio Vieira da Cunha (Presidente), Osmar Trindade (Vice-Presidente), Marcelo Oscar Lopes (Secretário), Luís Cláudio Cunha, Jorge Olavo de Carvalho Leite, José Guaraci Fraga, Carlos Karnas, Antônio Oliveira, Maria da Graça Seligman, Assis Hoffmann, Emanuel Gomes de Mattos, Carlos Henrique Bastos, Edgar Vasques (Conselheiros de Administração), João Borges de Souza, Tomás Irineo Pereira, Alberto André, Agnese Schiffino, Sérgio Becker, Antônio Gonzales, Carlos Mosmann, Luiz Carlos Felizardo, Euclides Torres, Leo Tavejnhanski (Conselheiros Fiscais), Jorge Polydoro (Diretor-Superintendente), Adélia Yates Porto da Silva, Ademar Vargas de Freitas, Affonso Ritter, Angela Riccordi, Antônio Britto Filho, Antônio Dreon, Arthur Monteiro, Carlos Alberto Kolecza, Carlos Urbim, Celso Rosa, Claiton Selistre, Clarice Aquistapace da Silva, Caco Barcelos, Danilo Ucha, Delmar Marques, Fernando Albrecht, Elmar Bones da Costa, Erni Quaresma, Floriano Soares, Gládis Ibarra, Imara Stallbaum, Jandira Maria César, José Antônio Ribeiro, Félix Valente, Julieta Nunes Pereira, Licínio de Azevedo, Luiz Carlos Merten, Luiz Francisco Terra Júnior, Luiz Fonseca, Maria Angélica de Moraes, Maria Wagner, Marina Wodtke Abu-Jamra, Mário Marcos de Souza, Marques Leonam Borges da Cunha, Nirce Levin, Otacílio Grivot, Paulo de Tarso Riccordi, Paulo Gerson A. de Oliveira, Pedro Maciel, Regina Vasquez, Renato Pinto da Silva, Ricardo Chaves, Rosvita Saueressig Laux, Sérgio Moita, Silmar Müller, Walter Molina, Hermelindo Macedo, Clóvis de Oliveira Malta, Omar de Barros Filho, João Carlos Ferreira da Silva, Lenora Vargas, Leonid Streliaev, Divino Fonseca, J. B. Scalco, Eva Maria Caparelli, Maristela Bairros, Luiz Rache Vitello Fº, Telmo Zanini, Iara Bendati, Afonso Licks, Rogério Mendelski, Carlos Rodrigues, Victor Hugo Sperb, Jaime Klintowitz, Silvio Ferreira, Ana Amélia de Lemos, José Onofre, Alberto Blum, Flávio Dutra, Jorge Martins Freitas, Renan Antunes de Oliveira, Mário Eugênio da Rocha, João Batista Aveline, Dorival Pacheco, José Lauro Dieckmann, Gerson Schirmer, Rejane Baeta, Fernando Goulart, Paulo Burd, Gomercindo Coitinho, Carlos Salzano, Laila Pinheiro, Marinória Schilling Osório, Hélio Gama, Geraldo Hasse, Gilberto Pauletti, Jorge Escosteguy, Luiz Oscar Matzenbacher, Olyr Zavaschi, Ademir Fontoura, Flavio Porcello, Virson Holderbaum, Carlos Fehlberg, Jussara Pereira Coelho, Luiz Paulo de Pilla Vares, Paulo Roberto Maciel, Luiz Afonso Franz, Andre Pereira, Eugênio Bortolon, Mário Luiz Madureira, Roberto Manera, Cláudio Levitan, José Antônio Simch da Silva, Maria da Graça Guindani, Sérgio Caparelli, Lauro José de Quadros, Maria Inês Burger Marques, José Antônio Pinheiro Machado, Olívio Lamas, Silvia Costa, Judith Martins Costa, Sérgio Toniello, José Abu-Jamra, Francisco Dias Lopes, Lilian Bem David, Nilson Figueiredo, Roberto Alves D'Azevedo, José Erasmo Nascentes, Beatriz Polydoro, Hipólito Pereira, Fernando Rômulo Bueno, Edgar Lisboa, Antônio Carlos Mafalda, Valdir Barbosa Paz, Sérgio Arnoud, Ivan Pinheiro Machado, Maroni João da Silva, Luiz Augusto Rebês de Abreu, Vera Regina Monteiro, Amauri Mari de Melo, Paulo Macedo, Marco Antônio Schuster, Neuza Tasca, Otília Maria Goulart, Roberto Appel, Ivo Egon Stigger, Elaine Lerner, Alda Suzete Rosa Souza, Carla Irigaray, Tânia Barros, Tânia Jamardo Faillace, Santa Irene Rosa, Paulo Denis Pereira, Ayrton Kanitz, Pedro Macedo, Terezinha Tellini Figueredo, Iaraporan Müller, Zélia Leal, Luiz Alberto Arteche, Neuza Maria Ribeiro, Edgar Planella, Marcos Antônio Baggio, Edna Della Nina, Armindo Antônio Ranzolin, Vilmo Medeiros, Paulo Poli, André Jockyman, Jayme Copstein, Raul Rübenich, Cíntia Maria Nahra Leal, Leonardo Berlese Dourado, Edson Gomes Chaves Fº, João Paulo Lacerda, Luiz Fernando Lima da Silva, Verlaine Maria Silveira, Adroaldo Bauer Spindola Correa, Vera D. Barcellos, Sibyla Loureiro, Humberto Andreatta, Maria Eneida Serrano, Jacqueline Joner, Ronaldo Westermann, Luiz Carlos Mello, Alfonso Abraham, Wladymir Ungaretti, Danilo Miralles, Gabriel Matias, José Luiz Chiarelli, Fernando Dibe Pinto, Floriano Correa, Milton Saldanha Machado, Miriam Tereza Chagas de Moura, Paulo Antônio Fogaça, Severino de Araújo Góes, Fernando Guedes, Neltair Rebés Abreu, Maria da Graça da Silva, Walmaro Paz, Ana Elusa Sperb Rech, Milton Wels, Maria Helena Brancher, Maria Luisa Paim Teixeira, Júlio Tadeu Sortica, Ana Maria Lopes de Almeida, Edson Luiz Kozminski, Najar Tubino, Marise de Martini Fetter, Luiz Antônio Kozminski, Jurandir Silveira, Alfredo Fedrizzi, Carlos Roberto Dorneles, Ricardo Schmitt, Carmem Maria Laviaguerra, Nelson Baibich, Francisco Daniel L. da Silva, Orlando Carlos Brasil, Vera Teresa Costa, Juarez Fonseca, Carlos Gilberto X. da Rocha, Jorge Gallina, Maria Eloir da Silveira, Renato Kern, Vera Suzana Kern, Valmório Oliveira Rios, Evaldo José Gonçalves, Helton Ricardo Barreto, Higino Cosme Barros, José Enedir Francisco, José Roberto Garcez, Luiz Telmo Emerim, Valdir da Silva, Norberto Hoffmann, Sérgio Batsow, Cândido Augusto Cruz, Francisco Juska Filho, Carlos Rafael Guimarães, Gilberto Ribas dos Santos, Carlos Frederico Menz, Eduardo Serrano San Martin, Ilza Maria Tourinho Girardi, Eugenio de Faria Neves, Carlos Eduardo Athanazio, Renato Canini, Wilmar de Oliveira Marques, Acari Amorim, Waldoar Teixeira, José A. Souza Pinto Netto, Pedro Sosa Pereira, Ênio Roberto Nugent da Rocha, Ana Maria Smidt, Eduardo Soares Guimarães, Alberto Magno Filgueiras, Antônio Carlos Rosito, Iara Terezinha Schilling Pereira, Fernando Fuentes Lindote, Fernando Saes, Miriam Costa Correa, Nestor Fedrizzi, Odilon Abreu, Laerte Martins, Silvio Correa, Luís Carlos Ferreira, Aníbal Bendati, Arthur Xavier de Oliveira Filho, Carlos Roberto Silveira, Carlos Alfredo Smich da Silva, Olides Canton, Roberto Augusto Thomé, Rogério Räupp Ruschel, Luiz Fernando Veríssimo, José Luiz Goulart Prévidi, Maria Elaine Alves Borges, Eduardo Rômulo Bueno, Guaracy de Souza Cunha, Marco Túlio de Rose, Mauro César Silveira, Mauro Pacheco Toralles, Luiz Ricardo Lanzetta, Alice Inês de Verney Lorenzi, Ana Maria Barros Pinto, Lotário Neuberger e Ubirajara Silva Prates, Antônio Canabarro Trois Filho, Bernadete dos Santos Viana, Carlos Alexandre Gruber de Castro, Cristina Baptista Pereira, Eloisa Beatriz Enck Gonçalves, Jane Elisabete Peters, José Ribeiro Fontes, Mário Alberto Nascimento, Patrício D'Ávila Garcez Bentes, Paulo Antônio Coelho de Barros, Raul Zoratto Sanvicente, Riomar Bêssio da Trindade, Rômulo Kraft, Vera Maria Bosak, Raul Quevedo, Ricardo Bolsoni, Mirta Vieira Coelho, Juvenal B. da Luz Neto e Juan Carlos Gómez.

Associado à
AJOCOOP
Associação dos Jornais e Revistas de Cooperativas

CARTAS

Caro leitor,

Numa madrugada de agosto, um homem foi morto a tiros numa rua do Rio de Janeiro.

Ficou estendido na calçada com duas balas 45 no peito, enquanto o criminoso escapulia, sumindo pela madrugada.

No Palácio do Catete, não muito longe dali, a notícia do crime arrancou o seguinte comentário do presidente da República:

— Eles precisavam de um cadáver, agora o têm.

Realmente foi o cadáver que os inimigos de Getúlio Vargas, eleito quatro anos antes com quase 4 milhões de votos, precisavam para derrubá-lo.

Dezenove dias depois, era o próprio presidente que, acossado por acusações de todos os lados, dava um tiro no peito.

É a maior tragédia brasileira e o pior é que agora, passados 23 anos, aumentam as evidências de que tudo não passou de uma sórdida trama.

Nesta edição apresentamos o depoimento inédito do homem que matou naquela noite de agosto. Ele é Alcino João do Nascimento, hoje com mais de 50 anos, que aqui fala pela primeira vez depois do crime.

Descobri-lo custou ao repórter Palmério Dória Vasconcelos quase 40 dias de buscas incansáveis. Alcino vive num remota vila da Baixada Fluminense e convencê-lo a falar — mesmo depois de conseguir uma autorização do juiz — não foi fácil.

Em liberdade condicional, depois de 21 anos e 8 meses de cadeia, Alcino ainda teme pelo que lhe possa acontecer uma vez divulgada a sua verdade.

A maioria dos livros de História registram assim o seu crime: "A principal figura dos ataques da oposição era o belicoso jornalista Carlos Lacerda. Se ao menos pudessem removê-lo **do cenário político, talvez se salvasse a situação. Estes seguidores de Getúlio decidiram tomar o assunto em suas próprias mãos. O general Mendes de Morais e o Deputado Federal Euvaldo Lodi sugeriram a Gregório Fortunato, chefe da guarda presidencial do palácio, que seu dever era cuidar de Lacerda. Gregório, um gaúcho analfabeto, que há mais de 30 anos servia fielmente a Getúlio, viu aí a ocasião para prestar ao presidente o seu maior serviço. Sem o conhecimento de Getúlio, arranjou um pistoleiro profissional para assassinar Lacerda" ("Brasil de Getúlio a Castelo", de Thomas Skidmore, pág. 175).**

Leia o impressionante depoimento de Alcino e veja como foi obtida essa versão oficial. Dá a impressão de que se o Brasil é feito por nós, a sua história nem sempre. Páginas 15, 16, 17 e 18.

●●●

Na página 25, lançamos uma discussão delicada: qual o interesse dos Estados Unidos na chamada redemocratização do Brasil? De que cuidados ou precauções se devem munir os verdadeiros democratas para evitar uma abertura tipo a de 1945? É bom lembrar que nesse período a liberalização no campo político, depois da queda de Getúlio Vargas, durou apenas seis meses, enquanto na área econômica, a "abertura democrática" — que consistiu basicamente na revogação de dispositivos de restrição ao capital estrangeiro — prolongou-se sem interrupções, dando vazão à enxurrada de capitais americanos que inundou o país, como nunca antes.

O Editor

Cassados

Senhor Editor:

Passando há dias pela Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro, tive oportunidade de ver exposto numa banca de jornais o número 18, de julho, do Coojornal.

Chamou-me a atenção a matéria da capa e interessei-me pela compra de um exemplar. Levei-o para Itatiaia onde passei o último fim de semana, em meu Sítio Jangada, e li com atenção e entusiasmo várias das matérias constantes do seu jornal.

A reportagem sobre as cassações "De Prestes a Alencar Furtado: 4.682 cassados" está excelentemente feita e revela um trabalho de pesquisa de alto gabarito. Mas não só essa reportagem merece elogios. Várias outras — eu diria mesmo todas — são matérias de alto valor.

Quero apresentar a V.Sª e por seu intermédio a todo o corpo redacional e administrativo do *Coojornal* os meus mais entusiásticos parabéns. Trata-se de um jornal sério, corajoso e honesto. Enquadra-se ele numa das razões pelas quais acredito em meu país, o Brasil.

Ao voltar ao Rio comprarei vários exemplares desse número do *Coojornal* e distribuirei entre meus amigos, até mesmo a Alencar Furtado, caso ele não tenha obtido ainda aquela publicação.

Reiterando os meus entusiásticos aplausos pela elevada qualidade do jornal por V.Sª editado, apresento-lhe os meus cordiais cumprimentos.

Hélio de Almeida, deputado federal, Brasília, DF

Editores:

Ao adquirir o número de julho é que soube da existência do esplêndido jornal que se edita aí, e por isto já vou desejando um demorado prosseguimento.

A pesquisa sobre os cassados é de fôlego e merecedora de aplausos, mas pediria que a confrontassem com a pesquisa do professor Marcos Figueiredo (JB de 21 de agosto), pois os dados não se harmonizam e, a partir daí, bem que os senhores poderiam iniciar um trabalho mais substancioso que se transformasse em livro, confiando, talvez, essa oportuna tarefa ao repórter Hamilton Almeida Filho, citado que foi na pesquisa.

Sugiro uma pequena biografia dos mais proeminentes atingidos, para enfatizar a agressão fascista de que foram vítimas. Não só dos já mortos, mas dos vivos.

Penso que um livro assim, além do sucesso de vendagem, ajudaria a incrementar o clima pró anistia que se sente estar amadurecendo no País. E esse seria o principal objetivo do livro-denúncia, que apontaria as injustiças cometidas e propugnando por uma revisão das punições como primeiro passo para a volta do Estado de Direito.

Não desanimem diante dos obstáculos atuais: censura, arbítrio, etc. Afinal, se nossa descrença vier dos homens da Justiça, então, não haverá mais jeito que dê jeito neste País. Da Justiça e da Imprensa.

A. Rocha, Rio de Janeiro, RJ

Senhores:

Aproveito a oportunidade em que faço uma assinatura para associar-me às atitudes de respeito e elogios feitos à ótima criação do *Coojornal*, pois sem dúvida trata-se de um informativo fora de série.

Desejo que esta cooperativa prospere, tanto quanto tem prosperado a intelectualidade dos jornalistas gaúchos.

Joel Machado, diretor-legislativo da Câmara de Vereadores de Sapucaia do Sul, RS

Solidariedade

Caros amigos:

Vimos mostrar nossa solidariedade neste momento de pressões sobre as atividades comerciais do *Coojornal* em evidente censura indireta que atenta contra a independência jornalística.

Preocupados com os efeitos que intromissões dessa ordem possam ter sobre o brilhante trabalho que o *Coojornal* tem realizado na valorização do jornalista profissional, demonstramos a certeza de que as entidades representativas da classe, como o sindicato e a ABI permanecerão igualmente ao lado dos companheiros gaúchos.

De nossa parte, embora ainda no início da busca dos mesmos ideais que norteiam o *Coojornal*, ficamos à disposição para toda e qualquer colaboração possível.

Saudações cooperativistas.

Ouhydes Fonseca, presidente da Cooperativa dos Jornalistas de Santos Ltda., Santos, SP

Companheiros:

Esperamos que a barra por aí já esteja mais leve. De qualquer forma, por falta de coisa melhor, nossa solidariedade.

Cineas Santos e redação do *Chapada do Corisco*, **Teresina, Piauí**

Companheiros da Coojornal:

Tomamos conhecimento das pressões sofridas pelo *Coojornal* recentemente. Elas também nos atingem. Somos cooperados congêneres e alimentamos o mesmo respeito à liberdade de expressão e o mesmo repúdio a tudo e todos que tentam cerceá-la.

Mais nos atingem estes fatos quando lembramos que nossa Cooperativa de Jornalistas do Paraná surgiu depois que o presidente e o vice-presidente da Coojornal vieram a Londrina, a nossa convite, esclarecer sobre o cooperativismo jornalístico.

Consideramos que a pressão policial sobre anunciantes é uma forma de censura, mas nos alivia a certeza de que a liberdade é objetivo que as sociedades não abandonam.

Cooperativa dos Jornalistas do Paraná, Londrina, PR

DIÁRIO DA LIBERTAÇÃO
(A Guiné-Bissau da Nova África)
Licinio Azevedo
Maria da Paz Rodrigues
Prefácio de Florestan Fernandes

Coleção TESTEMUNHOS 2 editora versus

NAS LIVRARIAS OU PELO REEMBOLSO POSTAL

Pedidos a Editora Versus Ltda
Rua Capote Valente 376
CEP 05409 — Pinheiros — São Paulo
— Cr$ 50,00 —

Ao Ministro da Justiça

Prezados Companheiros:

Tenho a honra de anexar cópia do ofício que há dias enviamos ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça, Dr. Armando Falcão, encarecendo a adoção de providências para assegurar aos anunciantes do *Coojornal*, editado por essa cooperativa, a liberdade de anunciar que lhes é conferida pelo regime de economia de mercado adotado no País. Ao mesmo tempo, postulou a ABI o respeito ao direito de informar, de opinar e de criticar dos jornalistas do *Coojornal*, violado pelas pressões efetuadas junto a esses anunciantes pelo Superintendente da Polícia Federal no Rio Grande, Sr. Macksen de Castro.

Como se depreende do teor do ofício, a Associação Brasileira de Imprensa está inteiramente solidária com os companheiros do *Coojornal* e condena a tentativa desse funcionário da Polícia Federal de condicionar a linha editorial dessa publicação, através de pressões destinadas a comprometer a sua economia como empresa. Esse aspecto parece-nos extremamente grave, pois, além de se exceder no exercício de funções censórias, o Superintendente do DPF nesse Estado procura tornar esse empreendimento jornalístico economicamente inviável, precedente de efeitos ruinosos para toda a imprensa do País, qualquer que seja a orientação editorial que seus diferentes veículos adotem.

Em nome da Associação Brasileira de Imprensa e em meu nome pessoal, peço transmitir à equipe do *Coojornal*, bem como ao numeroso corpo social da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre, o nosso compromisso de empenhar a ABI na defesa dos direitos constitucionais dessa publicação. Cordialmente,

Prudente de Moraes, neto, presidente da ABI, Rio de Janeiro, RJ

Nota da Redação: *É o seguinte o ofício da ABI enviado ao Ministro:*

Excelentíssimo Senhor Ministro
Armando Falcão

A Associação Brasileira de Imprensa lamenta comunicar a Vossa Excelência que o periódico Coojornal, *editado mensalmente pela Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre, está sendo objeto de pressões descabidas por parte da Superintendência Regional do Rio Grande do Sul do Departamento de Polícia Federal, que, excedendo aos limites de sua competência legal, designou agentes para induzirem anunciantes daquela publicação a não mais fazerem inserção de publicidades sob pena de "futuros incômodos". Em conseqüência dessa intervenção absolutamente anormal dos agentes do DPF, 80% dos anunciantes de julho do* Coojornal *comunicaram, quase coletivamente, que a partir de agosto não mais veiculariam anúncios na publicação.*

O mais grave, Senhor Ministro, é que diretores da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre e editores do Coojornal, *surpresos com o repentino comportamento de seus anunciantes e com as razões que os levaram a agir assim, ouviram do próprio Superintendente da Polícia Federal no Rio Grande do Sul, Sr. Macksen de Castro, a confirmação de que agentes do DPF foram destacados para tal missão por ordem pessoal dele. Entre os fatos que o conduziram a essa impressão sem fundamento estaria uma reportagem sobre cassações de mandatos parlamentares e direitos políticos de personalidades da vida pública, tema da capa da edição de julho do periódico.*

A Associação Brasileira de Imprensa recebeu com apreensão essa justificativa apresentada pelo Superintendente Macksen de Castro, já que esse mesmo tema foi desenvolvido em reportagens e comentários por diferentes publicações do País, num indício de que, além de não conter qualquer proposição da natureza que lhe é atribuída por aquele funcionário, tal assunto não é estranho ao interesse jornalístico, nem se reveste do caráter supostamente "contestatório" vislumbrado por tal funcionário. Este, sim, assumiu postura contestadora da disposição do Governo Federal, que recebeu como natural o exercício da crítica por diversas publicações a recentes atos de cassação firmados pelo eminente Chefe do Governo. O Superintendente Macksen de Castro, portanto, contraria no âmbito do Rio Grande do Sul a orientação que o Governo Federal adota em outras Unidades da Federação.

Além de querer condicionar a linha editorial do Coojornal, *afetando um empreendimento mantido por 316 jornalistas do Rio Grande do Sul, que com sua cooperativa pioneira abriram novo campo para o desenvolvimento da imprensa no País, o Superintendente Macksen de Castro recorre a pressões para sufocar economicamente o principal veículo da florescente cooperativa, em clara oposição aos propósitos de distensão política do Governo a que deve obediência e aos anseios de liberdade de imprensa de toda a comunidade jornalística do Brasil.*

A Associação Brasileira de Imprensa confia em que Vossa Excelência adotará as medidas que se impõem para restabelecer o direito de informar, de opinar e de criticar dos jornalistas do Coojornal, *bem como para assegurar às empresas privadas e instituições particulares do Rio Grande do Sul a liberdade de anunciar que lhes é conferida pelo regime de economia de mercado adotado no País, ora vulnerado pelo Superintendente Macksen de Castro.*

Na expectativa de um pronunciamento de Vossa Excelência, peço aceitar os nossos protestos de elevada consideração. a) **Prudente de Moraes, neto — Presidente.**

Degola

Senhor Editor

Li com maior entusiasmo a reportagem "Degola Negro", sobre os degoladores gaúchos. Realmente espantosa. Mas não posso deixar de apontar duas incorreções no texto. Em primeiro lugar a localidade Boi Preto não fica perto de Bagé. Fica perto de Palmeira das Missões e, na época, pertencia ao município de Palmeira. Em segundo, *unha de gato* nunca foi vegetação rasteira. É uma árvore, no mínimo um arbusto, dos bem criados.

Osny Lenuzza, Cruz Alta, RS

Casaldáliga

Queridos amigos:

Um grande abraço para vocês um coo-abraço. Espero que ainda estejam vivos, digo falando. Grito, logo estou vivo. Um pouco longe, mas perto na luta comum, na comum Esperança, de vez em quando é bom se encontrar. Por ora, continuo no Brasil e acabo de receber fotocópia da página que me dedicaram, segundo reportagem do amigo Guillermo Piernes. Obrigado, gente. Senti-me até importante, de gravata.

Apenas gostaria que vocês publicassem uma retificação. Houve um lapsus na entrevista. Na penúltima pergunta, os "hereges" fizeram-me dizer: "Eu não creio no Evangelho da Encarnação do Filho de Deus, mas na realidade humana" (Ave Maria!).

Eu devo ter dito: "Eu não creio numa Encarnação do Filho de Deus no ar..., mas na realidade humana". Porque eu creio, com paixão, na Encarnação do Filho de Deus, mas numa verdadeira ENCARNAÇÃO!

É só isso. A Deus o que é de Deus. (O que é do nosso Deus é dos Homens, minha gente).

Um grande abraço para todos vocês. E coragem, que logo os galos da Liberdade "quebrarán albores".

Pedro Casaldáliga, São Felix do Araguaia

Sucessão

Prezado Editor:

Como eleitor do MDB, não concordo com a opinião do bravo deputado José Costa (MDB-AL), bem como de outros próceres emedebistas, os quais sugerem o lançamento de uma anti-candidatura às próximas eleições para presidente da República. Acho que o MDB deveria proceder como fez a Aliança Liberal, ao tempo da República Velha, quando lançou a chapa de Oposição, composta por Getúlio Vargas e João Pessoa, em confronto com a chapa oficiosa de Júlio Prestes e Vital Soares, imposta à Nação pelo então presidente Washington Luiz, que se arvorava em dono do Brasil; mas que, na realidade, era apenas o presidente da República.

Procedendo como a Aliança Liberal, com uma chapa, composta, por exemplo, dos senadores Paulo Brossard e Franco Montoro, para presidente e vice-presidente, respectivamente, caberia ao MDB lançar seu programa de Governo, ou seja, de combate à inflação galopante, à corrupção desenfreada, contra o esbanjamento dos dinheiros públicos e pela moralização administrativa, assim como, também, pela volta ao Estado de Direito, com o respeito das liberdades públicas e individuais, além da pacificação nacional, com a decretação da anistia, ampla e irrestrita.

Luiz Ignacio Domingues, Coelho da Rocha, RJ

Aniversário

Senhor Presidente:

A diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre associa-se às manifestações de júbilo pelo transcurso do terceiro aniversário da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre, hoje mais uma opção importante no mercado de trabalho.

Antônio Manoel de Oliveira, presidente, Porto Alegre

Prezado Presidente:

A Associação Riograndense de Imprensa congratula-se pelo terceiro aniversário da Cooperativa, almejando-lhe continuidade de seu êxito. Abraços.

Alberto André, presidente da ARI, Porto Alegre

Senhor Presidente:

Aceite nossos cumprimentos pela passagem do terceiro aniversário de fundação desta Cooperativa, extensivo aos associados.

Atenciosamente,

Telmo Thompson Flores, presidente da Eletrosul, Florianópolis, SC

Prezados Senhores:

Ao registrarmos a passagem de mais um aniversário de fundação da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda., apresentamos em nome da Diretoria e Funcionários da Cia. União de Seguros Gerais nossos sinceros cumprimentos.

Recebam, pois, nosso reconhecimento pelo excelente trabalho desenvolvido, e nossos votos de prosperidade e felicidades no futuro da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda., e em particular a todos os seus dirigentes e colaboradores.

Hugo Reinaldo Filippini, chefe do Depto. Relações Públicas, de Porto Alegre

Caro Presidente:

Os companheiros da Abril-Porto Alegre, ao mesmo tempo contentes e compungidos, incapazes de conter a emoção, expressam aos colegas desta combativa e exemplar Coojornal os seus mais calorosos votos de congratulações pelo terceiro aniversário de fundação de nossa cooperativa. Só um pedido: continuem.

Um abração

Sucursal Abril — Porto Alegre

Senhor Presidente:

Congratulamo-nos com a Cooperativa dos Jornalistas — Coojornal — por mais um ano de existência. Externamos nossas esperanças de que as etapas da luta desigual sejam vencidas pela persistência e tenacidade de seus cooperados. Contem com a solidariedade da classe médica cooperativista.

Unimed-RS — Federação das Cooperativas Médicas do Estado do Rio Grande do Sul — Santa Maria

Nota — **As cartas para a redação devem conter nome e endereço completo do remetente para que sejam publicadas.**

SANTIAGO

TFP, agora no exterior

Parecia que a furiosa TFP — Sociedade Brasileira para a Defesa da Tradição, Família e Propriedade — tinha recuado depois das violentas críticas que recebeu no ano passado à sua atuação. Seus adeptos, carregando estandartes vermelhos, abandonaram as ruas, as notícias sobre a sociedade desapareceram dos jornais.

O trabalho, no entanto, continuou. As idéias de Plínio Correa de Oliveira, fundador e presidente da TFP, periodicamente surgem nas páginas de alguns dos principais jornais brasileiros. E agora um folheto escrito em inglês, e impresso a quatro cores em caro papel couchê está circulando no exterior com a história da sociedade.

O folheto é generoso em elogios tanto para a TFP como para seu criador. Diz que Plínio Oliveira é bisneto de um ministro de Dom Pedro II, estudou com os jesuítas, formou-se em Direito no Largo de São Francisco, é católico exemplar e está colocado "no primeiro time dos intelectuais brasileiros", graças a seus trabalhos.

O texto-reportagem explica que este paulista de 69 anos conta entre seus feitos o de ter denunciado a existência de uma "legislação socialista" que criara uma séria crise habitacional no Brasil, com o congelamento dos aluguéis. "Os demagogos", esclarece o texto para americano ver, "reagiram violentamente mas prevaleceu o bom senso. O congelamento foi eliminado. E hoje as cidades brasileiras exibem um dos mais altos índices de novas construções do mundo, graças ao capital privado atraído para este campo".

Mais adiante há exaltações para a TFP e sua ação, iniciada em 1960 com o combate à "grave ameaça de uma reforma agrária socialista e confiscatória" no Brasil. E vem uma advertência: "Os membros da TFP nunca atacam mas devolvem quando são atacados. Para isto tomam eficientes cursos de defesa pessoal especialmente organizados pela sociedade". Estes membros são em sua maioria jovens (75%) de 16 a 30 anos, de "todas as camadas sociais".

O texto destaca o lema da TFP ("A juventude não foi feita para o prazer, e sim para o heroísmo") e informa que seu exemplo foi bem recebido "em todas as nações irmãs da América do Sul", onde têm organizações que seguem a doutrina básica dos livros de Plínio Oliveira: Sociedade Argentina de Defesa da Tradição, Família e Propriedade; Sociedade Chilena de Defesa da Tradição, Família e Propriedade; Sociedade Uruguaia de Defesa da Tradição, Família e Propriedade; Núcleo Venezuelano de Defesa da Tradição; Sociedade Colombiana de Defesa da Tradição, Família e Propriedade; Comitê de Jovens Equatorianos pró-Civilização Cristã; e a Tradição e Ação, no Peru.

O folheto da TFP em inglês

Comitês para comprar

Os vendedores de produtos alimentícios costumam esperar ansiosos à porta da reunião onde dirigentes de cooperativas de consumo de Minas Gerais estudam suas propostas de fornecimento. Quando a porta se abre os eleitos são chamados a compartilhar das decisões e os preteridos retiram-se cabisbaixos. Mas nem por isto deixarão de comparecer no mês seguinte a este inusitado encontro. Afinal, nos últimos 18 meses este tipo de reunião movimentou Cr$ 27 milhões.

Foi exatamente há um ano e meio que as cooperativas de consumo de Minas reuniram-se em cinco comitês de compras que centralizam os pedidos de fornecimento de mercadorias a cerca de 70 cooperativas de Belo Horizonte e arredores, como se se tratasse de uma grande rede de supermercados.

Na verdade, é justamente do exemplo dos supermercados que as cooperativas de consumo estão retirando hoje as lições fundamentais de sobrevivência no mercado Unificadas em comitês — cada um é representado por um coordenador, num sistema de rodízio mensal — as cooperativas de consumo alcançaram um poder de barganha semelhante ao que possui um gigantesco supermercado.

Mais do que isso: financiadas pelo Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), as cooperativas adquiriram o indispensável capital de giro para negociar com fornecedores e, em conseqüência, a garantia financeira de compras em grande volume — o que garante a redução do custo, calculada de 20 a 25%, no caso mineiro. Assim, sobre os Cr$ 27 milhões movimentados até agora, tem-se uma cifra variável entre Cr$ 5,5 milhões e Cr$ 6,5 milhões de economia em custos.

Estas informações levadas por um técnico do Incra, Enildo Caldeira, à Reunião dos Dirigentes de Cooperativas de Consumo que se realizou no fim de agosto, em Porto Alegre, teve o dom de arregimentar os defensores da criação de um comitê de compras na Grande Porto Alegre.

Dezenove dirigentes de cooperativas pronunciaram-se favoráveis à idéia e fazendo cálculos rápidos no número de associados-consumidores que seriam servidos pelo comitê chegaram a um contingente animador: 200 mil pessoas. E marcaram para o final de setembro uma nova reunião, desta vez decisiva, para criar o comitê gaúcho.

Resta agora esperar que os órgãos do Governo acionem o sinal verde nesta nova reunião para que o comitê (uma idéia vislumbrada em março último, durante o IV Seminário Gaúcho de Cooperativismo) materialize-se.

Entra Castello, saem os pelegos

Depois de conviver mais de dez anos com uma situação de conivência com as más condições de trabalho, com a censura e afins, os jornalistas de Brasília podem respirar mais aliviados. O alento veio com a eleição de Carlos Castello Branco para a presidência do Sindicato dos Jornalistas de Brasília.

Na sua proposta, Castello, o mais respeitado colunista político do país (mantém uma coluna no diário carioca, Jornal do Brasil) diz que "um sindicato de trabalhadores, ainda mais um sindicato de trabalhadores da imprensa, tem o dever de defender e fazer valer os direitos dos trabalhadores que representa — todos aqueles direitos assistenciais que reclamamos virilmente como direito e jamais mendigaremos como favores — mas principalmente os direitos específicos da nossa categoria profissional: os direitos dos jornalistas e do jornalismo".

Para Castello, isto significa acima de tudo, "os direitos à liberdade de informar, opinar, de pensar e de dizer. Os direitos de defender os direitos do homem".

Mas, para terminar com uma oligarquia de treze anos comandada pelo candidato à reeleição Arnaldo Ramos, redator do Ministério da Justiça, a luta não foi fácil. Como depõe o repórter Carlos Marchi da sucursal do Jornal do Brasil em Brasília, e um dos principais articuladores da candidatura de Castello: "Convencer o Castello a candidatar-se não foi fácil. Vencer a barreira do personalismo, pior ainda. Agora, ganhar de uma situação conformista e obediente, conveniente e flexível aos favores oficiais é mais que uma demonstração de união e força: pode ser sinal de novos tempos".

E as dificuldades continuaram durante a campanha. A maioria dos jornalistas não era sindicalizada, muitos não tinham nem registro na DRT. "Os resultados começaram a aparecer e começamos a enfrentar a máquina do Sindicato: a diretoria protelava o deferimento dos pedidos de sindicalização, para que os novos associados não pudessem votar", conta Hélio Doyle, da sucursal de Brasília da revista Veja.

A chapa Sindicato Livre, liderada por Castello, teve também três nomes impugnados. Mais tarde, porém, a Delegacia Regional do Trabalho indeferiu o veto aos nomes. "Além disso, toda a campanha da situação foi feita com base em acusações contra o Castello. Não esperávamos jogo limpo por parte da situação, mas a sujeira foi maior do que pensávamos", diz Doyle.

Mas o resultado de intensa campanha de visitas às redações foi compensador. Castello teve 243 votos contra 142 de Arnaldo Ramos. Após o resultado, uma festa e uma faixa que parecia resumir todo o pensamento da diretoria eleita, cuja média de idade é de 33 anos: "Viva o Sindicato Livre... dos pelegos".

Severino Goes

Foto de **LUIZ ABREU**

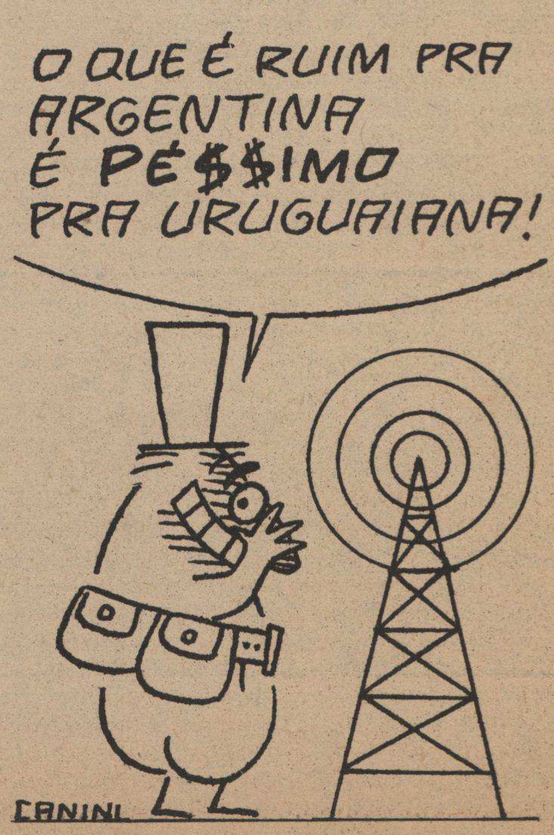
Para não incomodar os vizinhos

Falta algo nas paradas de sucesso de Uruguaiana. Uma visita dos agentes da Polícia Federal às rádios Charrua e São Miguel determinou a exclusão de todos os programas da música "Don't Cry For Me, Argentina", interpretada pela inglesa Julie Covington, e liberada no resto do país. Ocorre que a canção faz parte da ópera-rock *Evita* de Tim Rice e Andrew Weber, longe de sintonizar com as preferências musicais do general Jorge Videla.

Jorge André, diretor de programação da rádio Charrua, diz que recebeu uma "recomendação" dos policiais para não rodar o disco porque "isto poderia causar atritos com o outro lado da fronteira".

Mas Julie Covington logo receberá companhia. A argentina Nacha Guevara — agora radicada no México, depois de ser praticamente expulsa de seu país — acaba de gravar uma versão espanhola "No Llores por mi, Argentina", evocando a figura carismática de Eva Perón, cuja popularidade ainda está atravessada na garganta dos generais.

Ayrton Centeno



Ministério em sede de cristal

Mármores, cristais, madeiras nobres. É um prédio de 200 milhões para o Ministério da Fazenda

É, no mínimo, uma incoerência com a política econômica atual do governo que recomenda contenções. O edifício de 17 andares que o Ministério da Fazenda acaba de construir em Porto Alegre custou entre Cr$ 190 e 200 milhões, o que lhe dá um custo superior a Cr$ 6 mil por metro quadrado (30 mil metros quadrados). Localizado na avenida Loureiro da Silva — área destinada aos centros administrativos do Município, do Estado e da União —, o edifício deverá reunir todos os órgãos do Ministério em Porto Alegre, mais o Serviço Nacional de Informações (SNI).

No mês passado, durante um almoço da Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil (ADVB) a futura sede dos órgãos do Ministério foi citada como um exemplo de obras suntuosas patrocinadas pelo governo. Na verdade, o conforto (ou luxo?) está presente desde os banheiros — sete em cada andar, com ar quente para enxugar as mãos — até o terraço, onde foi construído um heliporto. Talvez a única frustração: não foi liberado pelo Ministério da Aeronáutica, por inadequado.

Visto do lado de fora, o prédio é simplesmente imponente. As duas fachadas principais são totalmente de duplo cristal-bronze, importado da Inglaterra. Cada lâmina de cristal tem cinco milímetros de espessura e entre elas correm as persianas. Por causa dessas janelas escuras, o prédio, que de longe parece um enorme bloco de vidro marron, terá sempre as luzes acesas, garantidas por um gerador de energia próprio.

Mas pelo menos o projeto não é incoerente com a época. O edifício foi projetado em 1972 — nos tempos ufanistas do ministro Delfim Netto — pelo arquiteto equatoriano Jayme Zuritta Filho. A construção, entretanto, só começou em 74, quando Mário Henrique Simonsen já tentava conter a euforia.

Por alguma razão, o projeto determinou que as áreas de expediente — circulação de funcionários — tivessem o assoalho em madeira de lei — *Angelin Pedra* — trazida de Belém do Pará. E, então, o assoalho percorreu 4.400 quilômetros, surdo aos gritos daqueles que recomendavam economizar combustível. O que foi denunciado como "suntuosidade" (ou luxo) no almoço da ADVB também está espalhado pelo interior do prédio. As paredes internas dos vestíbulos são revestidas de granito ou laminado plástico e nos gabinetes o revestimento foi feito com lambris de cerejeira maciça (Cr$ 2 mil o metro quadrado, mais ou menos).

Conforto também não faltará aos funcionários. Em todas as salas haverá música ambiental, de uma central de sonorização. Nos banheiros todas as divisórias são de mármore e das torneiras deverá sair água quente em qualquer lugar do prédio. Para garantir o ar condicionado nos 17 andares, há unidades centrífugas marca Carrier, importadas dos Estados Unidos (a central Siemens, de Telefonia, também foi importada, esta da Alemanha). Completando, há nove centrais de climatizadores que farão a limpeza do ar. Para se ter uma idéia de todo o sistema, é bom saber que ele ocupa todo o 15º andar e uma boa parte de 16º.

Oito elevadores para 17 andares pode não ser considerado exagero — o padrão é um elevador para cada quatro andares — e também uma cozinha para atender até 400 pessoas não parece uma extravagância. Mas a cada andar tem mais uma copa e uma cozinha, para atender principalmente o serviço de cafezinho. Além disso, foram construídos três apartamentos de quarto e banheiro — para funcionários em trânsito — e um apartamento de mais ou menos 300 metros quadrados — com dependências de empregada, três quartos, salas e cozinha completa, considerado de luxo.

Para um edifício que durante a construção registrou a morte de sete operários, são compreensíveis os cuidados com os trabalhadores que farão a limpeza dos vidros externos. Para eles foram comprados dois balanços automáticos, que custaram cerca de Cr$ 1 milhão cada um. Já o sistema de alarme é realmente sofisticado. Normalmente são usados alarmes nas portas e vidraças, mas no prédio do Ministério da Fazenda há alarme até nas paredes. Em segurança, há também um detector de fumaça, escadas enclausuradas e mangueiras para combater incêndio em cada pavimento.

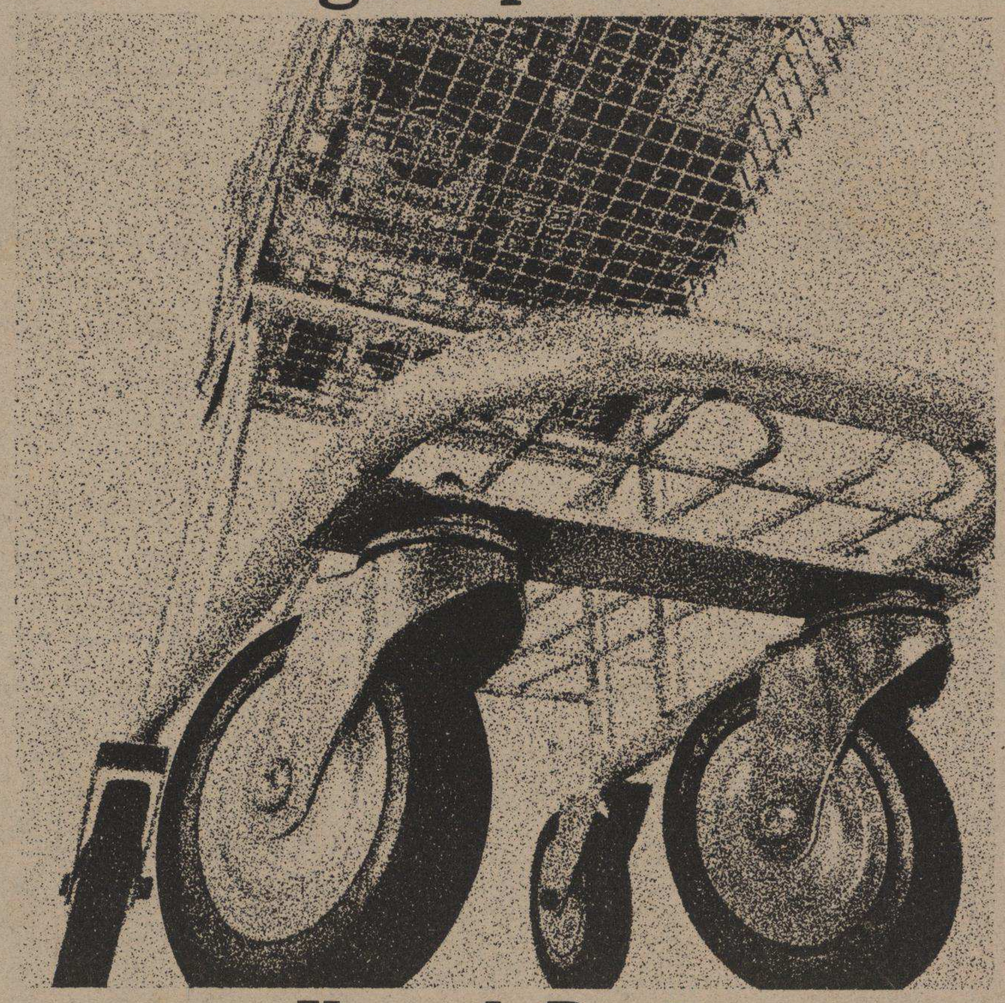
Completando o luxo e a suntuosidade, obras de arte de artistas gaúchos. Talvez uma compensação, já que as empreiteiras que fizeram a obra foram paulistas ou cariocas. Só para manutenção do prédio, está prevista uma despesa de Cr$ 500 mil por ano. Na capital de um estado que terá este ano um deficit de Cr$ 1 bilhão e 300 milhões, que não tem dinheiro para construir estradas, escolas ou contratar professores, um edifício dessa suntuosidade parece mesmo uma ironia.

Elaine Lerner

Jacqueline Joner

O caro, luxuoso e imponente projeto do arquiteto equatoriano feito em 72

Nestes tempos de crise
você precisa de um carro que
gaste pouco.



Use o do Real.

REAL
Supermercados ao gosto do freguês.

ANF1A

Perdão, Leitores

Por Luiz Cláudio Cunha

Durante quatro dias, em fins de agosto passado, 103 jornalistas brasileiros reuniram-se em Manaus na décima-primeira Conferência Nacional. A Comissão de Liberdade de Imprensa, no relatório elaborado pelo gaúcho Sérgio Caparelli, constatou o seguinte:

"Teses, moções de denúncia, protesto ou solidariedade, todos eles realçaram a importância do tema *Liberdade de Imprensa* no Brasil de hoje. Em todos, a preocupação básica de que a notícia não seja apenas um produto a mais no mercado de consumo, mas que desempenhe sua função social. A Imprensa, tendo o direito de informar, e o público, de ser informado. Alguns trabalhos, como o da censura em rádio e televisão, denunciaram a existência de fato de uma política para os meios eletrônicos de comunicação. O Estado procura tutelar a maior parte da sociedade civil e, em sua condição de tutor, decide quais fatos a população pode ter conhecimento, quais devem ser conhecidos apenas pela elite consumidora de jornais e quais não podem chegar ao conhecimento de ninguém".

"Esta sonegação de informação à maior parte do público brasileiro é condicionada e reforçada por instrumentos legais, como o dispositivo de concessão a título precário de canais de rádio e televisão, que podem ser retirados a qualquer momento, a pressão econômica, a censura, a autocensura, a Lei de Imprensa, a Lei de Segurança Nacional e a censura do próprio empresário".

Assim, para adotar uma atitude de "resistência ativa", a comissão decidiu:

— reivindicar a revogação dos dispositivos restritivos do Código de Comunicações, da Lei de Imprensa e da Lei de Segurança Nacional(...) e o restabelecimento de um regime de plenas liberdades democráticas;

— pedir ao general Geisel o fim da censura ao rádio e à TV;

— protestar contra a censura prévia a Tribuna da Imprensa, Movimento, revista Paralelo e a todos os jornais brasileiros censurados;

— enviar moção de solidariedade à Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre, devido às pressões exercidas por agentes da Polícia Federal aos anunciantes do jornal que edita, o *Coojornal;*

— conclamar a Federação Nacional dos Jornalistas a uma atitude "mais dinâmica" na luta contra a censura;

— que os jornalistas estudem "a viabilidade da instituição de Conselhos de Redação em todos os órgãos de imprensa do país, como meio de buscar a co-gestão editorial".

Pena que o documento final do encontro não se identifique com a luta mais ampla de outros setores da sociedade brasileira pelas liberdades democráticas. Em 47 linhas, a "Carta de Manaus" se limita às questões específicas dos profissionais, omitindo as preocupações dos cidadãos jornalistas.

Nós, jornalistas, ainda estamos devendo a nossa "Carta aos Brasileiros".

●●●

A falta de opinião é uma característica dos maiores e mais importantes jornais gaúchos. No momento em que se amplia o nível de crítica e se reforça o debate na imprensa brasileira, os jornais de Porto Alegre continuam a navegar ao largo, distantes, indiferentes e tranqüilos — bem mais do que a realidade que os cerca. Isso ocorre por incompetência ou simples conveniência?

A melhor resposta parece ser a segunda. As manifestações dos estudantes no "Dia Nacional de Luta", de 23 de agosto passado, por exemplo, atingiram em Porto Alegre uma violência nunca vista desde 1968: 1.500 estudantes em luta contra 700 homens da Brigada Militar, 32 detidos, jornalistas espancados. Pois bem. Embora o assunto tenha rendido de duas a quatro páginas de matéria, com grandes fotos estampadas na capa, nossos jornais curiosamente não consideraram o fato importante o suficiente para ser analisado em seus editoriais.

Zero Hora, nosso maior jornal (segundo a própria empresa anuncia no centro do país, baseada em dados da Marplan que lhe dão 38% dos leitores de terça a sábado, à frente dos outros cinco diários locais), abriu no dia seguinte, 24, quatro páginas para o conflito, mas seu editorial era dedicado ao otimismo que envolve a reforma política de Portella, num momento que "deve também ser de pacificação e desarmamento dos espíritos". Ao lado do editorial, a coluna Informe Especial era cautelosamente mais ousada, dizendo que as manifestações "podem ter reflexos negativos sobre o bom andamento do processo de aperfeiçoamento das instituições". Conclusão à lá Francelino. No Correio do Povo, versão local de O Estado de S. Paulo (o que vale é a intenção), a alienação era pior, embora o assunto tenha sido manchete da contracapa do jornal. O principal editorial do dia era o "país sem mapa". Os outros falavam sobre denúncia vazia, buracos e "o drama rodesiano". O Diário de Notícias falou do conflito na capa, ao pé da página, e dedicou o editorial à "realidade dos fatos": o depoimento do ministro Simonsen na Câmara Federal. A Folha da Tarde, nosso jornal mais reacionário, deu-se ao luxo da hipocrisia: enquanto falava em Portella e a reforma na manchete, publicava duas fotos do congestionamento monstro que assolou a cidade a partir do esquema repressivo armado contra os estudantes e informava, sem explicar, que o trânsito do centro entrou em pane total. "As fotos falam por si só", disse a FT, certamente com ironia. No editorial, falava das exportações de produtos básicos pelo RS. O Jornal do Comércio, é claro, não saiu do ramo.

A honrosa exceção, afinal, ficou com a Folha da Manhã, que além de quatro páginas publicou um digno editorial, assinado pelo secretário de redação Valter Galvani e ensinando "como irritar a pacífica população". Galvani acusou: "O tumulto limitado dos estudantes, circunscrito ao campus e suas imediações, transformou-se numa questão pública da cidade e, por obra e graça da ação da Brigada Militar, conseguiu se estender a todos os limites urbanos (...). Se o objetivo foi incomodar a população, conseguiu-se".

Nas edições seguintes, os outros jornais desperdiçaram suas chances de recuperação, insistindo em suas doutas preleções em torno de angustiantes temas nacionais, como o estímulo ao crime do Filho de Sam **(Correio do Povo), a preocupação do presidente do Banco do Brasil com o endividamento do setor industrial (Zero Hora), o petróleo e o turismo na economia brasileira (Diário de Notícias) e a exposição de animais de Esteio (Folha da Tarde).**

Por isso, nossas páginas editoriais, imunes a posições críticas diante do poder político e econômico, continuam insossas e intragáveis. E sem leitores.

●●●

O senador Jarbas Passarinho, ex-ministro do governo Médici, depôs no último dia 25 ante a Comissão de Educação do Senado, dizendo ser "um disparate, uma grossa inverdade", a versão de que as verbas para Educação decresceram, no orçamento do país, durante o período revolucionário.

No dia 31, o general Ernesto Geisel enviou ao Congresso a proposta orçamentária da União para 1978, que atinge a 401 bilhões de cruzeiros. Deste total, o ministério da Saúde terá 5,5%, a Agricultura 6,4%, a Previdência Social 11,4% e a Educação e Cultura 16,7%. Aos ministérios militares (Exército, Marinha e Aeronáutica) cabe 34,3%.

Nos lares brasileiros, prossegue a campanha via Embratel da TV Globo: "Desarme-se".

●●●

Informação de O Estado de S. Paulo de 1º de setembro último: "A população da Amazônia — acostumada a ouvir a rádio Havana, rádio Moscou, Voz da América, BBC e outras emissoras de países vizinhos — hoje às 16 horas será surpreendida por uma mensagem do presidente Geisel", com o início das transmissões diárias, em português, do Serviço de Integração da Amazônia pela Radiodifusão.

Está de parabéns o deputado estadual Celestino Goulart, líder do governo na Assembléia Legislativa gaúcha, que ocupou a tribuna, a 24 de agosto, para denunciar a origem das manifestações estudantis violentamente reprimidas no dia anterior: "A Rádio Central de Moscou, em sua transmissão do dia 30 de julho, convocou o estudantado brasileiro para a celebração de um Dia Nacional de Lutas". Goulart pode agora ficar tranqüilo de que não mais se repetirão aquelas enormes agitações estudantis que perturbam sistematicamente, há tempos a Amazônia, por culpa da rádio de Moscou e outros comunistas do éter. Difícil de entender é como que o nobre deputado, aparentemente um assíduo ouvinte da emissora moscovita, resistiu aos apelos subversivos e não saiu às ruas. Que força de vontade, chê!

Domingo que vem, alugue uma bicicleta na Redenção.

Um conselho da maior locadora
de automóveis do Brasil.

auto locadora gaúcha

escala

De que morrem as crianças

Consultas feitas nas declarações de óbitos infantis da Grande Porto Alegre, registradas na Secretaria da Saúde, concluíram que 76% das mortes de crianças de zero até cinco anos ocorrem por desnutrição. De agosto de 76 a janeiro deste ano morreram 1.572 crianças desta faixa etária, segundo os dados oficiais, sendo 1.200 por deficiências alimentares diretas (a criança) ou indiretas (durante a gestação, por desnutrição da mãe).

Estas conclusões estão contidas numa pesquisa feita por quatro estudantes de Medicina da UFRGS — Virgínia Fedrizzi, Luís Fernando Marques, Maria de Fátima Mota e Rubens Turkienics — apresentada no IX Encontro Científico de Estudantes de Medicina no Brasil (Ecem), realizado em Florianópolis de 10 a 17 de julho.

As causas, segundo os estudantes, se localizam na desigualdade sócio-econômica e as soluções incluem "medidas de progresso social desde a raiz do problema". E como primeira medida exigem uma urgente reformulação vital na política de saúde.

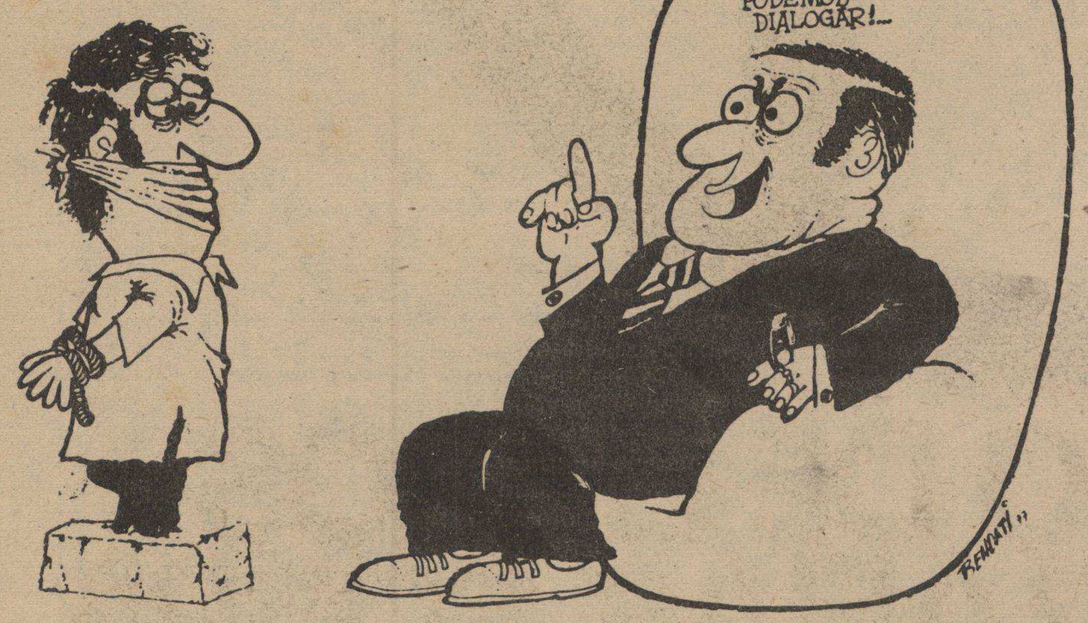
A situação sócio-econômica familiar das crianças foi levantada através das informações sobre escolaridade e profissão. Cerca de 80% dos pais são operários, trabalhadores sem especialização, agricultores, serventes e biscateiros e 87% são analfabetos ou têm apenas o primário. Das poucas mães de profissões declaradas a maioria se concentra nos serviços semi e não-especializados. E mais da metade delas tinha menos de 25 anos quando perderam seus filhos.

Para cada faixa etária as necessidades vitais de uma criança são diferentes. O baixo percentual, 5,5%, das mortes entre 1 e 5 anos, segundo a pesquisa, pode ser explicado pela adaptação dos sobreviventes, a partir desta idade, à "sua situação de carência total". Sobreviver da gestação até o primeiro ano de vida é o grande desafio.

Nesse período, quando a criança é totalmente dependente da mãe e da família, fica mais evidente que a situação sócio-econômica, a escolarização e as condições de saneamento são determinantes de sua sobrevivência.

Dos 14 municípios que compõem a Região Metropolitana de Porto Alegre, é na capital que ocorre o maior número de mortes. Os autores do trabalho ligam a expansão urbana e a migração a esse fato e concluem que a concentração de recursos econômicos, quando mal distribuídos entre a população, "preservam a miséria já existente, além de complementá-la com novos problemas".

BENDATI



Igreja no rádio e na TV

A Igreja tem muitas propostas, todas sugeridas por bispos, para participar mais ativamente nos meios de comunicação social no Brasil. Entre outros planos, poderá unir paróquias e dioceses para adquirir veículos de comunicação e ampliar mais o uso da televisão.

Estas intenções fazem parte de um relatório reservado que será apresentado pela delegação brasileira no Sínodo Mundial dos Bispos, previsto para outubro em Roma.

A Igreja está bastante preocupada com a orientação dada à imprensa, rádio e televisão brasileiros e com o que pensam os jornalistas sobre sua atuação. Por isto alguns bispos sugerem que se motive mais os jornalistas para os assuntos religiosos e que se ofereça bolsas de estudos para quem trabalha nos meios de comunicação social.

O documento episcopal salienta, porém, que agora há a consciência por parte da Igreja de que é necessário começar um trabalho evangelizador dentro dos veículos, isto é, com os profissionais de comunicação, pois há um reconhecimento bastante acentuado de que os meios de comunicação colaboram muito com a Igreja "no seu trabalho fundamental de evangelização e pré-evangelização".

Ao mesmo tempo, alguns bispos notaram que "há uma mentalidade propagandista e consumista dos que dirigem os meios de comunicação, levando a uma manipulação comercial e política do público e do veículo, uma vez que o objetivo principal é o lucro, a vendagem e não a transmissão da verdade".

Talvez por isto figurem, entre as principais sugestões catalogadas pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, as seguintes: criação de um programa semanal de televisão, tipo novela, a nível nacional; criação de uma agência central de notícias da CNBB; organização de um centro nacional de produção; e a formação de uma rede nacional de rádio e jornais ou revistas católicas.

A julgar pelas indicações dadas por muitos bispos ao relatório que a CNBB levará a Roma, muitos deles consideram importante que a Igreja aplique recursos materiais no setor, embora hoje, no Brasil, já controle direta ou indiretamente 116 emissoras de rádio, duas de televisão e 152 jornais e revistas. O documento revela que está em exame "a ajuda financeira às pequenas rádios" além de outros investimentos maiores, como o uso da televisão.

O documento também releva o fato de que "a Igreja hoje é notícia e foco de atenção permanente para os meios de comunicação social. A opinião da Igreja é levada em consideração" e ela é "constantemente chamada a dar seu parecer sempre que um fato relevante mobilize a opinião pública".

O Governo também merece alguns tópicos. Os prelados sugerem gestões contra a pornografia, no sentido de moralizar o cinema, teatro e televisão. Tanto na tevê como no cinema eles consideram que há uma influência negativa, ao apresentarem "programas de baixo nível moral", problema encontrado também no rádio e na imprensa, "que transmitem mensagens de conteúdo duvidoso ou mesmo nocivo".

Todas estas questões são consideradas tão importantes que o documento levanta inclusive a hipótese da criação de um curso de comunicação social a nível nacional exclusivamente para bispos.

Euclides Torres

Confia no Senhor e faze o bem; habitarás na terra, e verdadeiramente serás alimentado — Salmo 37:3.

Por que homenagear a antiimprensa?

O dia 10 de setembro é dedicado à imprensa no Brasil. A data foi escolhida em homenagem à Gazeta do Rio de Janeiro, *que circulou pela primeira vez em 1808. Mas nos últimos anos a data passou a ser discutida, sendo que seus contestadores argumentam em favor do* Correio Braziliense, *o jornal de Hipólito José da Costa, patrono da imprensa brasileira, e que circulou em Londres de primeiro de julho de 1808 até outubro de 1822. A* Gazeta *era editada no Brasil, e o* Correio *em Londres. Qual a diferença?*

Com a fuga de Dom João VI para o Brasil em 1806, acossado pelas tropas do general Junot, veio junto com a bagagem da Corte um material tipográfico que o Conde da Barca comprou em Londres, destinado ao melhoramento da Imprensa Régia de Lisboa. Esse equipamento talvez tenha vindo dar ao Brasil (isso não está provado e talvez nunca seja) apenas pela falta de tempo para descarregá-lo em Lisboa.

Essa é a origem da nossa imprensa. Um material tipográfico destinado à metrópole vindo por mero acaso, imprimiu a Gazeta do Rio de Janeiro. *E o que era a* Gazeta? *Tinha um palmo de altura por meio de largura, raras notícias do estrangeiro "chegadas pelo último barco", mais raras ainda do interior do Brasil e o que é pior: artigos doutrinários ofensivos aos brasileiros, pois defendiam a eternização do domínio de Portugal ao Brasil.*

No primeiro número, o exemplar trazia a seguinte e curiosa declaração. "N.B. Esta Gazeta, ainda que pertença por privilégio aos oficiais da Secretaria de Negócios Estrangeiros e da Guerra, não é, contudo, oficial. E o governo somente responde por aqueles papéis (artigos) que nela mandar imprimir em seu nome".

Sem dúvida, é curiosa a declaração de não oficialismo. Curiosa também a circunstância de ter sido o prelo entregue ao "zelo" editorial dos militares. Foi o primeiro redator da Gazeta, *cargo que conseguiu conservar até 1812, Tibúrcio José da Rocha, que ao seu cargo de oficial da Secretaria de Negócios Estrangeiros juntava a circunstância de ser padre. Tem-se, pois, que o clero, a milícia e a diplomacia, foram os precursores de nossa pobre e desprestigiada imprensa, em seus primórdios. Ao frade redator sucedeu, em 1812, um militar, o brigadeiro Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, que em 1821 passaria a função ao cônego Francisco Vieira Goulart, com o que os destinos editoriais da* Gazeta *voltaram à diretriz "divina" do clero católico.*

Por razões óbvias, a influência da Gazeta do Rio de Janeiro *foi nula, como é comum em se tratando de órgãos oficiais.*

Vejamos agora, numa síntese, a origem do Correio Braziliense *e sua influência não só em relação à Independência do Brasil como o seu peso na formação de uma opinião pública liberal e livre em relação aos seus próprios destinos.*

Ajudado pela Maçonaria, que fez abrirem-se as portas das masmorras da Inquisição católica em Portugal, Hipólito José da Costa evadiu-se para a Inglaterra em 1805. Lá fundou o Correio, *três anos depois.*

Nascido em Colônia, Argentina, criado em Pelotas e bacharelado em Coimbra, Hipólito foi obrigado a naturalizar-se inglês para não ser mandado de volta a Portugal. A Inquisição Católica pretendia queimá-lo em suas fogueiras purificadoras, pois era considerado "fra-maçon", ou pedreiro livre, conforme a linguagem da época.

Com 15 anos de duração, o Correio Braziliense *fechou depois da Independência. Durante todo esse tempo, foi um jornal político, literário, econômico e de cultura geral, conforme dizia seu cognome: "Armazém Literário". Mas parece que era mais político que todo o resto. Dele disse José Veríssimo, no Livro do Centenário: "Na enumeração dos mais notáveis jornalistas brasileiros, sobretudo daqueles que exerceram influência no espírito público do país, seria imperdoável esquecer o* Correio Braziliense, *não obstante haver sido escrito no estrangeiro".*

Não há dúvida. O Correio *de Hipólito preparou o caminho para a Independência. Foi Hipólito, através de seu jornal, por assim dizer, o precursor da propaganda da Independência e a grande voz que clamou pela abolição da escravatura no Brasil, essa nódoa que há de envergonhar sempre os brasileiro de moral sã e bons princípios de ética e caráter.*

Vernhagem disse dele: "Não creio que nenhum estadista concorresse mais para preparar a formação no Brasil de um Império Constitucional do que o ilustre redator do Correio Braziliense".

Sem dúvida. Tão forte e atuante foi a participação do jornal de Hipólito José da Costa nos albores da nacionalidade brasileira que a atenção da Corte, para combatê-lo, chegou a fundar e pagar em Londres dois jornais: a Gazeta Nacional *e o* Investigador Português. *A estes dois jornais, cuja missão, a soldo português, era denegrir o trabalho de Hipólito, deve-se atribuir as calúnias que foram lançadas e que por algum tempo conseguiram denegrir a memória do grande brasileiro.*

A própria História, porém, tem na gênese de sua formação um laboratório de idéias novas. E por mais que o tenham combatido os jornalecos pagos pela corte, a memória do patrono do jornalismo brasileiro cada vez ergue-se mais no consenso geral da nacionalidade.

O que nos falta agora é a transferência da data em que se comemora o Dia do Jornalismo Brasileiro. O 10 de setembro, que homenageia a Gazeta, *órgão oficial do dominador, é uma data execrável. Jornalistas, historiadores, patriotas e intelectuais em geral neste país, indicam o 25 de março (nascimento de Hipólito) ou o primeiro de junho, quando circulou o primeiro exemplar de seu jornal, o* Correio Braziliense.

Raul Quevedo

IX CONGRESSO BRASILEIRO DE COOPERATIVISMO

II CONCURSO DE LIVROS E MONOGRAFIAS SOBRE COOPERATIVISMO

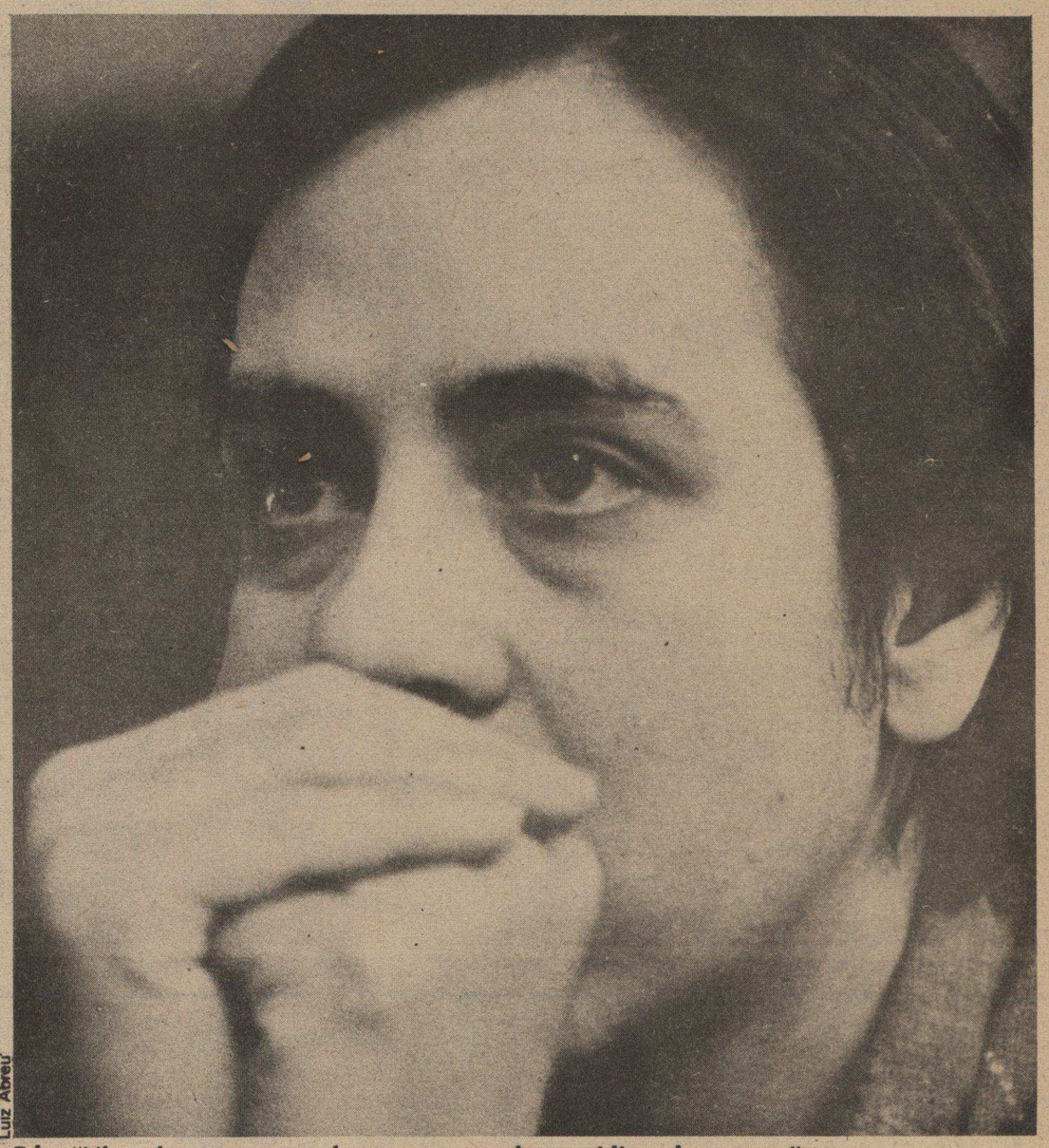
Valor total dos prêmios: 200 mil cruzeiros

1º lugar — 100.000,00
2º lugar — 60.000,00
3º lugar — 40.000,00

Estes prêmios serão ofertados pela OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária) e BNCC (Banco Nacional de Crédito Cooperativo). Pode participar qualquer pessoa de qualquer ramo de atividade de acordo com regulamento que será distribuído a partir de outubro na sede da OCB em Brasília ou nas sedes das Organizações Estaduais.

"Músico não é um boca-aberta"

Edu Lobo, 32 anos, pai de três filhos, entra no debate falando em música, no seu trabalho, em política, dando força ao movimento estudantil e malhando os críticos. Entrevista a Marco Antônio Schuster, Lenora Vargas, Lilian Bem David e Carlos Rafael Guimarães:



Luiz Abreu

Edu: "Ninguém, nem quem faz apenas acordes, está livre da censura"

Tem sentido cobrar posição política do artista, como está se fazendo muito agora?
Edu — Acho que deve. Acho que se você tem um trabalho público e tem uma linha de composição e de atuação, tem um compromisso com as pessoas. Você não pode, simplesmente, de repente, esquecer esse compromisso e achar que ele não existe mais. Acho que existe sim, e sempre vai existir. Então você está sujeito a esse tipo de cobrança.

Você não faz letra, apenas música. Que tipo de comprometimento político tem o seu trabalho?
Edu — Eu transo sons, mas acho que me comprometo na medida que ligo o meu trabalho com o do Guarnieri. É uma coisa que não faço por acaso. Eu faço porque me interessa fazer. Se você está ali, é porque está querendo, é porque leu o texto, não é idiota. Músico também pensa. Porque tem aquela imagem do músico, o cara de boca aberta, o dia inteiro ouvindo som, aquele troço assim.

Então a censura atrapalha o músico também...
Edu — Sim. Eu me lembro de um comentário que ouvi de um músico, um cara que só faz som, ele disse: "Olha, pra mim tudo bem, porque a censura não intervém, não me incomodo porque sou músico, como só transo som, tudo bem". Eu acho uma grande babaquice isso. A censura me chateia, antes de pensar no meu trabalho como artista, na medida que eu não posso ver coisas que quero ver. Acho isso muito mais grave do que ela realmente interferir no teu trabalho. Então eu não posso dizer que se estou fazendo trilhas estou livre da censura. Qualquer pessoa que tem o mínimo de consciência, um mínimo de sensibilidade e esteja interessado na cultura de seu país não pode estar livre dela. Eu especialmente não tenho sido muito chateado, talvez porque meu trabalho é musical. Mas acho que ninguém tem o direito de dizer "comigo tudo bem, enquanto não falarem de acordes tanto faz que ela exista ou não". Coisa meio calhorda.

Houve uma época, em 70, 71, que muita gente saiu do país. O Chico foi pra Itália, o Gil e o Caetano para a Inglaterra, você para os Estados Unidos...
Edu — É, ninguém se combinou mas saiu tudo na mesma época.

As causas seriam as mesmas?
Edu — É, quer dizer, não era um negócio da gente, "não, realmente estavam me impedindo", não era uma coisa direta, nenhum de nós recebeu convite para se retirar, nada disso. Mas havia um convite ali, sabe? O clima não tava legal de ficar aqui. Não tava mesmo.

E o seu trabalho com teatro, como começou?
Edu — É uma coisa que eu gosto de fazer, sempre gostei muito. Antes do Arena, desde uma peça do Vianninha, que ia estrear o teatro da UNE. Aí queimaram o teatro e não teve a peça. Chamava-se *Os Azeredes mais os Benevides*. Foi a primeira peça que musiquei. Ia estrear em 64. Aí... não estreou.

É duro fazer teatro no Brasil...
Edu — Fazer teatro no Brasil é difícil. O musical brasileiro tem que ter cinco músicos e só seis atores. Quem não dança, finge que dança, canta de qualquer jeito. Não podemos ser a Broadway. Porque a gente não é a Broadway, a Globo não é Hollywood, é Hollywood sem filtro mesmo. É só a casca. Hollywood tem coisas boas, tem filmes bonitos, mas os caras só copiam um lado. Isso provoca, inclusive, euforia nas pessoas e acaba pintando esse clima de "vamos fazer a Broadway", de repente. Não podemos fazer, claro.

Você faria um especial como o do Chico?
Edu — Para a TV Bandeirantes faria...

E para a Globo?
Edu — Depende. O Fernando Faro agora está lá. Com ele eu faria um especial. Ninguém é contra o veículo tevê, o que não se gosta é o esquema escroto da Globo. Eu vi dois especiais da Globo. O do Antônio Maria e do Lupiscínio. Eu conhecia o Maria e fiquei impressionado de ver um cara bobalhão, que ele não era. O público está mais interessado no artista, na sua habilidade, em ver o cara cantando. Mas na Globo eles dão mais força à máquina. Vende mais a tevê que o autor.

E os estudantes?
Edu — Eu acho que está pintando de novo uma consciência. A gente tem que lembrar que em 1968, quando veio o AI-5, essa moçada tinha 11 anos. Quer dizer, dos 11 aos 18 anos o que eles viram? O que leram? foi uma alienação muito grande mesmo, por força das circunstâncias. Mas acho que está pintando algo novo, ainda pequenino, mas tem um lance popular, uma certa simpatia. Agora, esse brancão que aconteceu com eles, aconteceu na música, no teatro. Branco mesmo, branco Omo.

Você sentiu muita diferença quando voltou dos Estados Unidos?
Edu — Muita mesmo. Fiquei fora de 69 a 71. Voltei para ficar pouco tempo e ir pra lá de novo. Mas vi que tinha de ficar. Durante um ano inteiro fiquei meio baratinado, sem entender nada. Tudo muito confuso — música, teatro, as posições das pessoas. Inclusive me pareceu que essa repressão provocou de um outro lado o chamado desbunde, que se tornou meio fascista. Eu acho meio fascista quando as pessoas começam com a história do careta e do não careta. Eu sentia, por exemplo, um garoto me dizer assim: "Pô bicho, tu ainda tá nessa de violão?" Lembro que uma vez eu escrevi dos Estados Unidos para o Pasquim sobre o baixo acústico e o baixo elétrico. Eu dizia que o elétrico não era para substituir o de pau, por que nunca vai mesmo, mas era apenas mais um instrumento a ser usado. Escrevi isso e levei uma porrada tão grande como se fosse o maior reacionário do mundo. Pintou isso em música: o instrumento ser mais importante que o instrumentalista. O mais importante é o dedo, não a guitarra, é a maneira de tocar.

O público também mudou?
Edu — Talvez eu possa falar disso melhor que qualquer pessoa, pelo fato de ter feito muita coisa numa época e ter parado esse tempo todo. Antigamente ia muito mais gente a espetáculo, mas não sei se o interesse era tão grande. Era um público que queria ver o artista de televisão. Cantava junto com a gente, mais batia palma que ouvia. Atualmente não acho que meu público seja quentíssimo não, mas no momento que canto uma canção só com o violão e não ouço uma tossida na sala, acho que é um público legal.

Você tem muita influência da bossa nova. Fala um pouco dela. É um som brasileiro ou americano?
Edu — É até engraçado quando esses tinhorões de merda falam mal da bossa nova, dizendo que é "um troço americano". Poucos anos antes dela os cantores tinham que mudar seu nome, americanizar seu nome para fazer sucesso. Com a bossa nova esse negócio acabou, cada um com seu nome, tudo bem. Agora voltou, só que não é cantor de jazz, é cantor de rock. Uma vez me perguntaram sobre o Morris Albert. Eu acho que ele não tem nada com isso, a culpa é do mercado. Provavelmente ele deve ter tentado fazer músicas aí e levou porrada de tudo que foi lado. Não deixaram ele cantar!

Você viveu o clima que antecedeu à bossa nova. O clima de hoje é semelhante? Será que não pode estourar outro movimento parecido por agora?
Edu — Não sinto isso não... É tudo junto, inclusive a repressão. Esses caras novos que poderiam estar pintando aí estão fazendo outras coisas para sobreviver, outras funções. Um toca baixo comigo, outro toca não sei aonde... sabe? Muito mais músicos que compositores. E a coisa vai se diluindo, o cara vai enchendo o saco. O novo compositor já está fazendo dez anos de carreira. Eu conheço vários. Inclusive tem um comigo, o Fernando Leporace, excelente compositor. Como é que começa a carreira dele? Como é que faz? A gravadora não quer fazer um disco enquanto ele não for conhecido e ele não vai para a tevê enquanto não gravar um disco. Então ele fica assim, de um lado pra outro, a não ser que faça uma música de consumo rápido, entre numa novela e estoure. Hoje tem caras mais prontos do que nós estávamos quando começamos. Mas nenhuma tevê investe em música hoje nesse país. Eles só querem saber de música para novela.

Além disso, tem censura...
Edu — Acho que a censura para o novo compositor é muito maior do que simplesmente a censura política. É censura a nível artístico mesmo. É o cara saber que, para poder chegar lá, ele tem que se enquadrar num esquema de mercado mesmo, tem que examinar o mercado antes de fazer o troço dele, tem que agradar em primeiro lugar as gravadoras.

E a sua música, continua brasileira?
Edu — Eu acho que sim, eu acho que no momento que tem um trompete e um sax alto eu não estou fazendo jazz não. Agora, claro, tem um momento em que o cara improvisa e ele como músico tem toda uma formação jazzística. Eu faço música brasileira mas não faço música fechada ou absolutamente regional, quer dizer, minha música vai andando e tem influência de mil lances aí. Agora, eu acho que a minha música nunca deixou de ser brasileira.

E os críticos?
Edu — De uma maneira geral, eu acho que qualquer crítico tem que ter experiência de trabalho, tem que ter a experiência musical. Saber o que é o processo da criação, da composição. Eu acho que tem uns caras bem intencionados, que devem ser honestos, mas são pessoas tão frágeis, eles dependem da opinião pública, do que está acontecendo. Então eles criticam em função disso, eles têm medo de, num determinado momento, serem considerados caretas. E tem o lance do crítico feroz, que não gosta de quase nada, o cara exigentíssimo. Aconteceu comigo de um cara fazer uma matéria sobre meu disco, escreveu em três publicações diferentes. Numa ele não gostava de nada, noutra achava mais ou menos e noutra até que gostava.

Quais eram as revistas?
Edu — Foi o Tárik de Souza que fez isso. Era a Veja, a Pop e não me lembro a outra. E percebi o seguinte: o cara ia na minha casa e falava coisas que tinha gostado, arranjos, sonoridade, e essa coisa não pintava na matéria. Tem o Tinhorão... eu não gosto de falar nesse cara, mas sou obrigado a promover. Há uns três anos ele fez uma matéria na revista O Cruzeiro, também acho que ninguém leu... Mas em todo o caso ele fez a matéria, pra se ter uma idéia do nível do cara. Ele publicou uma foto do Tom, uma do Baden e uma minha falando que nós sonegávamos imposto de renda, ele podia ter-se dado mal por causa disso. Realmente isso é um nível de crítica que não dá nem pra... é um cara que não ouve um disco que critica com ódio, é o cara que é contra mesmo. O primeiro trompete que pintar, ele fala "som americano". Acho que é grave isso, porque nesse momento em que as dificuldades são muito grandes e todo mundo sabe delas, você não pode ser assim, não. A música nova é nova, precisa ter um tempo pra ela. O Hermeto dizia um negócio, quando eu não gostava de um arranjo: "Peraí, meu filho, você levantou agora, eu estou trabalhando na música desde de manhã. Espera que ela *amacie* na tua cabeça". Então é isso, tem que dar um tempo, e dependendo do músico esse tempo tem que ser maior ou menor.

Chorinhos a todo o vapor

Há poucos meses, a gravadora Odeon, preocupada com a brusca queda de vendas de sua estrela Clara Nunes, enviou um questionário aos críticos e disc-jóckeys querendo saber o que teria acontecido. Seria a rocambolesca apresentação gráfica? O repertório? A imagem da cantora? Mais discreta, a RCA manteve-se silenciosa a respeito da idêntica queda de vendas de seu superastro Martinho da Vila. Há coincidências: ambos sofisticavam suas fórmulas de samba de consumo. Mas a evidência maior indica uma sensível queda no *boom* do samba que inundou o mercado há uns quatro anos.

Pelo menos teoricamente já existe candidato ao trono de principal produto brasileiro para o mercado interno da MPB. É o choro, praticamente adormecido com as mortes de Jacob do Bandolim (1969) e Pixinguinha (1972) que ressurge agora com força nunca vista.

Curiosamente, invertendo um procedimento normal no mercado, em vez de sucessos surgiram intérpretes aos borbotões. Para ficar apenas na área Rio—São Paulo e mesmo assim, baseado em exibições recentes, o centenário do choro em São Paulo, e o concurso de choro no Rio, montam-se exemplos. Os Carioquinhas, Os Cinco Companheiros, Os Boêmios, Bach Chorando, Amapá, Éramos Felizes, Chorões da Paulicéia, Choro Roxo, Anjos da Madrugada, Galopreto, Amigos do Choro, Rio Antigo, Os Coroas, sem contar adesões menos recentes do A Fina Flor do Samba (que acompanhava a sambista Beth Carvalho) e Quinteto Vila Lobos (que só tocava música erudita). Sem contar ainda, os resistentes solitários durante as vacas magras, o Conjunto Atlântico em São Paulo, o Época de Ouro no Rio e Regionais de Evandro e Canhoto.

A explicação do fenômeno é simples. Tudo aconteceu de cima para baixo. Ou seja: no início, Paulinho da Viola subiu ao palco com o conjunto Época de Ouro e levou o espetáculo *Sarau* ao Brasil inteiro, em 74, difundindo o choro. A seguir, o próprio Paulinho, no mesmo ano, associado a estudiosos, criou no Rio o Clube do Choro, que deveria ter associados e noitadas marcadas, mas acabou desregulado pela explosão imprevista. Em São Paulo, também por influência de Paulinho da Viola, surgiu idéia semelhante, enquanto Marcus Pereira editava em sua gravadora LPs de choro e os jornalistas Julio Lerner e J. Tinhorão tornavam "O Choro das Sextas-Feiras" o programa de maior audiência da TV Cultura paulista.

Foi uma bola de neve. Abel Ferreira, o do clarinete, Copinha e Altamiro Carrilho, os da flauta, Waldir Azevedo, o do cavaquinho, Dino, o do violão 7 cordas, Raul de Barros, o do trombone, Deo Rian e Joel (sucessores de Jacob), do bandolim, não chegavam para as encomendas. Apressadas, as gravadoras remexeram seus baús e empanturraram as lojas de reedições do gênero (só em julho seis LPs, quando o hábito era um ou dois por ano). Uma companhia de seguros lançou um álbum duplo comemorando os 100 anos do choro (iniciado em alguma data imprecisa entre 1870 e 1880). A comemoração foi também estendida a 77 em São Paulo, onde já há duas casas ofertando choro com dias marcados, o Café Paris (segundas) e o bar do Instituto dos Arquitetos (sextas).

Qual será o fôlego desse veterano estilo de tocar, que fundiu ritmos importados (polca, habanera, tango scotish) num idioma nacional? Resistirá à invasão da classe média devoradora este gênero cultivado em longínquas horas de lazer do funcionalismo público carioca? Ou depois do Sambão-Jóia nos espera o Chorão-Jóia, como pede o mercado do disco? Algumas dessas perguntas poderão ser respondidas com certa precisão depois de outubro. Dias 4, 11, 18 e 25 deste mês a TV Bandeirantes de São Paulo promoverá (transmitido em rede para várias capitais) o "Brasileirinho — I Festival Nacional do Choro", com concorrentes de todo o Brasil, 220 milhões em prêmios e um clima semelhante ao que aguardou "A Banda" e "Disparada". O choro agora vai?

Tárik de Souza

Contrate 500 especialistas para cuidar da saúde de seus empregados

Você sabe a importância da assistência médica para os seus empregados.

Sabe o quanto representa em tranqüilidade para a mão-de-obra da sua empresa.

E conhece de perto todos aqueles compromissos com as entidades que prestam este serviço.

A Unimed surgiu para tratar dos funcionários e do funcionamento da assistência.

A Unimed é uma cooperativa de saúde. Significa serviços médicos e relacionamento direto com os profissionais.

São 500 especialistas à disposição de quem é beneficiário por convênio.

Conte com a Unimed.
É saúde para os seus empregados e descanso para sua empresa.

Viaje tranqüilo

O convênio com a UNIMED PA garante o atendimento pelo beneficiário em trânsito por qualquer médico filiado às outras UNIMEDs do País, mediante a simples apresentação da carteira. Isto significa, por exemplo, que só no Rio Grande do Sul há 1.500 médicos à disposição de seus funcionários.

unimed
PORTO ALEGRE

Sociedade Cooperativa de Serviços Médicos e Hospitalares Ltda.

SEDE
Rua Santa Terezinha, 345
Fone 31-1162

Sabor de agosto

Ricardo Chaves — Veja

Ricardo Chaves — Veja

Embora haja cada vez menos motivos para se acreditar que as grandes tragédias ocorrem em agosto, ele continua um mês marcado no calendário. A tal ponto que as manifestações estudantis, que vinham ocorrendo desde junho e provavelmente continuarão a ocorrer, adquiriram especial significação em agosto. Da atuação dos estudantes durante esses trinta dias, dizia-se e acreditava-se, dependeria o próprio futuro político do país, a democracia e tudo mais.
Talvez por isso, o dia 23 foi marcado por tumulto e violência em Porto Alegre como não acontecia desde 1968. Havia uma disposição policial de conter os estudantes a qualquer preço. Na Avenida João Pessoa, onde os estudantes se reuniram e leram manifestos, pelotões policiais avançaram com bombas de gás e de efeito moral e golpes de cassetete. Quem estava perto apanhou ou foi preso. Houve cerca de 100 prisões — entre elas, as de sete jornalistas — sete ou oito feridos, inclusive uma moça com as pernas fraturadas, e muita correria. Enfim, agosto passou. Passou?

Gérson Shirmer

Ricardo Chaves — Veja

Olivio Lamasi

Memórias explosivas

"A única saída seria a democracia sem restrições", foi o pensamento do general que presidia o regime militar, desgastado pelo tempo e por seus erros. Seu nome: Alejandro Lanusse; o país, a vizinha Argentina. Três anos depois os civis voltavam ao governo.

Em suas memórias, recentemente publicadas, o ex-presidente argentino traz ao cenário político sul-americano uma experiência histórica de extrema validade. Esses fatos provocam na Argentina de hoje motivações para que se coloquem bombas na editora que publicou o livro, persigam-se os ex-assessores de Lanusse e sejam fator de divisão dos comandos do atual governo militar argentino.

Essa abertura democrática de-cima-para-baixo produziu-se na vigência de um regime militar destinado a durar 20 anos, o prazo fixado por outro de seus líderes, o general Juan Carlos Ongania.

Lanusse explica nas suas memórias que as forças armadas estão longe de constituir uma casta fechada. Cada capitão, coronel ou general tem um irmão advogado, arquiteto ou empresário, um filho, que levam ao seio familiar as inquietudes da população civil.

"Era preciso que deixássemos de lançar a culpa uns sobre os outros, porque todos éramos culpados. Mas era necessário dizer coisas que nos permitissem caminhar para a frente, para não voltarmos ao passado", foi a reflexão de Lanusse, já presidente, quando lançou-se integralmente em busca da saída democrática, em princípios de 1972.

A guerrilha argentina, que crescia durante o governo Ongania, taticamente diminuiu a sua mínima expressão após o anúncio dos planos de redemocratização de Lanusse, englobados no chamado "Gran Acuerdo Nacional", conhecido pela sigla GAN. Foi então que o general-presidente passou a lutar numa longínqua frente para chegar à democratização do país. O *front* estava em Madrid, onde o maior líder populista latino-americano — ao lado de Getúlio Vargas — procurava tirar partido de sua grande habilidade política.

Juan Domingo Perón fez chegar às mãos de Lanusse, através de seu procurador Jorge Paladino, uma radiografia, supostamente sua, que demonstrava sofrer de câncer na próstata. Lanusse viu, então, a possibilidade de formar uma frente que, no seu entender, se constituiria no movimento civil que viabilizaria a conquista do poder através das urnas e a simpatia da maior parte das forças armadas. Para isso Lanusse tinha somente um obstáculo, o ex-presidente Perón.

Com a radiografia nas mãos e com informações sobre uma operação de próstata em Barcelona, feita pelo cirurgião Tascon, o general Lanusse jogou sua cartada. Enviou a Madrid o coronel Cornicellu, com uma mensagem que significava mais ou menos "se você apoiar o GAN terá uma boa recompensa econômica. Total, se você es-

tá morrendo...". Nesse momento Perón mostrou por que era denominado a "velha raposa política". Gravou em fita a conversação com o militar enviado por Lanusse e revelou que a radiografia era falsa. Lanusse viu esvair-se a possibilidade de manter seu esquema para as eleições já marcadas oficialmente. Aceitou a derrota.

O "retornar a los cuarteles" era a palavra de ordem de Lanusse. Mas setores mais duros, especialmente localizados na Marinha, não aceitaram. Em 22 de agosto de 1972 os setores irreconciliáveis com a democracia jogaram sua carta mais perigosa: a sabotagem à marcha à democratização.

Na base Aeronaval de Trelew encontravam-se detidos 19 presos políticos, que haviam protagonizado dias antes uma espetacular fuga da prisão e que não tiveram remédio senão entregar-se horas depois, por falta de meios para fugir daquela isolada cidade do árido e gélido sul argentino. Os 19 presos, antes de entregarem-se à Marinha, foram entrevistados por rádio e televisão, obtendo, com isto, uma popularidade inusitada.

Esses mesmos 19 presos políticos, na base aeronaval, receberam, dia 22 de agosto, ordens para sair ao corredor que ficava entre as celas. Dos extremos desse corredor partiram rajadas de metralhadora. Dezesseis dos presos morreram instantaneamente. Três sobreviveram, embora fossem atingidos por vários projéteis: Maria Antônia Berger, Alberto Miguel Campos e Ricardo René Haidar. Não chegaram a ser executados.

A sabotagem ficou evidente porque os testemunhos dos sobreviventes demonstraram haver um premeditado plano de aniquilamento, ou, em outras palavras, uma ação para evitar a redemocratização do presidente Lanusse, pois esperava-se que os guerrilheiros atuassem, nas ruas, com virulência sangrenta ao "Massacre de Trelew", criando um clima insuportável para a realização de eleições.

Efetivamente, isso ocorreu. Pálido, nervoso, extremamente irritado, Lanusse sustentou sua posição respondendo aos militares que apontaram esse fator para impedir as eleições, numa reunião do alto comando do Exército Argentino. As eleições foram realizadas. Em 25 de maio de 1973, o general Lanusse entregou o poder aos civis. Vários de seus colegas de armas nunca o perdoaram.

Curiosamente, ou não, Lanusse é hoje o militar de maior prestígio entre o povo argentino. Se houver eleições num futuro próximo, pode-se apostar dois contra um que seria fortíssimo candidato, senão o mais forte de todos.

Guillermo Piernes

Lições de um ex-professor

Os desequilíbrios criados pela dependência externa, pelo atraso político e pela concentração de renda no país, exigem do arquiteto brasileiro uma nova postura, "uma presença cultural apontando passo a passo a melhoria do nosso ambiente de vida". Assim ensina o presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), Demétrio Ribeiro.

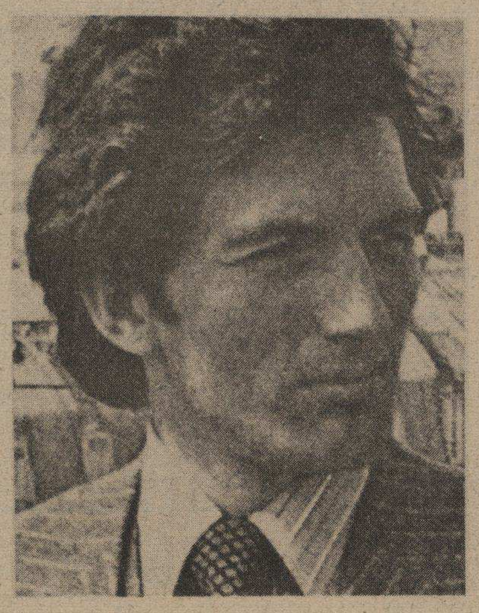
Demétrio foi paraninfo da turma de julho da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a mesma onde era professor e foi afastado em 1964, por questões políticas.

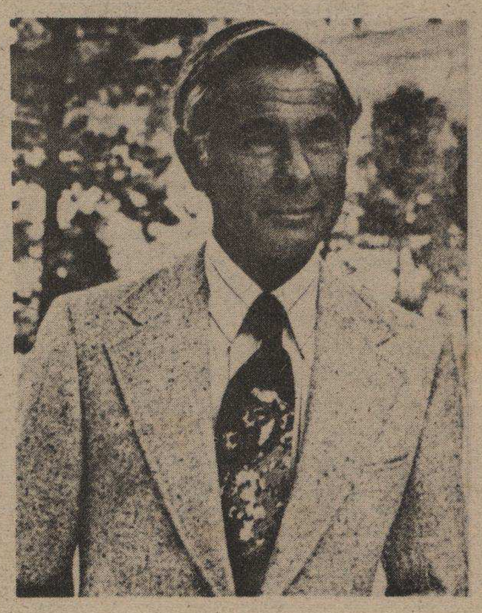
No seu discurso ele lembrou a evolução do trabalho do arquiteto: "Templos, castelos, cidades do passado, produtos do trabalho alienado, do trabalho não pertencente ao trabalhador, todos os monumentos, os da antigüidade, os da nossa América, as nossas igrejas coloniais e até mesmo na arquitetura atual. Em tudo existe a contradição da força criativa do homem posta a serviço de alguma forma de dominação. Dominação do homem pelo homem, dominação pela imagem, pela imagem da ordem, da força do mistério, da riqueza, dominação até pela imagem da liberdade".

Somente no século XIX, segundo Demétrio, "é que os sonhos milenares da fraternidade humana começaram a tomar corpo nas lutas do proletariado moderno e germinou na mente humana a idéia de um espaço organizado por homens livres e iguais, a idéia de uma arquitetura livre do papel opressor que lhe coubera no passado".

A maior participação dos arquitetos "na solução dos problemas práticos de toda a sociedade, a habitação, a cidade, as suas relações com a natureza" também é uma das metas da nova direção nacional do IAB, que discute em todos os seus departamentos estaduais um documento de política urbana. Nele é feita uma análise e são apontados caminhos para as graves questões urbanas causadas pela especulação imobiliária, pela falta de uma eficiente legislação de uso do solo e pela carência de moradias apropriadas para a maioria da população brasileira.

Se o produto ou serviço que a sua empresa vende é destinado ao público classe "A", utilize uma emissora que convive com a classe "A" nas 24 hs do dia.





A emissora dos executivos, profissionais liberais e mulheres de alto poder aquisitivo.

RÁDIO UNIVERSAL FM STEREO

REDE RIOGRANDENSE DE EMISSORAS

AQUI VOCÊ COMPRA COOJORNAL

SÃO PAULO
Principais bancas do centro
Universidades
Aeroporto

VITÓRIA
Capolillo Distribuidora
Rua Duque de Caxias, 32
Edifício Nicolla

BELO HORIZONTE
Livraria José Maia Gomes
Livraria Caixa de Música
Principais bancas

RECIFE
Livraria Livro 7
Rua Sete de Setembro, 307

CURITIBA
Principais bancas do centro

FLORIANÓPOLIS E LAJES
Principais bancas do centro

RIO
Principais bancas do centro e bairros

também à venda nas principais bancas e livrarias de

SALVADOR
Principais bancas

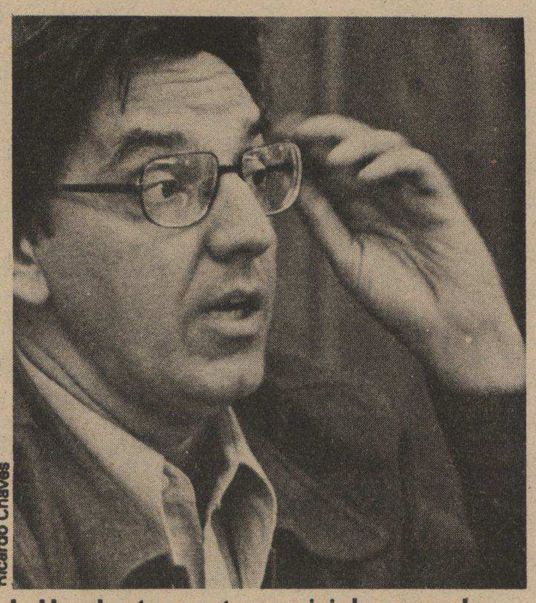
NATAL
Principais bancas

BRASÍLIA
Principais bancas

Os fotógrafos enfrentam a Kodak

O serviço que a Kodak presta aos fotógrafos no Brasil é considerado bem aquém do desejado. A empresa norte-americana praticamente detém o monopólio do setor no País e o equipamento que fornece — principalmente o papel fotográfico — tem tantas imperfeições que acaba prejudicando o trabalho do profissional.

Descontentes com isto, 46 fotógrafos profissionais de Brasília enviaram uma carta à direção da Kodak brasileira, no primeiro semestre do ano, protestando contra os seus serviços. A carta foi quase um último recurso, usado porque as reclamações anteriores caíram no vazio, e provocou a adesão imediata de colegas de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.



Ricardo Chaves

L. Humberto: contra a caixinha amarela

A questão entre a multinacional e os fotógrafos profissionais começou há quatro anos, quando Luiz Humberto, da sucursal da revista Veja em Brasília, descobriu que cópias de um trabalho que havia feito apresentavam manchas estranhas. Ele submeteu o trabalho à análise, em separado, de dois professores da Universidade de Brasília e de um técnico de laboratório. A opinião, unânime, foi de que se tratava de um defeito na emulsão (camada sensível do papel).

"Por estranha coincidência", recorda ele, "esse problema ocorreu exatamente na ocasião em que a Kodak se preparava para mudar sua fábrica de uma cidade para outra, no interior paulista. Provavelmente fez uma superprodução, saturou o mercado e se mudou alegremente, nos deixando na mão com um material defeituoso"

O fotógrafo se queixou a um revendedor autorizado sem nada conseguir. Pouco depois, num contato com um técnico da Kodak — "deveria ser o chefe do laboratório da empresa em São Paulo, um americano" — o fotógrafo aproveitou para fazer uma série de perguntas, inclusive sobre processos utilizados nos Estados Unidos que não chegaram ao Brasil.

As respostas foram "cínicas e escapativas", diz Luiz Humberto, mas o contato trouxe uma revelação importante: o técnico se mostrou claramente desinteressado do problema do profissional, "alegando que a Kodak estava voltada para o mercado amador, que é o que realmente interessa a uma indústria fotográfica".

Dois anos depois, novos problemas. Desta vez com os slides, que apresentavam furos provavelmente causados por um defeito qualquer na aparelhagem de montagem. O assunto foi comentado com um funcionário do setor de fotoacabamento a cor da Kodak no Rio, que deu uma resposta surpreendente: "Oh, isto ainda está acontecendo!" Isso, diz Luiz Humberto, demonstrou que os técnicos da empresa tinham conhecimento do problema.

A carta formal à empresa foi enviada quando mais problemas começaram a se acumular: "O papel *F*, que deve ser brilhante, não ficava assim depois de esmaltado e as fotos ficavam com um acabamento inaceitável; os slides eram entregues com arranhões; a montagem dos slides era defeituosa; suas molduras eram empenadas e, às vezes, era necessário destruir o slide para retirá-lo do projetor".

Foto de Luiz Abreu/ Arte de Ferré

A Kodak respondeu e enviou a Brasília seu gerente de laboratório no Rio, Nestor Jung, para discutir o problema diretamente com os fotógrafos. Segundo Luiz Humberto, apesar do tom amigável a entrevista com o representante da fábrica serviu apenas para que os fotógrafos profissionais comprovassem que o marketing da empresa está voltado quase que exclusivamente para os trabalhos feitos a cor e por amadores — o fotógrafo que faz monóculos, fotos de casamento e a massa consumidora que não faz muitas exigências.

Os fotógrafos de Brasília voltaram-se então para a Fuji, outra empresa do setor, estimulando-a a ser mais agressiva no mercado. "Procuramos fazer a coisa no sentido de que ela apoiasse mais os fotógrafos mais qualificados", diz Luiz Humberto. "Já que somos obrigados a trabalhar com as multinacionais, então o negócio é entregar para várias, porque desta forma teremos condição de barganha e de escolha".

— Já que a coisa não tem jeito, pois elas são detentoras de uma tecnologia há muitos anos, por que não deixar a Fuji, a Ilford, a Agfa entrar aqui também? Por que deixar tudo com a Kodak, que nós sabemos que está exportando filmes dos Estados Unidos para o México, rebobinando lá e trazendo para o Brasil via Alalc, com todas as vantagens alfandegárias?

"Fustigar a Kodak o tempo todo para que ela nos dê o respeito necessário e os serviços na qualidade almejada é o que nos resta", afirma Luiz Humberto. Como está é que não pode continuar, ele diz, porque até vexames os fotógrafos brasileiros passam no exterior. Nos últimos tempos, quatro fotógrafos de Brasília viajaram ao exterior e tiveram dificuldades para colocar o seu material, pela baixa qualidade da reprodução das fotos e dos próprios cromos.

Um último cartucho vai ser usado agora: os fotógrafos vão traduzir a carta enviada à Kodak brasileira e remetê-la para Rochester, em Nova Iorque, "onde é a sede do pessoal da caixinha amarela", a Eastman Kodak Co.

Faturando a vaidade nacional

Contratado em 1974 pela empresa alemã Wella para dirigir sua filial brasileira — a Belfam Indústria Cosmética S.A. —, o antigo homem de marketing da Gessy, o alemão Dietmar G. Pallentin, tratou de esmerar-se no novo posto. Graças a essa reconhecida dedicação, em breve a empresa fabricante de cosméticos que dirige transformou-se na mais lucrativa das 100 filiais que a Wella espalhou pelo mundo. Título esse acrescido da honrosa quinta colocação mundial entre as empresas do setor e testemunhado no fim do mês passado pela inauguração de uma nova e moderna fábrica que custou singelos Cr$ 49 bilhões.

Nas novas instalações de 5 mil e 600 metros quadrados construídos em uma área de 60 mil em Jacarepaguá, no Rio, a produção da empresa vai dobrar para os 70 milhões de unidades por ano, ou seja, seis mil toneladas de cosméticos anuais. O que deve garantir um faturamento de Cr$ 150 milhões já neste ano e de Cr$ 280 milhões no vindouro. Tudo isso resultante da conquista de 20% do mercado de permanentes, 3% do mercado de alisadores, 36% do de tinturas e quase todo o de rinsagens, abastecido por 400 toneladas anuais, que são, diga-se de passagem, avanços mercadológicos creditados ao diligente Dietmar G. Pallentin.

Mas que idéias se alojam sob o couro capilar de tão bem sucedido empresário? Para começar, Dietmar G. Pallentin atribui os lucros de sua empresa à vaidade do brasileiro. O operário do Brasil, em sua opinião, é vaidosíssimo. "Dou ordem a um empregado", exemplifica o empresário, "explico tudo duas vezes, pergunto se ele entendeu bem, ele diz que sim, vai lá e faz tudo errado porque, por vaidade, não quer admitir que não entendeu a ordem. Por isso, Pallentin prefere a companhia dos operários europeus, reivindicadores, caros e protegidos por sindicatos atuantes, "mas que pelo menos fazem tudo certo".

Esses operários estrangeiros — reconhece Pallentin — jamais trabalhariam em uma fábrica como a que a Belfam acaba de desativar em São Cristóvão. Sorte dele é que os operários brasileiros são afáveis, dóceis e constituem uma mão-de-obra barata. O defeito é a vaidade, que mercadologicamente transforma-se em virtude. "A mulher brasileira, de baixa renda, a única diversão que sobra é o sexo", assegura Dietmar G. Pallentin. "Por isso a empregada doméstica sempre vai tirar uma boa parte do seu pequeno orçamento para comprar cosméticos e se enfeitar. Com os homens acontece a mesma coisa."

Contrário a uma melhor distribuição de renda nacional — que certamente lhe aumentaria o contingente de 40 milhões de consumidores brasileiros — o empresário alemão é favorável a "um regime forte" e partidário da disputa direta do mercado com suas concorrentes multinacionais. Agora, multinacional a Belfam não é. Segundo os conceitos do empresário Pallentin, a Belfam não é multinacional porque "a matriz nos dá completa liberdade, até para investirmos".

Parece que a única coisa que Pallentin teme é a previsão de alguns cientistas, segundo os quais o homem do futuro não terá pelos sobre o corpo: "Aí vai ser horrível", lamenta-se Dietmar G. Pallentin cujos cabelos cor de palha e escorridos, já dão mostra de incompetência para cobrir o alto da cabeça.

José Roberto de Alencar

Engraçado, mas nem tanto

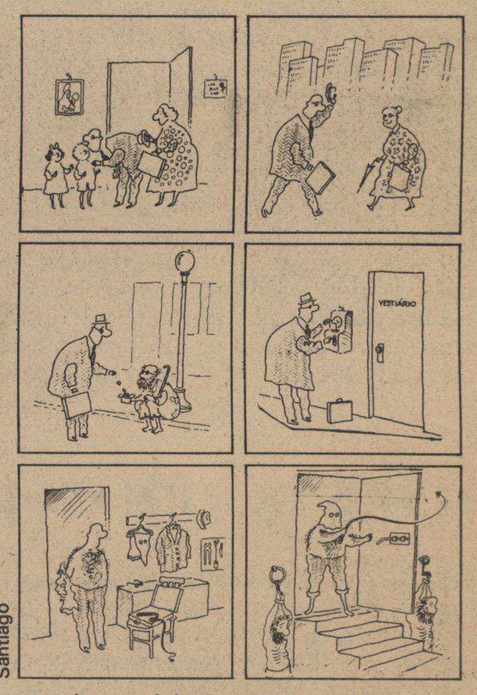
"Alah lá ô, ôôô, ôôô! Agora todo mundo!", gritava o ex-cartunista Borjalo, hoje trabalhando na TV Globo, convidando os participantes do debate sobre a memória gráfica brasileira a transformar o IV Salão de Humor de Piracicaba numa alegre festa. A marchinha de carnaval, poucos sabem, é de autoria do caricaturista Nássara, um dos mais antigos e consagrados do país, atualmente colaborador do jornal Pasquim.

Felizmente os humoristas não estavam com vontade de cantar ou dançar e o debate acabou se realizando, ainda que num clima mais saudosista do que crítico. Falaram os humoristas Nássara, Fortuna, Jaguar, Café e Borjalo sobre seus trabalhos e experiência na imprensa. Mas faltou a participação de Henfil, convidado especial e que acabou assistindo tudo da platéia, já que não foi chamado ao palco porque estava com dor de cabeça.

Este ano foram selecionados 141 cartuns entre mais de 800 inscritos, a maioria deles abordando política, violência, militares e fome. Apenas três cartuns sobre o índio. A seleção foi rigorosa e a maior parte dos cartunistas achou que o nível do Salão melhorou em relação ao ano passado, mesmo sem contar com a participação de muitos nomes consagrados.

Para Fortuna, editor de arte do Folhetim (suplemento dominical da Folha de São Paulo), integrante do júri de seleção, o motivo principal da ausência de grandes nomes é o temor de não serem premiados e comprometerem um prestígio já adquirido. Além disso, ele acha que o Salão deve oferecer divulgação para jovens artistas que ainda não têm acesso aos órgãos de imprensa.

Atualmente, Piracicaba promove o salão de humor de maior projeção do país, atraindo humoristas do nordeste ao sul e mesmo de outros países, como Chris e Fontanarosa que vieram da Argentina. É a melhor oportunidade para os profissionais



Santiago

e amadores debaterem e trocarem informações sobre o trabalho que estão desenvolvendo.

Um dos aspectos negativos do IV Salão de Humor de Piracicaba foi a desorganização. Jaguar, do Pasquim, era um dos componentes do júri de premiação e chegou a reconhecer que não tinha visto todos os cartuns. Ficou a sugestão de Fortuna de que no próximo ano o Salão tenha apenas um júri para seleção e premiação, para que o julgamento seja feito sob os mesmos critérios.

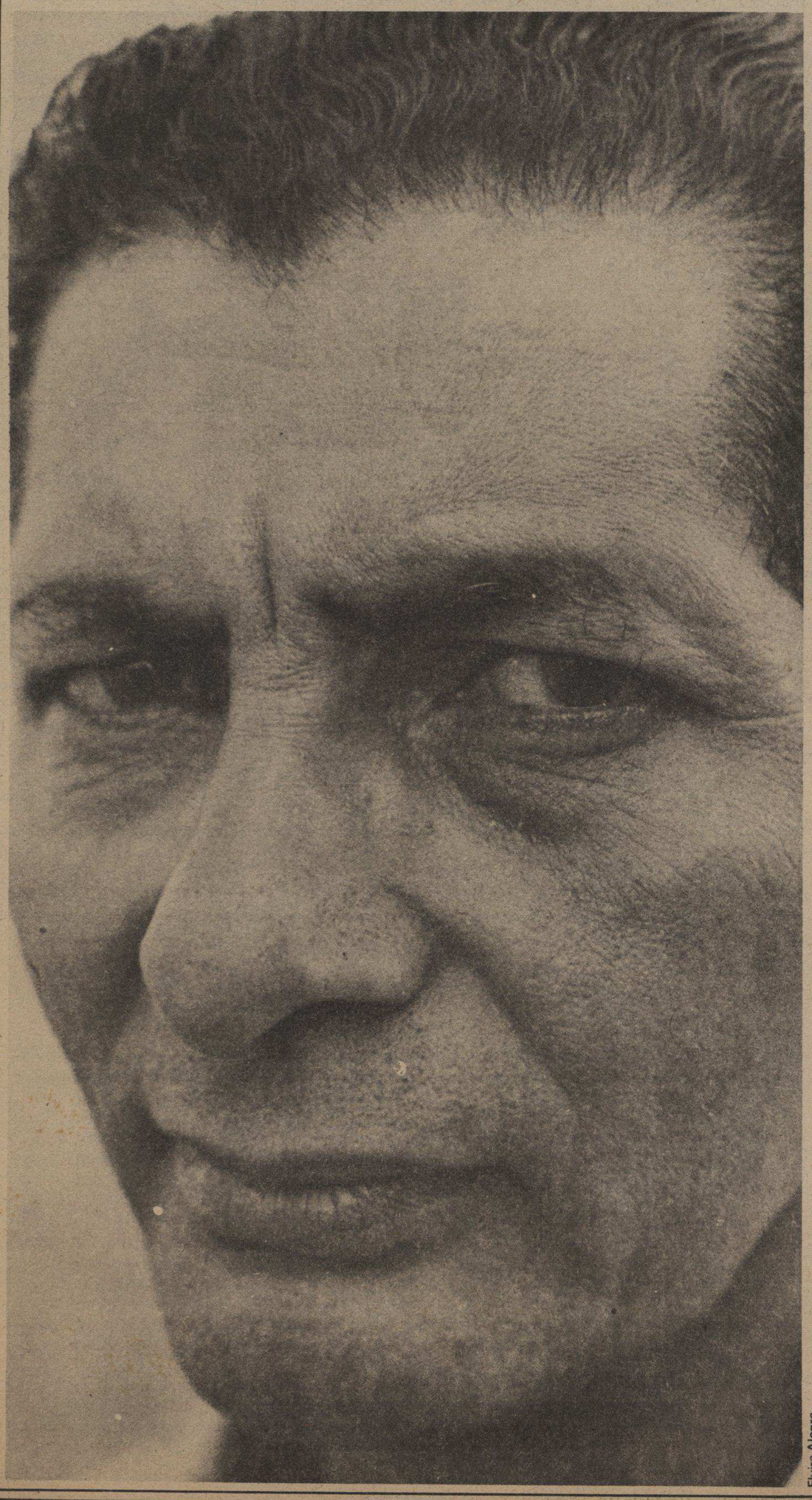
Dos 141 desenhos selecionados, nove receberam prêmios no valor de Cr$ 10 mil e além destes, mais três cartuns foram escolhidos para receber o prêmio imprensa, também de Cr$ 10 mil cada. Santiago, que ganhou um dos prêmios imprensa, foi o primeiro e único gaúcho até agora premiado no salão.

Lilian Bem David

O CRIME DE ALCINO

Vinte e três anos depois ele conta a sua verdade

Depoimento exclusivo de Alcino João do Nascimento, o homem que matou o major Vaz e foi acusado de acertar um tiro em Lacerda, em 1954



Elvira Alegre

Nós sempre quisemos saber o que foi que aconteceu nas primeiras horas do dia 5 de agosto de 1954, em frente ao prédio número 180 da Rua Toneleros, em Copacabana. Nesta madrugada, junto ao meio-fio da calçada, com dois tiros de calibre 45 no peito, à queima roupa, o major aviador Rubens Florentino Vaz — de 32 anos, casado, pai de quatro filhos —, caiu morto. Assassinado ao cumprir uma missão particular: a de proteger o seu amigo e então candidato a deputado federal pela UDN, o jornalista Carlos Frederico Werneck de Lacerda — que também saiu ferido no pé, além de um guarda noturno ter sido alvejado em meio ao tiroteio.

Acontecimentos políticos e policiais, poucos dias mais tarde, foram batizados pelo presidente Getúlio Vargas como "um mar de lama". Esse crime levou o maior estadista brasileiro de todos os tempos a dar um tiro no peito na manhã do dia 24, 19 dias depois.

Hoje, passados 23 anos, com a palavra — pela primeira vez na imprensa brasileira —, o autor dos dois disparos fatais ao major aviador e ao País: Alcino João do Nascimento, localizado 18 meses depois de conseguir sua liberdade condicional, ao fim de 21 anos e oito meses de cadeia.

Com 55 anos, casado pela segunda vez, com Elisa, 23 anos mais nova do que ele, construindo sua casa nos confins da Baixada Fluminense, Alcino concordou em dar sua versão dos fatos em oito horas de fitas gravadas em quatro sessões de duas horas por dia. Ele trabalha como mestre de obras e sai de casa às 4h30min da manhã para pegar no emprego às sete e só retorna às sete da noite, depois de três conduções para ir e outras tantas para voltar. Conheceu Elisa na cadeia, através da seção de correspondência amorosa da revista Grande Hotel e se casaram há mais de 15 anos.

Preso por 12 soldados da Aeronáutica, armados de metralhadora, em sua própria casa, na frente dos seus cinco filhos do primeiro casamento, oito dias depois do crime do major Vaz, Alcino sobreviveu a tudo. Ao inquérito policial militar instaurado na Base Aérea do Galeão, onde quando chegou já encontrou Gregório Fortunato, ex-chefe da Guarda Pessoal do presidente Vargas e dois de seus auxiliares, os policiais Climério Euribes de Almeida e José Antonio Soares. E mais o motorista de praça Nelson Raimundo de Souza que transportou Alcino e Climério ao local do crime.

Nos anos que passou na Penitenciária Lemos de Brito, na Rua Frei Caneca, no Rio, viu Gregório Fortunato ser morto por uma estocada de outro prisioneiro, seu companheiro de cela, em meio a uma questão amorosa. Bem como viu Climério Euribes de Almeida morrer de velhice, com mais de 70 anos, com problemas de diabete. Sofreu dois atentados em toda sua vida carcerária, na primeira vez se livrando da investida de um detento armado de estoque; e na segunda, enfrentando três detentos num cubículo fechado. Viu José Antonio Soares também escapar com vida da prisão, apesar de ter igualmente sofrido atentados. De todos, foi o último a cruzar os portões da Lemos de Brito, numa tarde comum do dia nove de abril do ano passado.

Sua pena total era de 51 anos, mas em 1975 foi absolvido de 18 anos de condenação por um crime que jamais cometera e que lhe foi imputado durante as investigações na Base Aérea do Galeão, no famoso inquérito policial militar conhecido na história como A República do Galeão. Nunca conseguiu qualquer redução das três penas que lhe foram imputadas por sua participação no crime da Rua Toneleros: 19 pelo major, 12 por Lacerda e dois pelo guarda noturno. Na sua última apelação, em 1972, seu julgamento demorou 110 horas, mas nem um dia foi reduzido da sentença inicial.

Hoje, os três sobreviventes ao crime são amigos e se dão. Alcino pretende agora que suas memórias sejam publicadas em livro. Num depoimento espontâneo onde possa, como aqui, dar a sua versão dos acontecimentos que abalaram a história do Brasil para sempre.

Já estava em liberdade, quando, este ano, o ex-jornalista Carlos Lacerda morreu.

— Quando o Lacerda morreu? Não dei a mínima importância. Morreu como uma pessoa qualquer. Morreu, a gente esquece e pronto.

(Alcino foi entrevistado por Palmério Dória Vasconcelos. O depoimento foi escrito por Hamilton Almeida Filho)

Do garimpo de Minas ao Palácio do Catete

Vinte e três anos depois ele conta a sua verdade

Pistoleiro mesmo, eu nunca fui pistoleiro!

Essa história toda começou com aqueles problemas da Rua Toneleros. Sempre na minha vida fui elemento trabalhador, como toda a minha família. Éramos oito homens e quatro mulheres, toda a família trabalhadora.

Bom, a minha vida é o seguinte: meu pai alagoano, minha mãe de Minas. Casaram, vieram para as matas, naquela época, onde hoje é Itaperuna, no Estado do Rio. Compraram terreno ali e formaram família, num lugar chamado Alto Limoeiro. Ali todos nós fomos nascidos, inclusive eu sou o caçula. Passou o tempo e todos os meus irmãos foram embora. Meu pai nunca tinha sentido nada até que um dia, antes de ir para a roça, ele falou para a minha mãe: "Olha! Eu estou me sentindo mal. Estou com uma dorzinha de cabeça há três dias". Não deu tempo nem para chamar o médico, às nove horas ele estava morto. Eu fiquei com minha mãe, era o único homem da casa. Tava na escola, estudando e todas essas coisas. Saí da escola, a lavoura era muito grande, café e milho. Comecei a tomar conta daquilo tudo, fui até tropeiro. Minha mãe morreu logo depois. Trabalhei assim até os 17 anos, quando resolvi me casar. Sozinho não estava bom. Casei-me com uma moça de Minas, a Abigail.

Eu tenho uma facilidade incrível para ganhar dinheiro e uma facilidade incrível para perder dinheiro. Vivi do jogo de malha, ganhei muito dinheiro, fui oleiro, dono de olarias e comerciante, tudo no interior de Minas. Na região de Mantena e Resplendor. Com seis meses no comércio eu era o melhor estabelecimento que tinha na região: um bar com mesa de sinuca, uma sorveteira e uma geladeira muito boa. Cheguei a comprar um lote de esquina e construir uma casa. O certo é que por motivos que não vêm ao caso, acabei perdendo tudo e caindo na profissão do garimpo, na fronteira entre Minas e Espírito Santo. Comecei trabalhando para dois sujeitos, mas acabei descobrindo um garimpo de mica. Foi assim: essa lavra era perto de uma serra muito grande, onde uns americanos tinham uma mina. Não me lembro o nome da companhia, mas tinham casas, barracões e todo o conforto. Isso era em São Geraldo do Baixio e um dia eu resolvi entrar na serra. Fui indo, fui indo, botei a espingarda no ombro e entrei. Mas quando deu uma certa altura, eu estava distante, muito distante. Foi quando eu cheguei perto de uma grota limpida e eu com uma sede danada. Tomei um pouco daquela água e encontrei uma pedra bonita, lápis, roxa, aquela coisa linda.

Minas é o nome adequado para aquele lugar. Você não dá um passo sem achar esse ou aquele minério. Muito bem: comecei a cavar e vi um sinal de minério. Peguei o facão, cortei os galhos para marcar o local e fui trabalhar normalmente — naquele tempo eu trabalhava no garimpo de dois irmãos. Comecei a dar desculpa que estava doente, tirei uma pá, uma picareta, tudo escondido pra ninguém ver e levei lá pra mata. Cheguei lá e comecei a cavar. Fui indo, fui indo, descobri blocos de mica desse tamanho. Fui tirando, fui tirando e trazendo aqueles blocos de mica para casa — fiz um rancho escondido no mato para a família e fui vendendo a mica escondido para que não descobrissem de onde vinha aquilo. Eu achei que ia ficar rico e comecei a trabalhar, a trabalhar direto.

Mas um dia — sabe, o comentário sempre existe — descobriram. Um dia quando eu estava lá na lavra, trabalhando como um tarado, chegou a polícia e me prendeu. Primeiro fiquei em São Geraldo do Baixio, depois fui escoltado para Conselheiro Pena e, em seguida, para Governador Valadares. Fiquei uns cinco dias e fui transferido para Belo Horizonte. Foi aí que surgiu a repercussão do meu caso.

"Chegou preso o garimpeiro que descobriu uma lavra no terreno dos americanos", diziam os jornais. Fui para a cadeia. Um dia apareceu um advogado, eu nem me lembro o nome dele, parece que era dr. Hilton. Ele disse que ia pegar a minha causa. Eu falei que estava sem dinheiro. Ele disse:

— Não precisa. Eu tenho aqui uma recomendação — eu vim a mando do prefeito para fazer a sua defesa.

O prefeito era o Juscelino Kubistchek e eu aceitei a defesa dele. Resultado: apesar de eu ter invadido as terras dos americanos, eu fiz uma descoberta e eles tiveram de me indenizar por uma lavra que produzia naquela época milhares e milhares de mil réis em mica e pedras preciosas — ametistas, águas-marinhas. Na época, se não me engano, eles me deram 25 mil réis, dinheiro que dava para comprar uma fazenda com gado.

Saí da prisão 40 dias depois, fui agradecer ao prefeito pela ajuda. Me encostei na porta da prefeitura, quando ele ia entrando eu o abordei: "Senhor prefeito! Eu sou o garimpeiro que o senhor mandou defender!" Foi só aí que eu soube que ele conhecia meu pai, o Zeca Maceió, lavrador respeitado e cabo eleitoral do PSD, do PTB. Ele nem quis meus agradecimentos e lá dentro do gabinete dele ainda me deu uma carta de apresentação para o caso de precisão. Era uma carta aberta, pra ninguém, assinada Juscelino Kubistchek de Oliveira.

Voltei pro garimpo, desta vez com a família do meu concunhado, mais a minha. Apliquei todo o dinheiro que ganhei noutra lavra de mica, escavamos uma mina, mas um dia ela acabou caindo. Era muito perigosa e nós resolvemos não tentar outra vez. Fiquei um tempo sem fazer nada até que recebi um convite do Zequinha, prefeito de Resplendor. Ele me arrumou um emprego na construção de uma ponte de quatro metros, ligando Resplendor-a-Resplendor. No dia da inauguração de uma parte da ponte, estávamos em cima de uma parte da ponte, éramos 13 operários, quando ela arrebentou. Ouvi como que o barulho de um tiro e caímos 15 metros abaixo. Fui retirado do rio perto de uma cachoeira. Passei na correnteza por frente da minha casa e ainda gritei para a mulher: "Muiê! Arruma ajuda!" Eu estava boiando num pedaço de pau. Depois, disseram por lá, que foi coisa da UDN que a queda da ponte não era para nós, era para o prefeito e sua comitiva, todos do PTB.

Passou mais um tempo até que Elias, um amigo meu, me convidou: "Vamos para o Rio". Fui na frente da família e fiquei em São João do Meriti, na Baixada Fluminense, trabalhando em obras. Juntei dinheiro e mandei vir o pessoal.

A vida corria apertada. Eu lia nos jornais, ouvia no rádio, o nome do deputado Danton Coelho *(deputado federal pelo PTB e diretor-responsável de Última Hora.* NR.). Aí me lembrei que tinha uma carta de apresentação no fundo do baú em casa, já era uma ajuda. Então eu fui procurar o deputado Danton Coelho lá na Associação Brasileira de Imprensa, onde eu sabia que era o ponto dele. Um dia, quando ele chegou, de terno branco que naquela época se usava muito, eu abordei ele:

— Queria falar com Vossa Excelência, trago até uma recomendação do prefeito de Belo Horizonte...

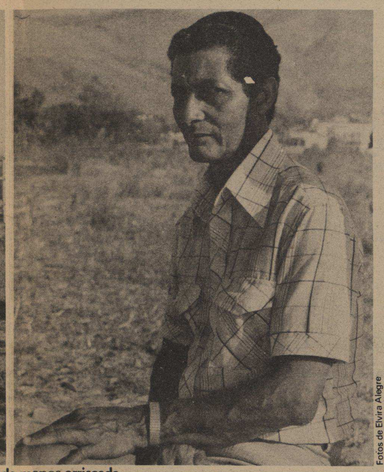
— Entre, vamos até lá em cima — me respondeu ele.

Lá no gabinete expliquei toda a situação para ele. Ele mandou que eu voltasse dentro de oito dias. Nessa ocasião então ele me deu um cartão para a Secretaria de Obras. Lá então escolhi ser empreiteiro de obras, coisa que fiz por muito tempo. Mas a coisa não estava dando, eu tinha cinco filhos com a Abigail e foi quando eu resolvi voltar para falar de novo com o deputado. Falei e ele disse pra mim:

— Vamos sair que eu vou apresentar você a um amigo. Talvez você tenha a grande oportunidade que você quer!

Foi quando nós fomos ali na Churrascaria Gaúcha, nas Laranjeiras, e encontramos o Gregório Fortunato. Nós sentamos numa mesa que estava reservada exclusivamente para o Gregório e começamos a conversar:

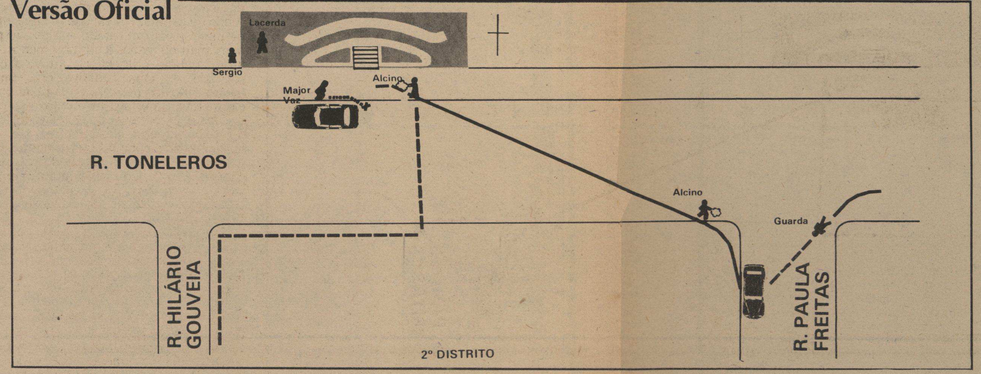
— Você... eu preciso que você faça um serviço secreto, uma espécie de sindicância. É qualquer serviço que eu necessitar de você é um serviço secreto. Agora, você não precisa ter qualquer contato com o pessoal do Palácio. Lá eu tenho mais de 300 homens que tratam da segurança do governo. Mas pra esse serviço eu não tenho confiança em nenhum deles porque eles são muito conhecidos. Então você que é desconhecido vai fazer essa sindicância pra mim e depois nós vamos ver o que podemos fazer por você.



Fotos de Elvira Allegre

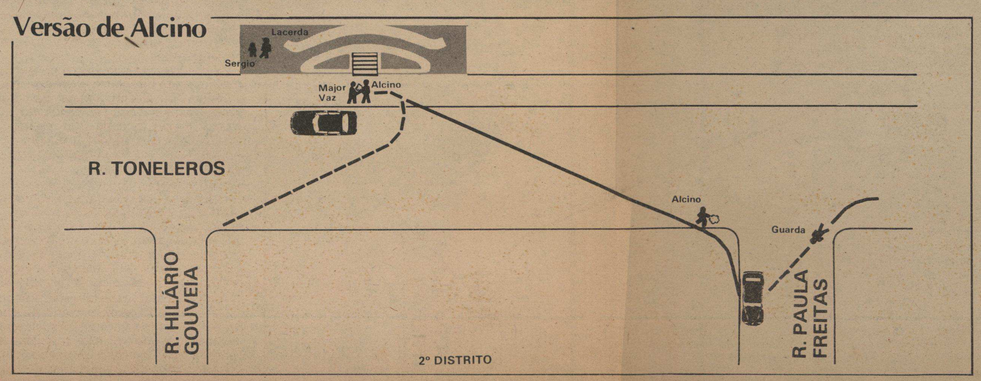
Alcino João na Baixada Fluminense: tentando reconstruir a vida com nova família e outra atividade menos arriscada

Versão Oficial



Conforme a reconstituição feita pelo Inquérito Policial Militar, o major Vaz recebeu os tiros de uma distância de aproximadamente cinco metros. De acordo com essa versão oficial, Alcino João tentou matar o então deputado Carlos Lacerda, inimigo número um do governo Vargas, mas errou o alvo (mapa do alto). Vinte e três anos depois do crime, Alcino João conta, pela primeira vez, a sua versão: ele estava incumbido apenas de vigiar Lacerda e não tinha instruções para matá-lo, como se difundiu. Atirou no major — que naqueles dias acompanhava Lacerda, como uma espécie de guarda-costas — porque o major tentou prendê-lo ao perceber que ele os estava seguindo (mapa de baixo).

Versão de Alcino



— Mas qual é o serviço que eu vou fazer? — perguntei.

— Olha, você vai fazer apenas o seguinte: uma sindicância na vida de uma pessoa e esta pessoa se chama Carlos Lacerda, um candidato a deputado que é também jornalista. Ele nos ataca muito e eu quero que você siga ele, anote tudo o que ele fizer, veja se descobre alguma falha dele até mesmo em negócios. Quero também as pessoas que o cercam, o que fazem, o que são. Eu preciso desse relatório completo.

— Eu já entendi mais ou menos o que o senhor quer — respondi. *— O senhor quer a vida pregressa desse pessoal todo e eu posso fazer isso para o senhor.*

— Olha, eu lhe dou todas as condições. Vou te fazer um ordenado, vou te dar gratificações, vou dar documentos a você, tudo o que você precisar para o serviço eu lhe dou.

— Então muito bem!

Então ele me deu — não naquele dia — num outro encontro, um cartão que eu podia entrar em qualquer lugar. Era o cartão da Ordem Política e Social. Com esse cartão eu era um policial.

A primeira vez que eu vi o Carlos Lacerda foi na mesma ABI, ele ia entrando no prédio, com um terno branco de sempre e aquele óculos que parecia fundo de garrafa. Foi ele que se aproximou de mim, eu estava parado, ele passou por mim, mais ou menos a uns dois metros. Eu estava parado e fiquei. Ele estava acompanhado de uma comitivazinha, umas quatro ou cinco pessoas. Eu já sabia onde ele morava, já estava me compenetrando da vida dele, escrevendo os relatórios que o Gregório queria. Nesse dia, na ABI, estava acompanhando o homem nos lugares que ele ia. Anotei as placas dos carros e naquela época não existia muitos carros. Eles andavam em três, quatro dentro de cada carro. Isso foi no final de 53, início de 1954.

Era uma época que o Carlos Lacerda fazia muitos discursos atacando o Lutero Vargas e a família Vargas toda. Era um problema mesmo de política, o povo era PTB. Para desmoralizar a política getulista e ficar como eles queriam o Lacerda fazia isso. O Carlos Lacerda era um líder, fundou até o Clube da Lanterna, essa coisa toda.

Aí o Gregório colocou o Climério para andar comigo (*Climério Euribes de Almeida.* N.R.). O Climério era um policial com 22 anos de trabalho e conhecia muita gente, os inimigos e os amigos. Andava sempre junto comigo, mas separado — eu ia na frente e ele distante, dando cobertura. Eu tinha nessa época, mais ou menos, 30 anos. Foi por aí também que eu conheci o Soares (*José Antonio Soares.* NR). Inclusive, o primeiro comício de Lacerda que nós fizemos, em Barra do Piraí, nós fomos no carro do Soares.

Nessa viagem o nosso carro quebrou, chegamos até um pouco atrasados. Estava o Tenório Cavalcanti, um tal de coronel Matos que também era candidato e eu apenas anotei o nome das pessoas da comitiva e as placas dos carros como sempre. No dia seguinte, consertamos o carro do Soares e viemos embora.

Numa outra vez, fomos a um comício em Nova Iguaçu. Quando chegamos lá o Lacerda já estava falando no palanque armado na pracinha central. Subi no palanque e fiquei a um metro e meio de distância dele. Justamente na hora que ele falava, as luzes se apagaram. Ficaram apagadas por uns oito ou 10 minutos.

Está claro e caracterizado que não havia entre nós nenhum plano de eliminação do Carlos Lacerda. Aquele era o momento oportuno, não era? Era uma oportunidade que um pistoleiro profissional — como diziam que eu era — tinha para matar um homem, não é? Mas minha incumbência não era essa. Assistimos tudo, eles saíram, nós também fomos embora.

Bom, depois veio o comício no Externato São José, lá na Tijuca.

Nesse dia o Climério me chamou. Chego em casa e a mulher diz: "Olha tem um recado do Climério para você ir lá". Eu disse: "Hoje eu não queria sair". Eu estava morando provisoriamente no Parque Araruama, em Caxias, eu tinha comprado uns cinco lotes lá. Estava com o material de construção todo comprado. Mas eu fui lá, na casa do Climério.

— Olha, Alcino, precisamos ir ali no Externato São José para assistir um comício do Lacerda.

Aí fomos. Chegamos, o Climério ficou num botequim, sentado, tomando guaraná. Eu fiquei num ponto de ônibus, mais ou menos a 50 metros da porta do Externato. Daí a pouco, encostou um carro branco, não lembro a marca. Saiu de dentro o Carlos Lacerda, de terno branco. Ele gostava muito de andar de terno branco. Atrás dele vinha um senhor — que mais tarde vim a saber era o major Rubens Vaz. Entrei no colégio, anotei alguma coisa do que ele falou — mal do PTB, da família Vargas — o Lacerda neste dia falou muito. O Climério continuou no bar. Fui encontrá-lo lá:

— E o homem? Já saiu?

— Já!

— Saiu com quem?

— Não vi, não sei se foi no mesmo carro. Mas ele saiu num bolo de gente.

Aí o Climério disse:

— Tá cedo, a minha mulher não está em casa, vamos dar uma olhada na casa dele, ver com quem ele vai chegar na Toneleros.

Ele telefonou de um botequim para o Nelson. (*Nelson Raimundo Souza.* NR). **O telefone era da barbearia São José, na esquina da Rua Silveira Martins com Rua do Catete onde havia um ponto de táxi e o Nelson fazia ponto ali. O seu José, dono da barbearia, recebeu o recado e anotou o endereço. Daí a pouco o Nelson chegou.**

— Vamos dar uma corridazinha até lá embaixo, Copacabana.

Chegando lá na Toneleros, o Climério saltou, ficou na rua, na calçada junto comigo. Um carro passou por nós, bem assim perto, estacionou em frente ao prédio do Lacerda, o número 180. Saltaram três pessoas que eram o Lacerda, o filho dele, Sérgio, e o major Vaz. O Climério me perguntou, assim baixinho:

— Quem é essa pessoa que veio com ele?

Eu respondi:

— É a mesma que levou ele lá no Externato.

— Vai lá, confere o número da placa do carro, vê se é ele mesmo.

Aí eu atravessei a rua — estava até fumando um cigarro, nessa época eu ainda fumava. Estava de terno, jaquetão abotoado, cor clara. Quando eu ia me aproximando, mais ou menos a uns cinco metros deles, os três se despediram e Lacerda com o filho andou em direção à porta do edifício. Mas ela estava fechada, voltaram. Nisso, o outro, o major Vaz, deu a volta pela frente do carro como se fosse entrar. Quando eu estava na altura do porta-malas do carro, ouvi uma voz de prisão às minhas costas. Era o major Vaz que tentava me pegar. Eu comecei a pular. Acho que ele tinha me visto lá no colégio. Nesse mesmo instante, o Lacerda correu para a porta da garagem do edifício. Quando eu vi que ele,o major, ia me pegar mesmo — ele era instrutor da Aeronáutica — eu dei o braço a ele. Conforme ele pegou no meu braço, deu uma chave, quebrando o meu braço esquerdo para trás, eu ouvi um tiro. Não sei de onde partiu. Esse passou zumbindo no meu ouvido.O segundo pareceu atingir o major pelas costas. (Só não posso afirmar isso porque isso não apareceu no processo, todo mundo negou que o major tivesse sido ferido pelas costas). Eu estava com uma 45 na cintura. Quando o major levou meu braço para trás, eu saquei com a mão direita o revólver, encostei o cano no peito dele e dei dois tiros. Um de um lado, outro do outro. Assim, à queima-roupa.

Mas foi tudo muito rápido, foi coisa rápida mesmo. Conforme ele rodopiou, eu caí no chão. Nessa altura aqueles tiros chamaram mais tiros, igual pipoca. Saí correndo da esquina da Rua Hilário Gouveia para a Rua Paula Freitas. Nesta altura o Climério já havia se mandado ao invés de fazer a minha cobertura. Passou até correndo pela porta do então 2º Distro Policial, quase na esquina de Hilário Gouveia com Barata Ribeiro. Os policiais ainda perguntaram a ele:

— O que é que está acontecendo ali?

Ele disse, na corrida:

— Não sei não, não sei não!

Quando eu começava a fugir, surgiu um guarda — um vigilante de uma casa importante dali, não sei se era a casa do prefeito do Rio. Era o Sálvio Romeiro que começou a atirar, na minha frente. Eu tinha que pular, dava aqueles pulos assim, desviando dos tiros pra lá e pra cá. Contei então cinco tiros, a quinta bala dele pegou o meu paletó, rasgou atrás até embaixo, virou uma bandeira, abriu dos dois lados. Não vi nada, senti aquele calor. Aí eu atirei, pegou na perna dele.

O Climério não deu um tiro.O Climério foi conforme eu disse: começou a coisa, ele saiu, foi embora. O major Vaz foi atingido pela minha arma, calibre 45, e o Lacerda foi ferido por um 38 no pé, de cima pra baixo. Ele estava entrincheirado atrás da coluna da garagem. Eu estava a seis metros de distância dele, de maneira que, mesmo que eu quisesse atirar nele, não podia.

O guarda ficou caído no chão. Mas por sorte — não havia nada combinado, coisa nenhuma — o Nelson ficou com o carro parado. Aquilo tudo acontecendo e ele lá. A porta do Studebacker estava fechada, mas eu saltei pela janela com o revólver e tudo na mão.

— Nelson vambora a toda pressa! Senão nós morre todos dois aqui!

Com o guarda caído e atirando, saímos a toda. Pegamos a Avenida Nossa Senhora de Copacabana e fomos, aquelas emoções todas, violentas e o Nelson quase bateu com o carro. Quando a gente ia pela Avenida Beira Mar, no Flamengo, joguei o meu revólver no mar. Quando chegou na esquina da Rua Santa Luzia com Avenida Rio Branco, no centro do Rio, eu falei:

E saltei. Conforme saltei, vinha um lotação, eu peguei e fui até a Praça da Bandeira. Entrei num botequim, aí já estava dando no rádio:

— Tiroteio na Rua Toneleros... morto um major da Aeronáutica!

Eu tinha pedido uma cerveja, não podia ficar nervoso daquele jeito. Peguei um carro e fui pra casa em Caxias. Cheguei, a mulher estava com o rádio ligado também, ouvindo as mesmas coisas. Eu falei:

— Vê uma roupa aí que eu vou sair!

— Ué! Chegou agora e vai sair?

— VÊ UMA ROUPA! — Eu gritei.

Saí, encontrei o Climério, sabia mais ou menos onde podia achar ele. Cheguei lá:

—É agora? Eu preciso de dinheiro — disse a ele.

— Eu também estou sem dinheiro. Vamos ver se a gente consegue encontrar o Gregório, nós temos que sair do Rio.

Fomos nos comunicar com o João Valente de Souza, secretário do Gregório na Guarda Pessoal do Palácio do Catete. Nos encontramos e eu peguei 280 cruzeiros para fugir. Quando cheguei onde estava o Climério, lá estava também o nosso terceiro colega de processo, o Soares. Ele tinha acabado de chegar de São Paulo.

Ih, rapaz! Foi um problema danado — as estradas já estavam todas cercadas,mas nós fomos saindo assim mesmo. Fomos para a chácara do Climério em Belford Roxo. Mas eu precisava voltar em casa, dar um dinheiro para a mulher, estava escutando o rádio todo dia, lendo os jornais e não estavam dando o meu nome em nada. Disse: é, não tem problema.

Quando eu fui chegando em casa, vi uns homens diferentes rondando. Fui na casa de uns conhecidos lá perto, peguei uma bicicleta, uma cesta, comprei uns pães, um chapeuzinho, troquei de roupa e fui. Pelos fundos chamei a mulher:

— Tá tudo bem aí, nega?

— Tá, até agora não tem nada — ela me respondeu.

— É, mas tô vendo por aí umas caras estranhas. Toma dinheiro, pega as crianças com a roupa que tiver no corpo e sai. Vai pra casa do seu pai, entendido?

▶

"Só esperei pela Liberdade"

Vinte e três anos depois ele conta a sua verdade

Isso foi no dia 12, uma semana depois da morte do major Vaz. No dia 13, eu saí de novo da chácara do Climério em Belford Roxo e voltei à cidade. Peguei umas roupas num alfaiate e dei um pulo perto de casa. Pedi a um amigo para ir lá em casa ver se o pessoal já tinha saído. Ele voltou e disse que a minha mulher ainda estava lá.

Fui pegar um carro em São João do Meriti, demorei um pouco e nesse período chegou a Aeronáutica, pegou a mulher e levou só ela para o Galeão. Deixaram as cinco crianças. Quando eu voltei, me prenderam dentro de casa. Cheguei, minha filha me abraçou chorando e eu ouvi uma voz atrás:

— *Mãos ao alto! Não adianta reagir!*

— *Não, não tem reação! Estou abraçado com minha filha!*

Eu estava armado, mas o que se podia fazer? Tinham 12 metralhadoras assim nas minhas costas, doze. Os homens estavam com tanto medo que nem revistar me revistaram. Fui armado até lá. Uma das armas, eu estava com duas 45, foi comigo até o fim. Deve estar guardada até hoje nos colchões da Aeronáutica, no pavilhão dos oficiais, no Galeão, onde ficamos presos. (*Base Aérea do Galeão, sede do Inquérito Policial Militar, IPM, instaurado no dia 12 de agosto por determinação do ministro da Aeronáutica e que ficou conhecido como "A República do Galeão".* NR)

Primeiro prenderam o Nelson. Quando ele viu que o carro tinha sido furado pelas balas do guarda noturno, o Sálvio Romeiro, se apresentou no outro dia. Ele não falou logo que conhecia a gente, mas depois se abriu. Aliás, inclusive o capitão que estava à frente do negócio — (*capitão João Ferreira Neves do Batalhão Motomecanizado da PM do Distrito Federal.* NR) —, era gente nossa e foi ele que interrogou o Nelson. Ele disse ao Nelson:

— *Olha Nelson, você fica calmo, você confessa porque o pessoal já sabe de tudo, não adianta negar.*

Depois do Nelson pegaram o Climério, depois o Soares e o Gregório não deixaram sair do Palácio. Ele até pegou duas metralhadoras, botou dentro do portamalas de um carro e ia fugir para o Rio Grande do Sul. O general Caiado de Castro (*Chefe da Casa Militar da Presidência da República.* NR) não deixou ele sair, prendeu ele dentro do Palácio do Catete.

Ficamos todos juntos no Galeão, incomunicáveis, separados.

Fui para o Galeão numa camioneta, sentado atrás com minhas quatro filhas e o menino. Na frente iam todos os policiais e mais um carro cheio deles atrás do nosso. Chegando lá me entregaram para o comandante da base, coronel Scaff. Ele me recebeu, me levou para uma sala, mandou eu sentar, eu sentei. Me serviu um cafezinho. Passou mais ou menos meia hora, ele voltou com um oficial fardado, acompanhado de vários soldados, eu me levantei e ele perguntou:

— *Conhece?*

— *Conheço sim senhor!*

Era o Brigadeiro Eduardo Gomes, que me fez uma pergunta:

— *Como é, rapaz, você está disposto a falar sobre o que você cometeu?*

— *Dentro daquilo que aconteceu e que eu cometi, eu estou disposto. Fora disso, nada* — foi como eu respondi.

Ele balançou a cabeça, saiu, foi embora.

Mas ali houve muita tortura. Inclusive teve uma época que me botaram dentro de um avião de portas abertas, amarrado com cordas, em cima do mar. Diziam: "Se você não confessar o que nós queremos, nós te jogamos". Mas não diziam o que queriam que eu falasse. Fizeram isso comigo, depois eu fiquei sabendo que fizeram também com o Soares. O Soares, inclusive, sofreu muito para dizer que a Alzira Vargas tinha ido uma vez na casa dele. Eu também sofri muita tortura para acusar a família Vargas — Lutero Vargas, Ivete Vargas, Alzira Vargas, Amaral Peixoto. E eu dizendo que não tinha qualquer ligação com eles, apenas com Gregório. Uma vez chegaram a colocar um disco fazendo perguntas ao Soares, ele ficou assim uma noite inteira. Não havia Cristo que resistisse.

O objetivo deles era desmoralizar por completo a família Vargas.

No mesmo dia que eu cheguei no Galeão me apresentaram o coronel João Adyl de Oliveira, o presidente do inquérito, e eu sentei numa cadeira para só sair 10 ou 12 horas depois. Durante esse depoimento eu desmaiei, eu já não agüentava mais, tanta gente. Quando eu acordei estava deitado numa cama no Pavilhão dos Oficiais e senti todo o corpo doer.

Todas as torturas eram na ausência do coronel Scaff. Quando ele estava não havia nada. Ele sempre nos tratou humanamente. Agora, eu me lembro de uma tortura que eu sofri, uma coisa horrível. O sujeito fica em cima de um tamborete, de cócoras e ligam um fio elétrico em todas as partes íntimas. Caí no chão desmaiado e isso não foi uma nem duas vezes. Passei outras torturas mais, mais simples. Você já pensou tomar um choque elétrico nas partes íntimas com água em cima? Botavam água na coluna e a água descia. Entrei ali com vida e pensei que não saía com vida.

No dia que o Getúlio morreu houve um grande silêncio. Inclusive eu estava sendo interrogado quando chegou a notícia, oito e tanto da manhã. O coronel Scaff disse:

— *Está vendo o que vocês arrumaram? Mataram o presidente da República!*

Eu respondi:

— *Não senhor. Eu não matei ninguém, de maneira nenhuma. Porque se aconteceu o que aconteceu foi porque eu estava apenas incumbido de fazer uma sindicância e cumpria rigorosamente. O senhor sabe disso porque dentro da minha casa foram apreendidas as minhas anotações. Se elas não estão aí no inquérito não é problema meu. Mas que foram apreendidos lá todos os documentos, inclusive as entrevistas que eu não tinha dado ainda ao Gregório, deveriam estar no inquérito.*

Ele não disse nada, ficou calado.

Logo depois da morte de Getúlio, teve um desfile de quase 800 oficiais da Marinha, do Exército, na porta do nosso quarto só para nos espiar. Passavam, olhavam e não faziam pergunta nenhuma. Durante o período que estivemos lá — isto eu soube, não sei se é verdade — o falecido general Zenóbio da Costa, ministro do Exército, estava querendo nos apanhar. Tinha até tanques ali na Avenida Brasil. Um oficial da Aeronáutica nos disse que tinha um avião preparadinho na pista para nos levar para Santarém (Estado do Pará). Isto para eles não apanharem a gente.

A minha participação no Galeão foi esta. Nós ficamos ali 45 dias para concluir o inquérito policial militar. Eu sei que os outros sofreram muito. E quem mais sofreu foi mesmo o Soares. Ele tem até hoje marcas de feridas nas pernas. Realmente o Soares teve uma vida de crimes. Mas tudo tem o seu tempo. Teve aquela vida de crimes. Dizem que era crime de morte, roubo, furto, essa coisa toda. Um rosário de crimes. Ele teve 46 processos para responder. Mas, quando ele foi envolvido nesse crime da Toneleros já tinha 17 pra 18 anos que este homem não se envolvia em nada. Provavelmente se ele teve uma vida passada de crimes, naquela época já estava recuperado. Estava bem de vida e tudo. Três casas, um bom caminhão, dinheiro no banco. Ele foi envolvido pelos conhecimentos porque ele não teve participação nenhuma. Eu fui o autor do crime, digo que ele não teve participação nenhuma porque naquele dia ele estava em São Paulo.

O crime da Toneleros levantou uma outra história, ainda no Galeão. Era um inquérito que corria na polícia contra o Soares. Numa certa época, um rapaz, Moisés não sei de quê, viajou de Barra do Piraí para o Rio. E lá desapareceu, só apareceu o seu esqueleto na estrada Rio—São Paulo. E nós, eu, Climério e Soares, fomos envolvidos no Galeão como autores desse crime.

Mas, graças a Deus, foi uma coisa tão inventada que o próprio promotor, quando eu fui a julgamento em Barra do Piraí (*em 1975.* NR), pediu minha absolvição. Ganhei de sete a zero.

O processo da morte do major Vaz teve como resultado 16 volumes. Um processo todo cheio de contradições. Foi um processo feito para proveito político. Por isso eles queriam mais era saber quem era realmente o mandante. Se era o Lutero Vargas, se era Danton Coelho, se era o General Mendes Moraes (*ex-prefeito do Distrito Federal, construtor do Maracanã.* NR), ou se o Getúlio sabia de tudo.

Getúlio jamais participaria de uma patifaria desta maneira. O homem que foi o estopim, aliás o cabeça da Revolução de 30, ele nunca participaria de uma patifaria desta maneira. Esta é que é a verdade!

Tinha o Benjamin Vargas, irmão do presidente, um elemento completamente diferente dele. Mas que também não tinha influência para poder planejar ou executar qualquer plano da natureza que foi. E como eu disse, não houve plano nenhum. Eu não tive nenhum conhecimento para a eliminação de Carlos Lacerda. Então aconteceu o acidente e então se aproveitaram para dizer que houve tudo aquilo.

Mas foi mais através da própria influência dos nossos advogados não sei se para nos defender ou nos acusar, que surgiram os nomes importantes. E isto pode ter tido uma influência negativa. Tenho visto tantas injustiças de advogados por aí, contratados para defender, mas levando dinheiro de outra pessoa para acusar. Foi por causa deles, advogados, que o Gregório deu o depoimento envolvendo gente importante e falando de atentado. Gregório acusou o general Mendes de Moraes, o deputado Euvaldo Lodi, Danton Coelho e até Lutero Vargas. Inclusive, o Gregório foi levado ao Estado Maior do Exército para uma acareação com o general Mendes de Moraes. E nesta acareação houve um incidente entre os dois.

O Gregório acusou o Mendes de Moraes e o general disse que "não compactuava com um negro sujo, daquela marca". Foi aí que o Gregório respondeu:

— *Sou um negro sujo porque me envolvi com um generalzinho igual ao senhor!*

O resultado é que o general Mendes de Moraes foi absolvido e nós ficamos na cadeia.

Pelo crime da Toneleros, peguei 33 anos, 19 pelo major Vaz, 12 pelo Lacerda e dois pelo Sálvio Romeiro, que era o guarda. No julgamento, houve a desclassificação de tentativa de homicídio ao guarda — que passou a ser ferimento leve —, e Lacerda ficou como tentativa, mantendo os 12 anos. Pelo crime de Barra do Piraí peguei 18 anos. Total, 51 anos.

O nosso julgamento foi em outubro de 1956, dois anos e pouco depois de tudo. Como estava previsto no processo, eu fui acusado de pistoleiro profissional, que eu tinha pegado uma empreitada para eliminar diretamente o Carlos Lacerda. Esse primeiro julgamento demorou uns três ou quatro dias. A imprensa toda em cima, os advogados dando entrevistas. Resultado, no final eu já esperava por uma condenação pesada. Foram 19 anos pelo major e 12 pela tentativa de homicídio ao Lacerda. Já o guarda, o Sálvio Romeiro, que realmente foi atingido pela minha arma na perna, eu fui desclassificado da tentativa de homicídio para lesões corporais, recebendo uma pena de dois anos — essa pena estritamente dentro da lei, fui tratado até como primário. Total, 33 anos.

Mas eu creio que quando marcaram o julgamento, marcaram a minha sentença. Isso eu nunca tirei da cabeça. Fui para a penitenciária e aguardei.

Mas, graças a Deus, eu fiquei 21 anos e oito meses. Toda essa vida com uma meta na cabeça: conseguir a minha liberdade. Só isso eu tinha na minha mente. E foi com isso que eu passei 21 anos e oito meses sem uma falta. Eu nunca dei base para eles me negarem nada. Tinha todas as condições: comportamento, grau de instrução, família, profissão, endereço próprio. Tudo isso eu tinha.

Saí no dia 9 de abril de 1976, sob liberdade condicional. Elisa, minha segunda mulher, foi me esperar — depois de mais de 15 anos — na porta, acompanhada de uma de minhas filhas. Hoje, casada com um major da Aeronáutica.

assine
versus

Faça sua assinatura anual de Versus por Cr$ 150,00. Você receberá 12 números do jornal e mais nossas edições especiais. Se você conseguir três assinaturas terá direito ao nosso livro «Paulo Pontes — A Arte da Resistência», ou o Livrão de Quadrinhos. Ou ainda o livro de poemas de Cesar Vallejo. Assine Versus com seus amigos. Envie cheque nominal ou vale postal à Editora Versus Ltda, R. Capote Valente, 376 — Pinheiros, São Paulo — SP, CEP 05.410.

NOME.....

RUA.....

BAIRRO..... CEP.....

CIDADE..... ESTADO.....

PROFISSÃO.....

OBSERVAÇÕES.....

SUCESSÃO

Os amigos do Figueiredo

A comunidade dos candidatos a candidato agita-se de alto a baixo do país. Por enquanto, estão em vantagem os que dizem contar com a simpatia do general Figueiredo. Mas tudo pode acontecer até as convenções em 78

Não há quem resista à tentação de comparar as eleições do ano que vem a "um jogo de cartas marcadas" ou a um bolão da loteca. Um jogo que, afinal, tem o seu fascínio, embora o público só tenha chance nas paradas menores e já se saiba de antemão que a bolada maior fica sempre com o croupier.

Serão nomeados 23 senadores e 23 governadores e depois, no dia 15 de novembro, serão escolhidos pelo antigo método da eleição direta os outros 23 senadores e mais um número ainda não fixado de deputados federais e estaduais(1).

Falta um ano para que as convenções dos colégios eleitorais estaduais se reúnam e se escolham os "candidatos". Mas a movimentação já é intensa, há muita gente em campanha e alguns, teoricamente, até eleitos.

Do processo, participam dois partidos em extinção, segundo prevê a maioria dos analistas políticos do país. Uma Aliança que todos os favores tem recebido e um Movimento que participa, desde que não ganhe.

Mas para ganhar uma indicação é importante, quase decisivo, buscar apoio fora dos quadros partidários. Assim, multiplicam-se as manobras e aí despontam os "amigos do Figueiredo", uma nova comunidade sempre apressada em lembrar suas ligações, suas simpatias com o mais visível dos generais candidatos à Presidência, o chefe do SNI, João Baptista Figueiredo.

Um charlatão candidato a pitonisa poderia faturar em cima de suas previsões, dizendo, por exemplo, que só no Rio a oposição vai ganhar. Mas ele facilmente seria desmascarado, pois basta ler a lei para saber disso.

Para indicar os nomes, no entanto, ele já teria que dar provas de maior capacidade, embora algumas previsões possam ser arriscadas.

De Brasília se sabe apenas que a sucessão estadual é só uma conseqüência da sucessão presidencial, e por isto as definições devem começar a vir a partir de janeiro.

Uma primeira visão panorâmica mostra algumas definições que já existem em seis dos principais estados do país, embora seja um quadro ainda sujeito a "chuvas e trovoadas", como diz o líder da bancada arenista na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, deputado Celestino Goulart.

No Paraná o Ministro Ney Braga é uma espécie de senhor das eleições — tem a posição mais tranqüila, ou um cargo em Brasília (presidente, quem sabe?) ou realizar um velho sonho: governar outra vez seu estado. No Rio Grande do Sul já existe um favorito para o governo do estado, secretário nacional da Arena, Nelson Marchezan, o que não acontece em Minas, onde Francelino disputa com outros sete candidatos em igualdade de condições. Dois ex-diretores de banco disputam o governo paulista, enquanto dois Magalhães (Antonio Carlos e Jutahy) decidem a coisa na Bahia. Já no Rio, "o MDB virou Arena e a Arena ficou olhando", como explicam todos.

Trabalharam nesta reportagem: Marcelo Lopes (Rio Grande do Sul), Graça Seligman (Brasília), Carlos Battesti (Bahia), Gleizer Naves (Minas Gerais), Hélio Teixeira (Paraná), Marcelo Pontes (Rio de Janeiro), Augusto Nunes (São Paulo).

(1) O número de deputados federais por estado é estabelecido na proporção de eleitores neles inscritos, conforme os seguintes critérios: a) até 100 mil eleitores, três deputados; b) de 100.001 a 3 milhões, mais um deputado para cada grupo de 100 mil eleitores ou fração superior a 50 mil; c) de 3.000.001 a 6 milhões, mais um deputado para cada grupo de 300 mil ou fração superior a 150 mil; d) além de 6 milhões de eleitores, mais um deputado para cada grupo de 500 mil eleitores ou fração superior a 250 mil. Excetuando-se o de Fernando de Noronha, cada território é representado por um deputado. Como se vê, o número total depende do IBGE, que em março deverá fornecer os dados estatísticos oficiais para as eleições, o que também influirá no número de deputados estaduais que serão eleitos.

Dois bancos na corrida paulista

Embora o gongo só vá soar em janeiro, dois fortes lutadores já ocupam seus cantos do tablado, se a sucessão estadual paulista pode ser comparada a uma luta de box. De um lado, o já por duas vezes ex-governador do estado, Laudo Natel; de outro, o atual prefeito da cidade de São Paulo, Olavo Setúbal. O primeiro tem entre seus golpes mais poderosos uma sólida amizade com o mais provável futuro presidente, o general Figueiredo. Uma amizade iniciada em 1966, quando Natel assumiu o governo do estado, graças à cassação do governador eleito, Adhemar de Barros, e o general era o chefe da Força Pública estadual. Já Olavo Setúbal tem o apoio do atual governador Paulo Egydio e é considerado nos meios revolucionários uma das maiores reveleções de administrador do pós-64.

Além da simpatia de Figueiredo, Natel vem incentivando uma simpática imagem de "governador caipira" em suas viagens por todo o interior do estado, desde 1974, quando deixou o governo — são mais de 1.500 visitas ao longo de três anos. Além disso é uma espécie de patrono do São Paulo Futebol Clube. Com isto ele tenta obter uma popularidade que as urnas sempre lhe negaram. Em 1963 foi eleito vice-governador do estado porque formou "dobradinha" com os três candidatos ao governo — Adhemar, Jânio Quadros e José Bonifácio Nogueira. Em 65 disputou a prefeitura de São Paulo, com seis outros candidatos e não passou de um melancólico quarto lugar, nas eleições vencidas pelo brigadeiro Faria Lima. De lá para cá, ganhou uma nomeação para o governo do estado, feita no período Médici, e carregou uma sistemática indefinição política. Assim, se existe uma facção *laudista* na Arena paulista, ninguém sabe qual é o ideário do grupo, além da simples recondução de seu líder ao palácio.

Esta indefinição de Laudo — que em quatro anos de governo jamais deu uma entrevista — está sendo explorada por políticos vinculados ao esquema do governador Paulo Egydio, principalmente os deputados federais Adhemar de Barros Filho (Secretário da Administração) e Rafael Baldacci (Secretário do Interior), uma dupla que também se dedica ao esporte das peregrinações ao interior nos fins-de-semana, ambicionando a prefeitura de São Paulo ou uma vaguinha biônica no Senado. Os que defendem Setúbal, o fazem principalmente porque uma vitória de Natel tornará uma espécie de cacique do oficialismo paulista. Pesquisas recentes, no entanto, comprovam que sete entre dez paulistanos não sabem o nome de seu prefeito, impopularidade que poderá ser fatal para um homem retirado há apenas três anos de uma brilhante carreira na administração privada. Numa avaliação dos primeiros *rounds* pode-se dizer que existe um equilíbrio entre os lutadores, que se estende até mesmo aos seus patrocinadores: o Itaú (Setúbal) e o Bradesco (Natel), os dois maiores bancos privados do país, que até pouco tempo tinham os atuais candidatos nos seus respectivos quadros de funcionários.

Os outro nomes que têm surgido como candidatos ao governo paulista admitem particularmente que os objetivos são outros, coisas como um Ministério, uma embaixada ou, quem sabe, uma cadeira no Senado. Entre estes estão: Delfim Netto, que deverá apoiar Natel, sendo o maior candidato a ocupar um futuro Ministério da Economia. Abreu Sodré, que atua em faixa própria e parece querer passar um tempo lá fora, numa embaixada, de preferência em Paris, no lugar de Delfim. Já Paulo Maluf topa qualquer conchavo para voltar à prefeitura de São Paulo.

Quanto à única vaga importante que será disputada diretamente, o MDB aparece com vantagem, o que poderia significar a recondução do senador Franco Montoro à sua cadeira no Senado Federal. Isto, dentro do MDB, só poderia ser discutido pelo atual presidente nacional do partido, deputado federal Ulysses Guimarães, e, mesmo assim, Montoro permanece favorito.

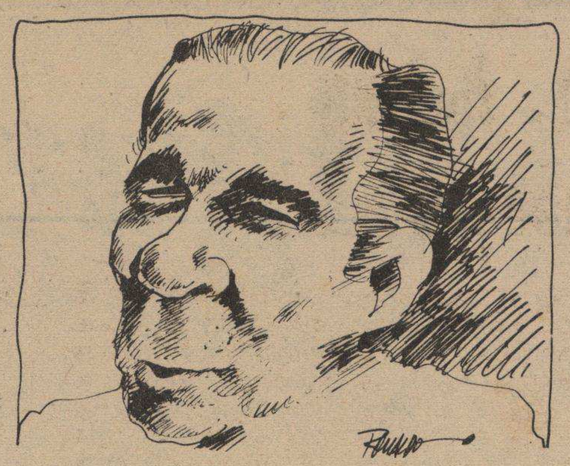
▶

UMA BOA AULA NÃO DEPENDE SÓ DO PROFESSOR

Uma boa aula depende também de seu interesse e do material que você usa. A Cepal sabe disso, e possui o mais variado estoque de material escolar e de desenho, esportivo, vestuário, livros e um montão de coisas prá quem estuda. E ninguém precisa ser mestre prá saber que a Cepal, têm o melhor preço da cidade.
À Vista ou a prazo, tudo pelo crediário sem igual.
Cepal, tres endereços para melhor servir.

SÓPROPAGANDA

Cepal
COOPERATIVA DOS ESTUDANTES DE PORTO ALEGRE LTDA.
Av. André da Rocha n.º 216
Av. Presidente Roosevelt n.º 1344
Av. Assis Brasil n.º 2642



O sonho de Ney é governar o Paraná?

"Por que vocês não perguntam qual é o meu sonho?"

Em maio passado, quando o movimento estudantil em todo o país aumentava a temperatura em Brasília, o ministro da Educação, Ney Braga, insistia em se desviar do assunto, fazendo esta pergunta, que, em seguida, ele mesmo respondia: "É governar o Paraná, o meu estado".

Foi o que bastou para que seus inúmeros discípulos começassem a desfiar seguidas declarações de apoio ao sonho ministerial. O próprio governador Jayme Canet Júnior, normalmente sisudo e sem opiniões políticas claramente definidas, não se agüentou e disse: "Meu candidato é o Ney".

Ney Aminthas de Barros Braga, 60 anos, nascido na legendária Lapa, a 60 quilômetros de Curitiba, onde segundo o contista Dalton Trevisan "sua pacatez é tal que se ouve o capim crescer", poderia ter ambições maiores: a presidência da República.

Esta hipótese é remota, embora o ministro seja o mais forte candidato de uma saída *anfíbia* (que agradasse a civis e militares ao mesmo tempo) para a sucessão de Geisel.

Atualmente o chamado esquema *neysta* se move entre duas hipóteses principais: 1) Se Figueiredo for o sucessor, Ney Braga, por suas ligações com o general, deverá ter um cargo próximo ao presidente, "um Ministério ou a Casa Civil", dizem os amigos; neste caso, o sucessor de Canet Júnior seria o atual prefeito de Curitiba, Saul Raiz; 2) sem cargo em Brasília, Ney será o futuro governador paranaense.

O problema de quem tem tantos admiradores é dividir os cargos que pode dispor. Além de Saul Raiz, estão na lista o atual secretário da Saúde, Arnaldo Buzzatto, e o presidente do diretório regional da Arena, o ex-emedebista Affonso Alves de Camargo Netto.

E até mesmo o senador Matos Leão, que em 1975 rompeu com o *neysmo,* mas que depois achou melhor mudar de idéia e renovou seus laços com o cacique da política paranaense.

Canet Júnior, por sua vez, afirma e reafirma que vai cumprir seu mandato até o fim, o que o tornaria inelegível. Além disso, o bilionário governador paranaense parece integrado ao *staff* de Buzzatto, para quem financiou uma viagem aos Estados Unidos, onde foi operado de um câncer facial. Canet estaria pensando também em ser ministro da Agricultura de Figueiredo.

A pouco provável hipótese de que o esquema *neysta* se embarace nos próximos meses poderá dar oportunidades às chamadas "reservas políticas paranaenses". Nesta turma que quer ver a caveira do ministro estão: o esconjurado ex-governador Paulo Pimentel, que então poderia imaginar algo mais do que ser deputado federal, e o senador Accioly Filho, que atrás de seus vastos e grisalhos bigodes poderia substituir sua ambição atual de uma vaga no Supremo Tribunal pelo Palácio do Iguaçu, onde reinaria um arenista que jamais tirou o PSD do coração.

Mineiros, nem tão silenciosos assim

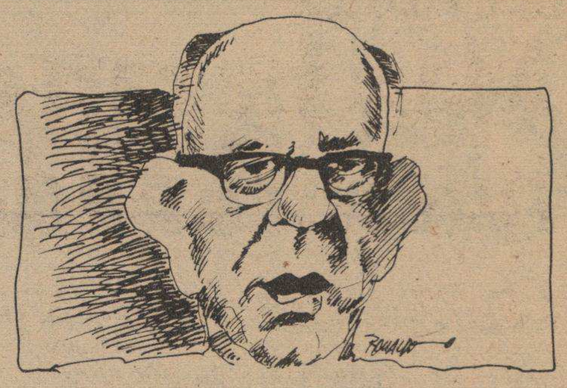
Alguns declarados, outros não, até agora são candidatos à sucessão estadual em Minas: os deputados federais Francelino Pereira (presidente nacional da Arena), Jorge Vargas (vice-líder do governo na Câmara), Murilo Badaró (ex-secretário geral da Arena), Fagundes Neto (atual secretário da Indústria, Comércio e Turismo) e Crispim Jacques Bias Fortes, o *Biazinho* (Secretário das Comunicações e Obras Públicas); completam a lista o ministro da Agricultura Alysson Paulinelli, o deputado estadual João Ferraz e o atual presidente da Caixa Econômica Estadual, Hélio Garcia. São oito ao todo e, como se vê, gente muito importante.

Pelo critério de popularidade, que se anuncia será decisivo nas indicações, destacam-se dois pessedistas (Murilo Badaró e Bjazinho) e dois udenistas (Francelino e Fagundes Neto). Os outros baseiam suas aspirações em ligações nem tão populares, mas nem por isto menos importantes na atual democracia relativa brasileira. Ferraz infligiu a única derrota sofrida pelo governador Aureliano Chaves na Assembléia mineira, quando concorreu e venceu às eleições para a presidência da casa, contra o candidato oficial, Denio Moreira. Agora anda distribuindo cópias xerox (ele mandou fazer dez mil) de sua recente visita ao presidente Geisel. Vargas é vice-líder de Zézinho Bonifácio e tem livre trânsito na área militar. Paulinelli e Garcia são os preferidos dos tecnocratas, hoje uma raça desgastada no cenário político.

Com base nas últimas eleições, os quatro mais populares ficariam na seguinte ordem: Francelino Pereira, 65.754 votos; Fernando Fagundes Neto — que há poucos dias se lançou candidato com grande estardalhaço — 61.950 votos; Murilo Badaró, 56.491; e Crispim Bias Fortes, 42.441. Mas Francelino terá pela frente um grande obstáculo, que certamente será usado pelos adversários: não é mineiro, pois veio ao mundo no distante Piauí.

Na briga pelas cadeiras no Senado Federal a coisa parece bem mais tranqüila. O deputado Tancredo Neves pinta como um imbatível candidato emedebista na vaga direta. Ele atravessa uma "fase muito feliz de sua carreira política", com sólidas bases rurais — "onde sempre foi bom de voto" — e com um recente prestígio urbano. Para enfrentar o homem, a Arena tem duas opções: Magalhães Pinto ou Aureliano Chaves, mas nenhum deles parece interessado no desgaste de uma possível derrota, especialmente o senador, que se anuncia como o futuro presidente do país. Então deve dar Tancredo mesmo.

Nada mais coerente do que a vaga biônica ficar com Zézinho Bonifácio, o líder do governo na Câmara, mas ficam na espera o ex-governador Rondon Pacheco, atual presidente da Usiminas, e Francelino, caso não ganhe a indicação para o governo do estado. Porém não se deve esquecer a incrível capacidade de articulação do PSD mineiro que, se conseguir para si a vaga biônica, deverá indicar o ex-vice-governador Pio Canedo, uma espécie de pajé pessedista.



No Rio, o MDB aguarda instruções

O MDB fluminense é igual à Arena de qualquer outra parte do país — não discute a validade da sucessão, ao contrário, briga por ela. E como as arenas, o MDB do Rio espera pela definição da sucessão presidencial em janeiro, para obter o assentimento "oficial" ao nome de seu candidato.

Fortalecido pelo *pacote de abril,* o partido vai ter o único governador de oposição do país. No momento os emedebistas do Rio tentam melhorar a imagem do partido, depois de dois anos e meio de brigas pelo controle do Diretório Regional, exatamente quem vai sugerir o nome do futuro governador.

Uma trégua assinada em julho entre os dois caciques locais — Chagas Freitas, senhor dos votos da antiga Guanabara, e Amaral Peixoto, uma espécie de barão da política no antigo estado do Rio de Janeiro, unidos pela força da fusão dos dois estados — está em vigor, o que prejudica as manobras eleitorais.

Superada a ameaça de perder o poder por mau comportamento, o MDB do Rio terá de resolver outros problemas antes de caminhar seguramente para o Palácio Guanabara. Em primeiro lugar, superar a crítica dos setores mais avançados da oposição nacional, que exigem coisas como fidelidade aos princípios partidários, que passam por eleições diretas e impedem a adesão descarada ao governo.

Esta questão, já se sabe, deverá temperar a próxima convenção nacional do partido, dia 28 de setembro. Mas a defesa já está preparada: "O MDB fluminense vai se fazer de surdo", dizem. A divisão do bolo eleitoral, no entanto, já teria provocado as primeiras escoriações no pacto, o que só não vem a público porque, além de surdo, o MDB fluminense fica mudo até janeiro.

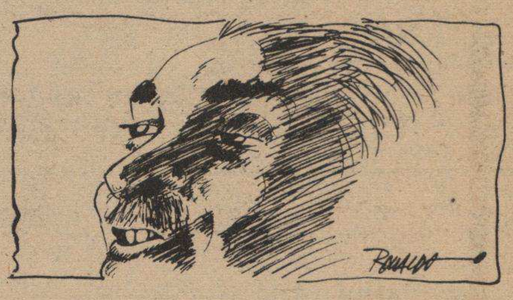
As candidaturas de antes do pacto — senador Roberto Saturnino (amaralista) e deputado federal Erasmo Martins Pedro (chaguista) — foram sacrificadas em nome da unidade, embora se comente que alguém, mais em cima, tenha vetado os dois nomes.

Com isto o candidato mais forte passou a ser o próprio Chagas Freitas, que providencialmente renovou sua filiação partidária, cancelada em maio de 75, quando a executiva nacional desistiu de expulsar do partido quem voluntariamente o abandonava — Chagas fez acusações indiscriminadas de que havia infiltração comunista no MDB.

Amaral Peixoto tem contra si a idade de 74 anos, o problema inverso de seu herdeiro, Wellington Franco, prefeito de Niterói, que não terá o mínimo de 35 anos, exigido pela Constituição aos candidatos. Resta-lhe encontrar um cidadão de meia idade, que convença Chagas e agrade aos militares.

Esperando pelas migalhas do banquete, a sempre minoritária Arena conta com três hipóteses: prorrogação pura e simples da intervenção no novo estado, novo rompimento entre Chagas e Amaral (o que poderia levar uma das correntes a apoiar um arenista) ou a *compra* dos votos do colégio eleitoral, pelo aliciamento de alguns emedebistas menos convictos.

Mas certamente foi o desespero eleitoral, de quem teme por sua reeleição, como o deputado federal Eduardo Galil, que levou um grupo de arenistas a lançar a candidatura do general Syzeno Sarmento, aposentado recentemente do Supremo Tribunal Militar, por ter chegado aos 70 anos. Já as duas vagas do Senado, aparentemente emedebistas, deverão ser ocupadas por Nelson Carneiro (biônico) e algum candidato ao governo que não conseguir a indicação.



Preferência baiana entre dois Magalhães

Mais do que em outros estados, na Bahia está afastada a hipótese de um tecnocrata vir a ser escolhido governador do estado em 1978. Isto porque uma escolha deste tipo levou ao governo estadual o ex-reitor da Universidade da Bahia, Roberto Santos,e foi "desastrosa", segundo a maioria dos políticos.

Tal decisão pode afastar uma candidatura de muito prestígio na área federal, a do atual Ministro da Indústria e Comércio, Ângelo Calmon de Sá, e deixa como grande favorito o atual presidente da Eletrobrás, Antonio Carlos Magalhães, um político em toda a extensão da palavra.

Uma recente pesquisa feita pelo jornal Diário de Notícias, de Salvador, nos meios políticos, mostra que Antonio Carlos tem a preferência da maioria, ficando em segundo lugar o deputado federal Jutahy Magalhães, filho do velho líder baiano Juracy Magalhães.

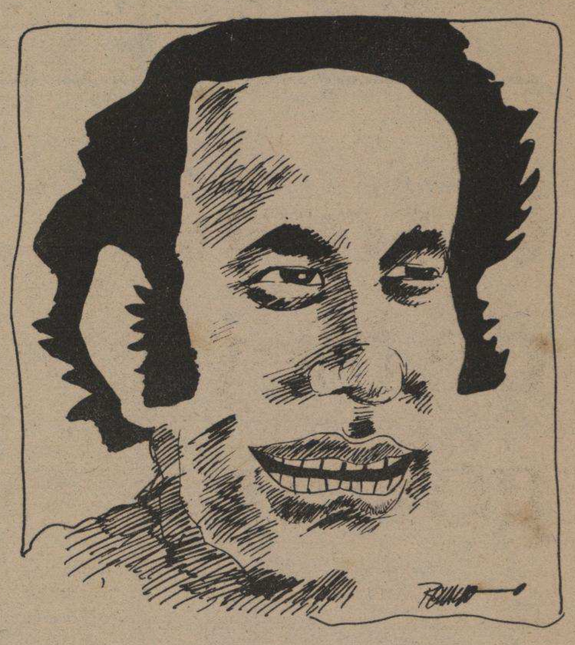
Calmon de Sá não é totalmente descartado porque é um nome que consegue reunir as diversas facções em que está dividido o partido governista na Bahia. Mas os políticos baianos lembram que o governo não pode perder as próximas eleições legislativas no estado, sob pena de ter seu prestígio muito abalado, o que exigiria uma solução política que agradasse o interior e a capital. No caso, um dos dois Magalhães, Antonio Carlos ou Jutahy.

Indiscutivelmente a maior força eleitoral do estado é o ex-governador Antonio Carlos, mas ele tem uma séria restrição para superar, justamente o fato de já ter sido escolhido uma vez — dificilmente o Governo Federal admitirá escolher duas vezes a mesma pessoa. Neste caso, crescem as possibilidades do herdeiro de Juracy, que já conseguiu eleger vários prefeitos ns últimas eleições municipais. Além disso, Antônio Carlos é mais um amigo do general Figueiredo, com aspirações ministeriais, no caso a pasta do Interior, onde passaria a controlar alguns órgãos de seu interesse, como a Sudene e o BNH.

Outros nomes citados, como o do deputado federal e ex-governador Lomanto Júnior ou do atual governador do Distrito Federal, Elmo Serejo , ou ainda, o do presidente do Banco da Bahia, Hilberto Silva, da preferência do atual governador, estão aparentemente fora da luta. Isto porque não têm prestígio junto ao Planalto e nem representam forças políticas significantes. Mesmo assim, resta um ano de especulações e qualquer destes nomes poderá ser revigorado ao longo da caminhada, desde que não se chegue a um consenso em torno dos favoritos. E consenso é uma coisa que a Arena baiana não consegue há muito tempo.

SUCESSÃO

Marchezan está na frente. Mas quem duvida de uma surpresa?



Marchezan? Prieto? Germano? Jair Soares? Já houve muito mais nomes numa longa lista de prováveis futuros governadores do Estado do Rio Grande do Sul, mas depois que as determinações do *pacote de abril* e as intenções do Presidente da República foram sendo absorvidas pelos arenistas gaúchos, a sucessão de Sinval Guazzelli começou a se definir. Com o natural expurgo de uns e o evidente fortalecimento de outros.

Assim, exatamente um ano antes da indicação, o deputado federal Nelson Marchezan desponta como o mais forte candidato. Secretário nacional da Arena, deputado federal mais votado no estado (pelo lado governista), homem de prestígio nas áreas civil e militar — há muitos fatores a credenciar Marchezan.

Há alguns meses dizia-se que a falta de disposição pessoal seria o maior obstáculo entre o deputado e o Palácio Piratini. Mas agora vê-se que ele está em franca, porém discreta, campanha pela indicação. Tanto que no mês passado esclareceu publicamente ser "um soldado do partido, disposto a assumir qualquer encargo".

Meio desiludidos, os demais candidatos parecem se conformar com a situação e admitem até que "no final quem vai decidir sobre a sucessão vai ser ele mesmo, pois é o secretário nacional do partido". E tem mais: Marchezan é moço, uma exigência de todos, e com sua indicação estaria sendo repetida uma fórmula que aparentemente deu certo com Guazzelli, o deputado federal gaúcho mais votado em 1970.

Apesar de tudo, nada está definido. Sabe-se que há candidatos correndo por fora e os exemplos de zebras assustam. Quem duvida de uma nova surpresa como a de 1966, quando o senador Tarso Dutra foi preterido na indicação ao Governo, em favor do coronel Peracchi Barcellos?

É por isto que, mesmo sem poder tanto quanto Marchezan, os outros já se mobilizam. O ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, que dividiu seu tempo durante o período administrativo voando entre Brasília e o Rio Grande do Sul, agora quase não pode mais ser encontrado na capital federal. Mas ele parece impotente eleitoralmente depois das mordomias e seus fantásticos editais de concorrência.

Entre os Secretários de Estado há três candidatos declarados: Otávio Germano, do Desenvolvimento Regional e Obras Públicas; Airton Vargas, da Educação; e Jair Soares, da Saúde. Só o primeiro, porém, poderá atender às necessidades de lastro político, que fatalmente se exigirá do candidato.

Como diz o repórter político gaúcho Érico Valduga: "No caso do Rio Grande do Sul é irreal admitir que um burocrata de alto nível ou um político inexpressivo possa suceder a Sinval Guazzelli. Que condições teria este inexperiente de coordenar apoios para formação de novos partidos ou para a campanha?" Tal argumento afastaria o ex-dirigente do Banco do Brasil, Nestor Jost, acusado de "não ter carisma", o que também acontece com o atual vice-governador Amaral de Souza.

Dois outros postulantes já desistiram de tentar a indicação. O líder do partido na Assembléia, deputado Hugo Mardini, que apostou na radicalização do regime e agora "ficou pendurado no pincel", principalmente depois de ter tentado um "golpe", candidatando-se à presidência do diretório regional contra as velhas lideranças divididas da Arena gaúcha. Hoje sua liderança — até pouco tempo incontestável — na bancada começa a fluir para outro deputado: Rubi Diehl. Mardini já mobilizou seu *staff* para se eleger deputado federal. A mesma decisão tomou o Secretário do Trabalho e Ação Social, Carlos Alberto Chiarelli. Se eleito, ele será uma indicação natural para ocupar o Ministério do Trabalho, pois tem liderado as delegações brasileiras que participam da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o que lhe dá um prestígio internacional no setor.

Resta especular sobre quem vai para o Senado. Neste caso o Diretório Regional da Arena já se definiu mais claramente: Tarso Dutra (biônico) e Sinval Guazzelli (concorrendo às eleições diretas). O problema é que nenhum dos dois parece disposto a aceitar o oferecimento. Tarso se diz um democrata e não quer ser indicado; Guazzelli anuncia pretender encerrar o seu mandato, o que o torna inelegível, mas abre a possibilidade de um cargo federal, até mesmo a vice-presidência de Figueiredo. Este seria um prêmio ao seu sucesso político como governador e evitaria que colocasse em risco este mesmo prestígio numa eleição em que o MDB, e mais especificamente seu líder regional Pedro Simon parecem imbatíveis.

No final, Tarso Dutra deverá abrir mão de suas recentes convicções democráticas aceitando a vaga biônica, já que por problemas de saúde ele dificilmente poderá enfrentar uma campanha eleitoral ou mesmo os encargos da administração estadual. A outra vaga no Senado, aquela que passa pela vontade do eleitorado, deverá ser disputada por um "infeliz que perder a disputa pelos outros cargos".

Do outro lado, Simon (141.883 votos em 1974, votação cinco vezes maior do que a do segundo colocado), depois de ver um sonho de muitos anos — ser governador do estado — ser empacotado em abril, não terá outra alternativa senão a de se mudar para Brasília, uma decisão adiada desde 1966. Em Brasília ele terá melhores condições de disputar a presidência nacional do partido.

ARENAÇOS

Nas chamadas "eleições" a se realizarem a 1º de setembro de 1978, votarão para escolha do governador e do senador biônico em cada estado, os deputados estaduais, delegados das Câmaras Municipais (cada uma delas indicará um membro entre seus integrantes e mais um outro para cada grupo de 200 mil habitantes do município), não podendo nenhuma delegação ter menos de dois representantes.

No Rio Grande do Sul existem 232 municípios, com maioria arenista em 145 e emedebista em 87. Assim a Arena terá a maioria com 290 representantes de Câmaras Municipais e mais 23 deputados estaduais, ou seja, 313 votos. O MDB terá 174 vereadores, mais 33 deputados, mais os delegados das grandes cidades (cinco de Porto Alegre e um de Pelotas, podendo ainda obter mais três votos em Canoas, Santa Maria e Caxias, desde que o IBGE demonstre, em março, que estas cidades já têm 200 mil habitantes). Assim a oposição fica com 212 a 215 eleitores. Como se vê, é um cálculo um pouco complicado e no final o MDB, mesmo com maioria na Assembléia, nas principais cidades e no colégio eleitoral do Rio Grande do Sul, acaba perdendo por 101 votos, graças à relatividade da democracia brasileira, surpreendente até mesmo para um Einstein desavisado.

A história dos três últimos governadores gaúchos também inova em termos de teoria da relatividade democrática. Em 1966, Walter Peracchi Barcellos chegou ao Piratini depois de derrotar Tarso Dutra em convenção da Arena e ter recebido uma *mãozinha* do governo, que cassou seis deputados emedebistas, assegurando a maioria de um voto para a Arena escolher o governador. Uma volta por cima de quem havia sido derrotado oito anos antes por Leonel Brizola, por 670 mil votos contra 500 mil.

Um jantar do presidente Médici com as lideranças arenistas serviu para indicar o nome do sucessor de Peracchi. Depois da sobremesa, sobrou o deputado federal Euclides Triches, outra volta por cima de quem já havia sido derrotado por Brizola nas eleições municipais de Porto Alegre em 1955. Nesta ocasião Tarso Dutra foi preterido pela segunda vez em sua intenção de chegar ao Piratini. Ele seria marginalizado pela terceira vez em 1974, quando a escolha caiu para Sinval Guazzelli, uma volta por cima para quem perdeu as eleições municipais de Porto Alegre para Sereno Chaise em 1960.

CONTINENTAL,

RÁDIO EM FREQÜÊNCIA LIBERAL

SOM PURO NOS 1120

O imbatível Meneghetti

Depoimentos de um político sem idéias que nunca perdeu eleição

A revolução tinha estourado no centro do país, mas sua sorte seria decidida no Sul, para onde se deslocavam o presidente da República e seus principais assessores. Então, o governador do Rio Grande do Sul chamou seu secretário de Obras Públicas e disse:

— Nós não vamos morrer por causa deste troço. Vamos para Passo Fundo.

A história é contada pelo próprio governador de então, Ildo Meneghetti, que faz questão de dizer não ter feito uma simples retirada naquele abril de 1964:

— Bota aí que eu fugi mesmo, meu filho.

Como explicar que um homem totalmente avesso à atividade política, que ingressou nela para retribuir um favor de um amigo, tenha conseguido por 20 anos dominar o cenário político regional, impondo derrotas sucessivas aos líderes populistas mais expressivos de um estado que tem a pretensão de ser "o mais politizado do país"? É um homem definido como um "político medíocre" pelo brazilianista Thomas Skidmore, mas que jamais perdeu uma eleição, nem a oportunidade de se impor como uma solução conciliatória. "Sempre que dois brigavam, chamavam o Ildo para resolver o problema", confirma Meneghetti.

Uma pessoa capaz de uma profunda autocrítica no fim desta vitoriosa carreira:

— O grande erro da história do Rio Grande foi eu ter vencido o Pasqualini em 56.

Aqui ele conta aos repórteres Ricardo Schmit e Marcelo Lopes, num depoimento de quatro horas, alguns detalhes de uma vida profundamente ligada aos grandes momentos e decisões da história recente do Rio Grande do Sul.

A primeira vez que Meneghetti se valeu de sua vocação para aproveitar ocasiões propícias foi em 1912, quando uma lei federal permitiu que ingressasse na Escola de Engenharia com apenas 16 anos. Nascido a 20 de junho de 1895, na casa nº 19 da Rua José do Patrocínio, em Porto Alegre, teve de superar algumas dificuldades para estudar. É filho de um modesto alfaiate nascido na Itália, que tinha uma casa comercial na Rua Marechal Floriano.

No Rio só sendo velhaco

Ainda em 1912, Meneghetti andou treinando como ponteiro-direito do Internacional. Como jogador de futebol sua carreira foi curta — interrompida por uma lesão num braço — mas serviu para marcar o início de uma trajetória que se desenvolveu, com muitas vitórias e poucas derrotas, em três frentes: política, profissional e esportiva.

— Sempre fui um conciliador — costuma dizer.

E este papel começou a ser exercido na Escola de Engenharia, onde mediou uma divergência entre a direção e os estudantes que queriam dinamitar a porta do prédio. A direção havia fechado a porta da frente para evitar que os estudantes se escondessem ali para vaiar os soldados que passavam e entre os mais revoltados estava Ildo Fiúzza, que anos depois concorreria à presidência da República pelo Partido Comunista.

— Minha formação se deu ao sabor dos fatos. Nunca fui de ler autores políticos. E nem lia outras coisas, pois tinha grande dificuldade para ler à noite.

Formado engenheiro, Meneghetti teve o primeiro emprego, em 1917, na construção da estrada de ferro que liga Carlos Barbosa a Bento Gonçalves, onde ganhava seis mil réis por mês e residia em Garibaldi, a 115 quilômetros de Porto Alegre. Em 1919, casou com Judith Mello — "filha de uns federalistas lá de Santiago" —, com quem teve 16 filhos que lhe deram 16 netos.

Em 1922, Meneghetti foi transferido para Porto Alegre e cinco anos depois, junto com os engenheiros Frederico Dahne e Jorge Melo Feijó, fundou uma empresa de engenharia que ganharia uma concorrência e o levaria ao Rio, por volta de 1935.

— A firma deveria fazer o plano de águas do Rio de Janeiro. Fui para lá e fiquei 15 dias. Cheguei à conclusão de que no Rio só sendo velhaco e eu nunca fui de dar gorjeta. Resolvi voltar e ficar agüentando o Flores (da Cunha, a quem, mesmo com algumas restrições, Meneghetti considera o melhor governador que o Rio Grande já teve).

Um pequeno incidente determinaria o ingresso de Meneghetti na política. A filha de um cunhado que morava em Santiago tinha ficado em segundo lugar num concurso e esperava nomeação. Um dia ela veio com o pai a Porto Alegre e se hospedaram na casa de Meneghetti (desde 1922 ele mora num sobrado de dois andares na Rua Ramiro Barcelos). No meio da noite, o amigo morreu repentinamente. No outro dia, Meneghetti foi procurar outro velho amigo, Cylon Rosa, secretário do Interior, preocupado com a situação da sobrinha. Alguns dias depois ela foi nomeada, antes mesmo do primeiro classificado.

Anos depois, em 1947, Cylon Rosa é presidente do diretório regional do PSD e procura Meneghetti: "Nossa nominata de vereadores está muito fraca e precisamos de seu prestígio na cidade". O convite surpreendeu o engenheiro, já com 52 anos:

— Coisa que eu nunca tinha pensado na vida era entrar na política. Não queria sofrer desencantos. Mas eu não podia recusar nada ao Cylon, pelo favor que ele me tinha feito. Disse que não queria ser ingrato e aceitei concorrer, mas impus três condições: não faço discurso, não quero meu retrato na rua e nem que digam que eu sou o maior do mundo. Pensei que assim não me elegia.

(O prestígio de Meneghetti na cidade vinha de 1929, quando ele foi convocado por Antenor Lemos, presidente da Federação de Futebol, para cumprir um mandato tampão no Internacional e contornar uma crise no clube. Ficou cinco anos na presidência, construiu o Estádio dos Eucaliptos — substituído pelo Beira-Rio, em 69 — e ganhou o título de "patrono eterno").

O PSD elegeu quatro vereadores em 47, entre eles Meneghetti (os outros eram Coronel Bordini, Darci Rocha e Landell de Moura) Um ano depois, o prefeito Gabriel Pedro Moacir teve uma série de atritos com a Câmara e teve que pedir demissão.

O milagre da vitória

— O governador era o Walter Jobim, ele aceitou a demissão mas não queria desprestigiar o homem. Então pediu que ele indicasse um sucessor entre os vereadores da bancada governista. O Gabriel respondeu que não dava para aturar aqueles vagabundos e que o único de confiança era eu. Eu não queria, porque todo prefeito é chamado de ladrão e eu não queria passar por isto, mas não tinha outro jeito. Quando cheguei em casa, a família tinha ouvido a notícia pelo rádio e todo mundo estava chorando, parecia que eu tinha morrido. A mulher reclamou que eu não tinha ouvido ela e eu disse que nunca iria comparecer a qualquer solenidade e nem botar os pés num carro da prefeitura

Deixou a prefeitura quando Ernesto Dornelles assumiu o governo do estado. Mas em 51 estavam previstas novas eleições e Meneghetti concorreria contra Leonel Brizola, obtendo uma vitória quase inacreditável, pelo que representou o trabalhismo no Rio Grande do Sul. Dessa época o ex-governador fala com certo entusiasmo, embora confesse mais adiante que preferia não ter entrado na política.

— O PTB tinha 56 mil votos em Porto Alegre e nós só 36 mil. Ninguém queria concorrer porque a derrota parecia certa.

ASSINE coojornal

12 EDIÇÕES: APENAS Cr$80,00

Leia o jornal de idéias e opiniões que estimula o debate.
Que expõe os assuntos polêmicos sem rodeios. Que abre as suas páginas para os que estão pensando e analisando a realidade brasileira.
Um jornal crítico e independente, dirigido às pessoas formadoras de opinião.
Este é o Coojornal, editado pela Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre.

Cupom de assinatura

Assinatura por doze edições: Cr$ 80,00

Envie cheque nominal ou vale postal para:
Rua Comendador Coruja, 372 — Porto Alegre — RS — 90.000
Fones 218984 e 240951

Você pode assinar o Coojornal a partir do nº 13
Assinale no quadrinho a edição em que você quer que comece a valer sua assinatura:

13 14 15 16 17 18 19 20

Nome: _____

Profissão: _____

Endereço: _____

CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

Luiz Abreu

"O Brossard não lia meus projetos e caía de pau em cima. Aí eu ofereci uma Secretaria de Estado e ele aceitou. Eliminei o meu maior crítico da Assembléia e ele morreu pra mim"

Então eu aceitei. Pensei que as eleições não iam sair. Achava que o Getúlio não ia dar liberdade do povo escolher, mas o Brizola e o Goulart conseguiram mudar a opinião do velho. O Brizola começou a campanha com shows de artistas do Rio e São Paulo. Distribuíam um panfleto para as pessoas votarem no gostosão e não no velho careca.

Aí o homem de 82 anos faz uma pausa na conversa, se ajeita na poltrona e dita:

— Agora vou contar, pela primeira vez, como aconteceu o milagre da minha vitória. Acontece que tinha um capataz da fábrica Renner que era um grande cabo eleitoral deles (PTB) no Bairro Navegantes. O homem procurou o Brizola e disse que lá era um bairro católico e que não ficava bem ele fazer campanha com aquelas mulatas quase nuas no meio da rua. O Brizola respondeu que precisava de gente que o acompanhasse, que já estava cheio de quem queria lhe dar conselhos. O homem — ele não diz o nome, nem 26 anos depois — ficou brabo e me procurou. Me disse que era trabalhista e que pelo Getúlio era capaz de morrer. "Mas quero livrar ele de um cafajeste que se chama Leonel Brizola. Este homem, se subir, vai matar o velho. Faço tudo para o senhor ser eleito, mas depois não ponho os pés na prefeitura e nem o conheço."

Todas as terças e quintas-feiras, Meneghetti ia sozinho fazer visitas, junto com o cabo eleitoral, no Bairro Navegantes. Ganhou a eleição por uma diferença de 1.100 votos, mil votos do Bairro Navegantes. O velho ex-governador não gosta de falar sobre Brizola:

— Eu não falo de um homem que está na situação dele (exílio). Mas uma pessoa sem família, abandonada pelos pais em Carazinho e criada por um qualquer, não podia dar certo.

Prefeito eleito, Meneghetti assumiu a 1º de janeiro de 1952. Um ano depois era convocado para uma nova batalha considerada impossível: derrotar Alberto Pasqualini, monstro sagrado do trabalhismo. Ganhou por 30 mil votos de diferença.

— O grande erro da história do Rio Grande foi eu ter vencido o Alberto Pasqualini em 56. Ele tinha boas idéias e sabia como executá-las, eu não tinha nada. Se ele tivesse vencido, tudo era diferente e a revolução de 64 não tinha acontecido.

Carlos Lopes dos Santos, o biógrafo de Ildo Meneghetti, diz que "acredita-se que na vida política deste estado ninguém tenha conseguido tanto sucesso com a campanha de aperto de mão e abraço fraternal". Mas na campanha para a sua sucessão o candidato do seu partido, Walter Peracchi Barcelos, seria eleitoralmente arrasado por Leonel Brizola. A interpretação de Meneghetti:

— O problema é que os políticos nunca cumprem o que dizem. A minha primeira promessa eleitoral — uma estrada entre Ijuí e Três Passos — até hoje não saiu.

Com tal falta de vocação, Meneghetti resolveu se retirar da vida pública ao fim do governo, em 58. Mas para as eleições de 62 ele foi convocado pela Ação Democrática Popular (PSD, UDN, PL, PRP e PDC) para enfrentar o PTB, que estava dividido com as candidaturas de Egydio Michaelsen — apoiado por Brizola — e Fernando Ferrari, no MTR.

— O presidente do PSD, Oscar Fontoura, veio aqui em casa e disse que precisava de mim. "Se nós não nos unirmos — argumentou —, o Brizola ganha e não vai ter paz no Rio Grande". Eu tinha desistido de tudo mas não gosto de deixar ninguém mal e depois italiano que termina com o nome em 'i' é uma desgraça.

Tinha tanto herói em 64...

Usando bem o *slogan* "Voltemos ao bom senso", ganhou de novo, por 20 mil votos. Deste seu último governo, Meneghetti faz uma observação, para falar de um político da atualidade:

— O Brossard é um enganador, é a favor de tudo o que lhe dê vantagem pessoal. Logo que tomei posse o PL se afastou da coligação ADP. O Brossard começou a me atacar de tudo o que é jeito na Assembléia. Não lia os meus projetos e caía de pau em cima. Aí surgiu uma vaga na Secretaria do Interior e Justiça. O Oscar Fontoura me procura e pergunta o que eu achava de dar o cargo para o Brossard. Eu achei que o Fontoura tinha ficado louco, como é que o homem vai aceitar. Ele me disse que o Brossard estava de acordo. Ali ele morreu pra mim, consegui facilmente tirar o meu maior crítico da Assembléia.

— 1964 não foi uma revolução, foi um movimento para impedir o comunismo. Mas os principais comunistas não eram os que apareciam. Homens como Brizola e Jango seriam os primeiros a serem fuzilados. Sou contra tudo o que é revolução, elas não resolvem nada pelos compromissos que assumem depois. O homem não é um animal que precise de violência para mudar as coisas.

Meneghetti está começando a contar sua participação na revolução de 64. Pede licença — "eu já estava esperando por essa aí " —, sai da sala caminhando com dificuldade, puxa um pouco a perna direita. É um homem envelhecido aos 82 anos, mas de boa memória, dificilmente esquece nomes e datas.

— Eles me preocuraram para falar da tal revolução. Respondi: não tenho nada com isso, não sou militar, mas um construtor. O Rio Grande não vai sair daqui, o meu negócio é manter a ordem. No início fiquei preocupado. Era muita gente a mandar, tinha tanto herói, rapaz... São Paulo tinha herói, lá na coisa (Minas Gerais) também tinha. Eu perguntei: quem é que vai chefiar este negócio? Achava que no fim ia dar briga e o melhor era ficar quieto. Se há um homem de valor nisto tudo, é o Castello Branco. Quando li aquela circular dele para os comandantes militares, concordei e achei que eles tinham razão. O homem era o Castello, ele tinha o apoio de 70% das Forças Armadas.

— O Magalhães?... Você não conhece mineiro. Ele tá sempre tramando. A revolução foi vitoriosa por causa das mulheres, porque quando o Jango deu aquele comício comunista no Rio as mulheres ficaram com medo. Se não é as mulheres saírem na rua com rosário na mão, não sei não.

— Tinha um comandante militar — primeiro ele não quer dizer o nome, mas depois admite ser o general Mourão Filho — que veio aqui fazer umas reuniões. Cada dia era na casa de uma pessoa diferente e num lugar diferente. Ele dizia que era tudo muito secreto e que ninguém devia comentar nada com ninguém. Um dia eu andava pela Rua da Praia e me atacam: "Então Meneghetti, a revolução está muito adiantada?" Eu respondi surpreso: ué, que revolução? O homem disse que era por estes dias e eu respondi: besteira. Aí ele respondeu: "Não te faz de bobo. O Mourão já contou tudo para todo o mundo. Que vocês tiveram na casa tal, ta ta tan, ta ta tan..." Esse Mourão foi a minha primeira decepção.

Hoje? "Tá tudo errado"

— Diziam os militares que tinham todos os quartéis na mão, menos os de engenharia. Mas o Goulart tinha substituído os comandantes. A idéia era que quando as Forças Armadas se revoltassem os subcomandantes prendessem os comandantes. O derramamento de sangue era inevitável. O general Galhardo — comandante do III Exército — não era revolucionário, mas depois da circular chamou o Poty Medeiros, meu Secretário de Segurança, e começou a conspirar. O Goulart demitiu o Galhardo e botou o Telles (Ladário) no comando. Eu reuni o secretariado e decidi transferir o governo. Examinamos a situação e vimos que na região de Passo Fundo todos os prefeitos eram da nossa ala, menos um. E tinha saída fácil para Argentina e Uruguai. Eu disse para o João Magalhães, secretário de Obras Públicas, que armasse a guarnição de Passo Fundo (só tinha 400 homens). Aumentamos o efetivo para 1.500.

— Quando o Ladário Telles veio ao Palácio requisitar a Brigada Militar, eu falei que pela Constituição só o presidente da República podia requisitar. Mandei minha mulher para Canela e peguei o fuca do atual comandante da Brigada e saímos para Passo Fundo. No meio da estrada fundiu a máquina e nós trocamos por um carro maior. O Ladário voltou e perguntou por mim. O Magalhães disse que eu tinha ido para Uruguaiana, depois para Alegrete, para todos os lugares, menos Passo Fundo. O Mario Mondino, outro Secretário de Estado, queria entregar a Brigada e hoje ele tá aí, é o grande revolucionário. O Brizola tomou conta da cidade com uns arruaceiros. Não fui herói, fiz meu governo e evitei derramamento de sangue. Eu cuidava da administração, desta parte guerreira eu não entendo. Nunca peguei revólver.

— O que eu acho de hoje?... tá tudo errado. Andam dando nos estudantes. Nós não temos partidos, tá todo mundo de lugar trocado. Você acha que a mocidade vai entrar neste saco de gatos? A revolução com esta história de nomeação acabou com a federação, hoje está tudo centralizado. Gosto de todos os governadores, porque aquilo lá é um lugar desgraçado de ficar. A gente perde todos os amigos. Para bem do país é preciso partidos com bases e que se alternem no poder. A Constituição também não devia deixar que os cargos fossem vitalícios, olha o Daniel (Krieger) aí... é uma vergonha.

— Não tenho mais nenhuma influência política. Só volto quando aparecer algo que me atinja. Estes dias o Simon (Pedro) disse que no meu governo começou o empreguismo. Eu fui na Assembléia falar com ele, disse que ele não devia se esquecer que eu terminei o meu governo com cinco Secretarias de Estado, e o Brizola criou doze logo em seguida.

O mito da invencibilidade de Meneguetti ficou na história do Rio Grande e até hoje não faltam os que lembram de seu nome nas horas mais difíceis. Dizem que o próprio senador Paulo Brossard só aceitou se candidatar pelo MDB, em 1974, depois que a candidatura de Ildo Meneghetti pela Arena foi oficialmente desmentida.

Um tiro esperando julgamento

—Te arranca daí.
—Não saio, não tenho por que sair.
—Sai porque senão eu chamo a polícia.
—Eu não tenho medo de polícia, não estou fazendo nada.

Na Justiça está reconstituído assim o diálogo entre o jornalista Flávio Alcaraz Gomes — na época, diretor da Rádio Guaíba, pertencente à Companhia Jornalística Caldas Júnior, a mais influente do Rio Grande do Sul — e o médico Paulo Eduardo Peixoto de Freitas, na noite de 10 de abril do ano passado. O diálogo foi interrompido com a morte da universitária Maria José Alberton Silva, de 24 anos, que estava ao lado do médico e recebeu na cabeça uma carga de chumbo disparada com uma espingarda de cano serrado (o crânio foi praticamente esfacelado, atingido por 21 perfurações).

Passados 16 meses, o caso não tem previsão de julgamento. Na época, o crime já ganhou pouco espaço nos jornais mas muito comentário na cidade, devido à projeção do criminoso — além de diretor da rádio, é parente dos donos da Caldas Júnior e mantinha uma atividade intensa na vida social e como radiorrepórter — e à influência da família de Maria José e do médico que a acompanhava.

O crime já poderia ter sido julgado?

— Se o réu fosse um joão-da-silva e a vítima uma maria qualquer, este processo estaria encerrado, há muito, em um Júri Singular — prevê, com ironia, Eloar Guazzelli, o advogado do jornalista.

— Se o réu fosse um joão-da-silva, este caso já havia sido encerrado num júri popular — responde Amadeu Weinmann, o advogado assistente da acusação.

Uma noite no San Rafael

Flávio Alcaraz Gomes e sua mulher Maria Clara tinham mesa reservada no restaurante do Hotel Plaza San Rafael naquela noite, para jantar em companhia do casal Darci Segger. Chegaram, cumprimentaram alguns amigos — que mais tarde seriam chamados a depor em seu favor — e sentaram-se. O economista Darci Segger e sua mulher tomaram quatro doses de *scoth*. O jornalista tomou duas incompletas e depois pediu cerveja para acompanhar o jantar. O colunista social Paulo Raimundo Gasparotto só comeu a sobremesa junto com os quatro amigos e, entre outras pessoas, posteriormente afiançou em juízo que Alcaraz Gomes encontrava-se absolutamente sóbrio quando saiu do restaurante.

Um táxi — cujo motorista nunca foi encontrado — deixou Alcaraz Gomes e a mulher na bela residência da Rua Sink, no aristocrático Morro de Santa Tereza. Enquanto pagava a corrida, o casal viu uma Brasília estacionada na contra-mão. O médico teria falado de maneira áspera com a mulher de Alcaraz Gomes. Este entrou em casa e, quando voltou, trazia sob o casaco uma espingarda Rossi, calibre 12, cano recortado, própria para disparar de cima e concentrar o chumbo. Aí travou-se o diálogo que acabou com o jornalista atirando no médico e assassinando a moça, dentro do carro.

Um tiro sem flagrante

A moça morreu a caminho do hospital, Alcaraz Gomes desapareceu e quando se apresentou não foi autuado em flagrante. O delegado de plantão na polícia, Mauro Magalhães, diria depois que não lavrou o flagrante por lhe parecer não existirem todas as condições necessárias. Aqui já tem uma diferença fundamental: se autuado em flagrante, o jornalista estaria preso, aguardando julgamento no máximo em prisão especial por causa de sua condição de réu primário e de instrução superior.

Mas a questão fundamental para a discussão jurídica saiu do depoimento do criminoso. Ele sustentou que a arma detonou sem ser acionada e o advogado Eloar Guazzelli procura provar que foi um mero disparo acidental que matou Maria José. A manchete do primeiro jornal — Folha da Tarde, também da Caldas Júnior — que noticiou o fato já antecipava o cuidado com que o assunto seria tratado: "Disparo matou estudante", resumia o título.

O passionalismo também foi encontrado nas notas divulgadas pelo Centro Acadêmico Santo Tomás de Aquino, da Faculdade de Ciências Sociais da PUC, onde Maria José estudava. Em notas publicadas nos jornais, apareceu até citação de João no versículo 11 da Bíblia: "Eu sou a ressurreição e a vida".

A mecânica de um processo deste tipo inicia com a chamada fase de instrução, quando são apresentadas as provas de acusação, as da defesa e é formalizada a culpa. Com base nisto, o juiz elabora ou não a pronúncia, que é o instrumento que define a que crimes o réu deverá responder e se é um caso de Júri Popular ou Júri Singular. Finalmente, as partes entram com recursos e, então tem-se o julgamento. Normalmente, isto demora um ano e meio.

No momento, a acusação venceu uma etapa: o juiz pronunciou o jornalista e determinou que ele vai a Júri Popular. Mas perdeu outra: o mesmo juiz não acolheu os termos integrais da denúncia. O promotor pedia homicídio com dolo eventual contra Maria José e tentativa de homicídio com dolo direto contra o médico. Há quem sugira que os termos do recurso do promotor Amaro Borges Moreira, em face da pronúncia do juiz Luiz Carlos Castelo Branco, não são exatamente cordiais. Ele diz num certo trecho:

— ... Será que em tais circunstâncias não se pode falar em dolo eventual, para sustentar ação agressiva configurada, tendo em vista as duas vítimas? Ou será, então, que o eminente Magistrado, embora pudesse vislumbrar tal procedimento criminoso, resolveu por bem, de modo mais conveniente, como medida de boa política criminal, quem sabe, decidir pela configuração da *aberratio ictus* (Erro de alvo)?

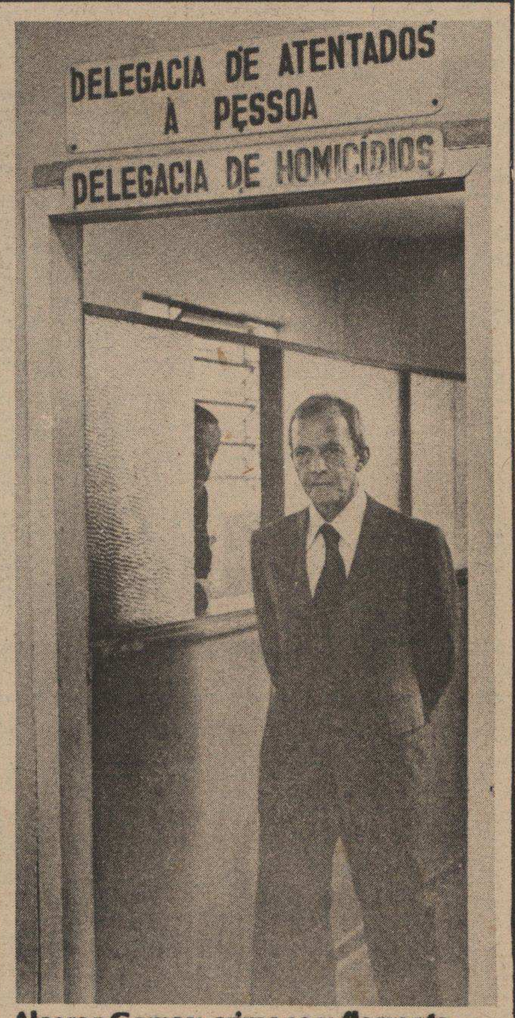


Foto de Luiz Avila
Alcaraz Gomes: crime sem flagrante

Habilidade e influências

A meta da defesa é descaracterizar o crime ao máximo, chegando se possível ao "caso fortuito", em que pode ser decidido em Júri Singular (o juiz condena ou absolve e estabelece a pena). A acusação entende que alguma coisa já foi conseguida neste sentido quando o juiz não aceitou a denúncia integral. Eloar Guazzelli, o advogado de Alcaraz Gomes, diz que "a acusação não foi feliz" e fala do recebimento de duas cartas por semana aconselhando a abandonar o caso. Quais as recompensas por esse risco? Guazzelli prefere ser subjetivo: não confirma que tenha cobrado Cr$ 300 mil só para iniciar a tarefa nem que teria cobrado pouco, Cr$ 350 mil e parcelados

Observando as manobras de Guazzelli, estão os pais de Maria José, Gastão e Lina Alberton Silva, uma família de ótimas relações no mundo jurídico do Rio Grande do Sul, que vive no alto de um edifício da Avenida Independência e ainda prefere os trajes escuros em respeito à memória da filha. "Sabemos que ela não vai voltar, queremos apenas justiça", concede o casal como declaração.

Exatamente empunhando a bandeira da justiça, tanto a acusação quanto a defesa queixam-se que seu trabalho vem sendo prejudicado. Por um lado, o promotor e o assistente da acusação contratados pela família reclamam que o réu deveria ser enquadrado num número maior de artigos e agora recorrem ao que chamam um "erro primário" do juiz Castelo Branco (ele teria emitido a pronúncia quando em licença, o que poderia torná-la nula e retardar o julgamento). Do outro lado, a defesa lembra que o procurador do Estado, Ricardo Medeiros, e o corregedor Gibran Bahlis "pressionaram de forma escandalosa contra Flávio" convocando todos os promotores do Rio Grande do Sul para a missa de sétimo dia de Maria José.

Afastado do bom emprego na empresa da própria família — onde também faturava prestígio —, Flávio Alcaraz Gomes agora trabalha como contato de uma agência de publicidade e está proibido, pelo advogado, de falar sobre o crime. Óculos escuros cobrindo o rosto envelhecido um pouco mais cedo, é visto com menor assiduidade nos lugares que costumava freqüentar, como o restaurante do San Rafael. Precavido, tem dois revólveres calibre 38 registrados na polícia. Dado a atitudes polêmicas, Alcaraz Gomes também conseguiu muita antipatia junto com a notoriedade que os programas de rádio lhe deram. Nos dias seguintes ao assassinato da moça, por exemplo, os muros de várias ruas de Porto Alegre foram pixados pedindo vingança.

Quem alegou motivos de segurança pessoal — teria recebido ameaças de morte por telefone — para atirar no casal de namorados teria agora medo de vingança? A pergunta, feita a Eloar Guazzelli, perturba um pouco a fleuma do advogado:

E se fosse com o senhor?

Arrumando-se na poltrona, o homem mais interessado na absolvição do jornalista responde desembainhando uma espátula banhada em ouro:

— Se fosse com uma filha minha, eu talvez tivesse feito justiça com as próprias mãos, no Flávio ou no médico.

Uma declaração formal da família da vítima

Por escrito e em nome da família, Lina Alberton Silva, mãe da moça assassinada por Flávio Alcaraz Gomes, respondeu a três perguntas do *Coojornal*. Nas entrelinhas pode-se ler não apenas cuidados e boa diplomacia mas também que a família Alberton Silva acompanha bem informada todo o andamento do processo.

Coojornal — Como a família encara a demora em concluir-se o inquérito sobre a morte de Maria José?

Lina Alberton — Encara como sendo este um dos únicos meios de defesa do réu. Demorar para fazer a opinião pública esquecer o caso. Assim, as testemunhas em Brasília, bem como a imprensa. Pedidos para ouvir novas testemunhas já no final do prazo; indicação de uma testemunha que por ser deputado podia escolher dentro de 45 dias um dia para depor e escolheu o 45º dia. São fatos que sei, que nos contam e que servem à defesa sem desrespeito à Lei. O processo não é complicado: ele matou e não tem outra defesa. O povo, porém, não tem memória tão fraca para esquecer um ato de brutalidade. Por isso, continuamos recebendo manifestações de pesar e conforto vindas dos mais distantes lugares do Brasil.

Coojornal — Como a família encara a Justiça no Brasil hoje?

Lina Alberton — Sempre vivemos em Porto Alegre e nosso trabalho nunca teve vinculação com a Justiça. Ignoramos como funciona a Justiça no Brasil, mas confiamos na Justiça do Rio Grande do Sul.

Coojornal — Seria possível prever algum tipo de pressão no Juiz ou nos futuros jurados em virtude do bom relacionamento do jornalista com os meios oficiais?

Lina Alberton — Não acreditamos que qualquer tipo de pressão possa influir na conduta de um magistrado nosso ou em qualquer membro do bem selecionado corpo de jurados. Quanto ao bom relacionamento do réu com os meios oficiais, nós ficamos sabendo durante o processo. Não só, são públicos os nomes dos políticos arrolados, como até mesmo as palavras generosas de alguns deles quanto ao seu comportamento foram divulgadas pela imprensa. Sabe-se até mesmo que destacada figura da administração pública manifestou estranheza por entender que o órgão da acusação oficial estava "exagerando" no seu trabalho e ainda procurou envolver pessoa decisiva na administração da Justiça. Isso pode acontecer embora e num caso em que o réu não é apenas mais um marginal. No entanto, jamais acreditamos que fatos assim venham a influir na conduta de juízes e jurados.

O olho de Washington na redemocratização

Desta vez o que é bom para o Brasil será bom para os Estados Unidos?

"Minha candidatura tem tido muita repercussão, inclusive nos Estados Unidos e na Europa."

Magalhães Pinto

Entre as poucas e cuidadosas declarações que a imprensa tem obtido do senador José Magalhães Pinto, desde que ele se lançou como candidato civil à Presidência da República, esta é uma das que menos atenção mereceu.

E, no entanto, talvez esteja nesta frase a base mais consistente para uma candidatura que nasceu simbólica, continua remota mas não mais impossível. Magalhães Pinto não desperdiça palavras, como convém a um mineiro de 68 anos, 40 de carreira política e que cunhou, quando governador do seu estado, o *slogan* "Minas trabalha em silêncio".

Ele sabe, sobretudo, o que significa insinuar que seu nome é visto com bons olhos pelos Estados Unidos. É de lá que emana uma das forças capazes de atrair o pêndulo da política brasileira para um regime democrático.

Não é correto, porém, dizer que "Magalhães é o candidato de Carter", como fez recentemente a revista argentina *Somos* e alguns jornais de Buenos Aires. Apesar de algumas evidências, as autoridades americanas têm-se distinguido por esmerada cautela em relação ao problema brasileiro.

Nem em Washington, onde — como relata Antonio Pimenta Neves — os círculos oficiais cuidam de tratar a questão do Brasil dentro da questão geral dos direitos humanos (veja matéria na página seguinte), nem nos órgãos do governo americano no Brasil se consegue obter alusões diretas ou opiniões a respeito de particularidades do momento político do país.

Em Brasília, a repórter Miriam Leitão procurou há duas semanas auscultar como a embaixada americana vê o desenrolar desses acontecimentos e obteve apenas opiniões cuidadosas de funcionários que só falavam com a condição de não se identificarem.

De acordo com um desses funcionários diplomáticos, a falta de dados corretos de como vai se processar a chamada redemocratização brasileira faz com que a embaixada americana em Brasília, embora esperançosa, não esteja otimista.

— **Tem havido muito pronunciamento e pouco fato — diz ele.**

Na sua opinião, o que tem havido de positivo é "a efervescência de idéias, um processo que tem ocorrido à revelia do governo e que é realmente importante".

No Itamaraty, os diplomatas brasileiros de certa forma confirmam essa polidez americana afirmando que nas conversações mantidas com as autoridades brasileiras, os enviados do governo americano têm-se mantido no campo do "aceitável" diplomaticamente.

A polidez, porém, é apenas estratégica.

Diz o especialista Carlos Estevam Martins, professor de Política na Universidade de São Paulo, ouvido pelo repórter Geraldo Hasse:

— Antes é preciso compreender que toda a movimentação americana atual não existe em função do que ocorre no Brasil, mas em função de uma estratégia política mundial. A mudança do quadro político mundial em anos recentes (guerra do Vietname, ebulição na África, crise gerada pela OPEP), isso tudo mostra que os Estados Unidos não têm mais possibilidade de manter sua política hegemônica sobre os outros países. Hoje vemos os Estados Unidos dispostos a negociações e acordos porque não têm possibilidades, e ficaria mal, de meter a mão diretamente nos assuntos internos de outros países. Nesse sentido, o episódio do Chile foi de desespero e um erro confessado.

No caso brasileiro, em especial, todo cuidado é pouco. Uma pressão excessiva pode dar resultados indesejados, uma vez que o atual governo demonstra uma alta sensibilidade para qualquer interferência nos seus problemas domésticos.

Para dar uma idéia dessa sensibilidade bastam dois casos recentes: o rompimento do acordo militar Brasil-Estados Unidos, que existia há 25 anos, e a manifestação sem precedentes contrária à visita de Allard Lowenstein, funcionário do Departamento de Estado, que pretendia vir ao Brasil agora em setembro.

O acordo militar foi rompido em março deste ano, no momento em que os Estados Unidos pretendiam vincular a ajuda a um compromisso brasileiro quanto à questão dos direitos humanos e foi considerada uma interferência num assunto interno. O Brasil receberia 50 milhões de dólares este ano — a maior quota da ajuda americana para a América Latina.

A visita de Allard Lowenstein foi vista pelo mesmo ângulo. Ele é o encarregado das tarefas políticas especiais do Departamento de Estado e viria ao país tratar do problema dos direitos humanos (provavelmente colher informações sobre o índice de respeito a esses direitos no país). Sua vinda foi considerada "inoportuna".

Não se pode dizer que o relacionamento entre os dois países tenha chegado a um impasse. Mas, com certeza, os tempos são outros. Muito diferentes, por exemplo, de quando o General Eisenhower (o primeiro presidente americano a visitar o Brasil) passeou triunfalmente pela capital federal e forneceu um raro episódio para o anedotário nacionalista: a cena de Otávio Mangabeira, líder da ex-UDN, beijando-lhe a mão.

Tampouco o momento é adequado à frase famosa "o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil". Embora Juracy Magalhães, ministro das Relações de Castello Branco, negue ter dito, a frase fazia sentido, na época.

Os Estados Unidos reconheceram o novo governo, em 1964, quando João Goulart, o presidente constitucional, ainda estava no país. No dia 1º de abril, um dia depois da queda de Goulart, o Departamento de Estado já decidira a favor de um programa "capaz de aliviar as pressões econômicas que o novo governo enfrentaria" e com sugestões de como agir com os credores, entre os quais o principal era os EUA.

Também, segundo os documentos do governo americano divulgados no início deste ano no país, foi imediata a decisão pela ampliação da cooperação militar entre os dois países, um programa que seria "o veículo essencial para se estabelecer e estreitar as relações com as Forças Armadas". ▶

Uma aposta gigantesca que precisa ser boa

Num pequeno quadro que não chega a ocupar uma folha de papel — o balanço de pagamento entre dois países — estão definidos os mais fortes elos que ligam os Estados Unidos ao Brasil. O balanço retrata o fato de que os Estados Unidos, individualmente, são o nosso principal parceiro comercial, os nossos maiores credores e os maiores investidores de recursos no país.

Tradicionalmente, os nossos irmãos do norte eram apresentados como os parceiros econômicos ideais para o Brasil. Com as exportações de café para os Estados Unidos o Brasil obtinha os recursos, que permitiam ao país pagar os juros, royalties, dividendos e amortizações devido aos credores americanos. Embora as transferências financeiras para os EUA fossem sempre elevadas, podia-se alegar que os americanos estavam suprindo as nossas deficiências de capital sem conduzir o Brasil à insolvência.

Nos últimos anos, essa situação mudou radicalmente. Em primeiro lugar, o Brasil passou a ser deficitário no comércio com os Estados Unidos. As exportações de café e outros produtos brasileiros não mais superavam, em valor, as compras de trigo, máquinas, equipamentos, gadgets e badulaques diversos que fazemos no mercado americano.

O deficit no intercâmbio com os EUA, que era de 195 milhões de dólares em 1971, chegou a nada menos do que 1,7 bilhão em 75, caindo no ano passado para 995 milhões de dólares (Cr$ 15 bilhões). Nos primeiros três meses de 1977, graças às altas cotações de café que provocaram tantos protestos dos grupos de consumidores americanos, o Brasil conseguiu no comércio entre os dois países um esprimido superavit de 10 milhões de dólares, que muito provavelmente será corroído no restante do ano.

Ora, além do deficit comercial, o Brasil tem que pagar aos americanos importâncias crescentes contabilizadas na conta de serviços do balanço de pagamentos, incluindo viagens internacionais, fretes, seguros, lucros e dividendos, royalties, assistência técnica e juros. Acompanhando a tendência, o deficit de serviços com os EUA aumentou de 421 milhões de dólares em 1971 para 1,1 bilhão em 1975 (os últimos números oficiais). Estima-se que, no ano passado, esses gastos tenham chegado a 1,5 bilhão de dólares.

Para cobrir rombos desse tamanho só se pode fazer um tipo de mágica: recorrer ao crédito. E foi exatamente o que fez o Brasil. Do total da dívida externa brasileira — que chegou a 25,9 bilhões de dólares ao fim do ano passado, segundo o Banco Central — cerca de um terço é devido a credores americanos, o que quer dizer que só aos EUA devemos cerca de 8,5 bilhões de dólares (cerca de Cr$ 130 bilhões).

Isso mostra quanto é verdadeiro o clichê usado por investidores americanos que freqüentemente nos visitam. Dizem eles que nos Estados Unidos o Brasil é considerado "a good bet", uma boa aposta. De fato, o governo e as empresas nacionais hoje devem tanto aos bancos e instituições privadas americanas que nos transformamos numa gigantesca aposta. Que precisa ser boa.

O monte de fichas americanas em nosso pano verde é ainda aumentado pelo volume de investimentos diretos — ou capital de risco — que trouxeram para cá. Segundo o Banco Central do Brasil, o total de investimentos dos Estados Unidos no Brasil chegou a 1,3 bilhão de dólares ao fim do ano passado. Se a essa importância somarmos os reinvestimentos — dinheiro que eles ganharam aqui mesmo e reinvestiram — o total chega a 2,2 bilhões de dólares.

Por isso é que há uma sensível preocupação nos meios financeiros e industriais americanos quanto à possibilidade de os problemas políticos entre o Brasil e os Estados Unidos vazarem para o campo econômico. Do lado brasileiro, o vulto da dívida contraída e dos investimentos é uma garantia de que os conflitos de natureza política não sejam levados "além de certo ponto".

E, na realidade, mesmo no governo Jimmy Carter os negócios entre os dois países têm sido mantidos rigorosamente à parte. Carter foi até camarada decidindo não impor uma quota rígida aos calçados brasileiros. E como seria de esperar, o dinheiro emprestado continua fluindo como sempre, pois eles têm todo o interesse em manter o Brasil dentro dos limites da solvência. Senão, poderão ter nas mãos, no futuro, um caso dez vezes mais grave do que o do Zaire ou da Turquia, que têm tido sérios problemas para "fazer o serviço" (pagar as amortizações e os juros).

Talvez esse seja o verdadeiro significado da expressão "Brasil Grande".

Klaus Kleber

— Nosso programa de assistência militar é um fator altamente importante que influencia os militares a serem pró-EUA e pró-Ocidente — dizia um desses documentos da embaixada no Brasil e enviado para o Departamento de Estado.

Em 1972, num artigo para a revista *Foreign Policy*, John Tuthill, embaixador no Brasil de 66 a 69, dava as dimensões do relacionamento Brasil-EUA:

— A participação dos EUA na formulação e administração dessas diretrizes (do governo Castello) era tão íntima que as críticas ao governo envolviam igualmente críticas a Washington, invariavelmente associando o governo americano ao brasileiro.

O mesmo Tuthill informa que desde 1964 a missão americana no Brasil cresceu sem cessar, chegando a quase mil funcionários em 1966.

Foi ainda John Tuthill quem deu o primeiro sinal de que a harmonia já não era plena, em 1968, num telegrama a seus superiores chamando a atenção para "a orientação nacionalista do governo Costa e Silva". Suas suspeitas se confirmariam no mesmo ano, quando o Brasil, representado pelo hoje candidato José Magalhães Pinto, se recusou a assinar o Tratado de Não Proliferação das Armas Nucleares, numa oposição descrita como "nova e perigosa" e que antecipava os atuais conflitos em torno do acordo nuclear que o Brasil firmou com a Alemanha.

O "forte sentimento nacionalista" dos militares brasileiros mereceria especial atenção num estudo feito pelo pesquisador Alfred Stephan, em 1972, para o Departamento de Estado.

Mas, o ponto mais importante desse processo, que a cada dia revelava mais difícil conciliar o projeto do *Brasil Grande Potência* com o relacionamento harmônico com os interesses americanos, talvez seja um documento divulgado na imprensa no início deste ano. Ele nasceu dentro do governo na época do debate em torno dos contratos de risco para exploração do petróleo brasileiro, em 75, e demonstrava uma preocupação forte quanto às empresas multinacionais.

Sua conclusão é de que "no momento (de dificuldade no balanço de pagamentos) as desvantagens de se modificarem as regras do tratamento dos capitais estrangeiros no Brasil superam em muito as pequenas vantagens (...) É preferível procurar equilibrar o tripé empresa nacional - empresa estatal - empresa estrangeira, não pela abordagem negativa, qual seja, a restrição às multinacionais, mas pela positiva: o fortalecimento da empresa privada nacional".

Diz-se que este documento influenciou "decisivamente" a conduta da política econômica do governo Geisel. Na verdade, em termos de legislação não foram introduzidas modificações substanciais quanto ao tratamento ao capital estrangeiro. Mas na prática houve mudanças no tom e nas aspirações brasileiras no campo econômico, basicamente em função da necessidade de superar as dificuldades nos últimos três anos.

Diz o professor Estevam Martins:

Luiz Humberto

Magalhães Pinto: repercussão nos EUA

— No Brasil houve uma virada na política externa que mostra disposição de autonomia. Houve colisão de interesses com os Estados Unidos, desde litígios comerciais (têxteis, calçados, café solúvel) até conflitos políticos (acordo nuclear, ajuda militar, questão do apoio brasileiro a Angola, etc.).

O nível da dependência econômica ainda é elevado (ver matéria anexa sobre as relações econômicas), mas o que preocupa os EUA é a firmação de uma tendência, "a disposição para a autonomia" de que fala Carlos Estevam Martins.

O governo brasileiro se firma em certas aspirações — como desenvolver um ambicioso programa nuclear, fortalecer a indústria de máquinas, equipamentos e insumos básicos, proteger suas empresas, diversificar seus mercados e equilibrar suas contas com o exterior — com isso mais difícil fica harmonizar os interesses nacionais com os das grandes empresas internacionais, geralmente presas a uma política ditada por suas matrizes, obedecendo a regras de reserva de mercados e não se interessando em substituir importações nem exportar o que teriam condições de exportar, para não concorrer com as coirmãs em outros países.

Um exemplo clássico desse choque está ocorrendo agora, quando o governo brasileiro está disposto a desenvolver uma indústria nacional de computadores, em mercado estimado em 100 milhões de dólares no primeiro ano. A reação das grandes indústrias americanas foi tal que a Data General Inc. chegou a enviar um documento ao congresso americano e a várias autoridades sugerindo providências (represálias?) quanto à tentativa do governo brasileiro de monopolizar o mercado nacional de computadores.

Para um país como os EUA, com um *deficit* comercial de 12,6 bilhões de dólares, com problemas de desemprego e inflação e cujas empresas têm um potencial de 22,4 bilhões de dólares para investir no estrangeiro (este ano), não é interessante que um mercado como tem sido o Brasil tome ares de autonomia.

É por isso, talvez, que o amável Terence Todman, subsecretário do Departamento de Estado, que já veio ao Brasil três vezes nos últimos meses, afirma:

— Não existe nenhum choque entre os interesses comerciais norte-americanos e a política de direitos humanos da administração Carter.

Mas, passemos a palavra outra vez ao professor Estevam Martins:

— Junto à periferia mundial, e aí se inclui o Brasil, a política americana se preocupa com duas coisas: evitar a influência de Moscou e preservar os interesses americanos. No caso latino-americano, em particular no brasileiro, tornou-se claro para os Estados Unidos que a solidariedade dos governos militares à política norte-americana não é uma coisa absoluta. Eles percebem que os governos militares não se sujeitam facilmente às imposições norte-americanas. Um regime militar pode eventualmente descambar para a esquerda, como ocorreu no Peru do general Alvarado, contrariando fortemente os interesses norte-americanos.

— Para que os Estados Unidos possam então exercer sua influência mais facilmente, um regime liberal-democrático funciona muito mais do que um governo militar fechado. Num regime aberto, há mais campo para que se exerça o poder econômico e ideológico da burguesia nacional, aliada à burguesia internacional, quer dizer, aos interesses americanos.

Pode-se acrescentar que um interlocutor flexível inclusive diminuirá os riscos da formação de frentes ameaçadoras na América Latina. Embora possam parecer levemente paranóicas as interpretações de algumas áreas de que boa parte das recentes divergências Brasil - Argentina tenham sido alimentadas desde Washington, por temor à formação de um eixo Brasília—Buenos Aires reunindo todo o cone sul, certamente tal possibilidade não deixou de preocupar a diplomacia americana.

Assim, ainda que seja precipitado afirmar-se que o banqueiro Magalhães Pinto, que circula com desenvoltura em todos os círculos políticos e econômicos, é candidato a ser o primeiro resultado palpável da política dos direitos humanos de Jimmy Carter, é inegável que ele representa uma alternativa interessante para o ângulo americano.

— Até os militares de todos os países reconhecem que o governo tem que ser ocupado pelos civis — disse Todman em sua visita aos jornais.

Cyrus Vance, o Secretário de Estado americano, vem ao Brasil em outubro e aí talvez fique mais fácil saber até onde os EUA pretendem ir para realizar os seus desejos.

Para o Brasil, em qualquer circunstância, resta um perigo, como alerta Estevam Martins:

— A reabertura democrática deve servir para que se ataque o verdadeiro, o grande problema: o *problema nacional* que não foi atacado e se tornou mais grave com o atual modelo econômico. O problema nacional é a distribuição da renda, a questão da tecnologia, dos bens de capital. Com a exaustão do modelo atual esses problemas estão prontos para serem atacados e isso não interessa aos Estados Unidos e seus aliados internos que se beneficiam do modelo. Eu acho que no caso brasileiro o que apavora os Estados Unidos é o perigo de surgir um Alvarado ou um novo Getúlio Vargas que ataque os problemas nacionais e atrapalhe fortemente os interesses americanos. E um projeto nacionalista, democrático, é viável.

Talvez seja o caso de se ouvir Roberto Campos, que sugeriu três etapas para estabelecimento de um modelo para o país: 1) o primeiro capítulo escrito pelos políticos identificaria as instituições políticas compatíveis com o desenvolvimento; 2) um segundo, escrito pelos sociólogos, que diriam como despertar as motivações para o esforço do desenvolvimento; 3) e finalmente um capítulo escrito por várias mãos com um que se poderia chamar "a arte de identificar os inimigos do desenvolvimento".

O que Washington espera que aconteça

Por Antonio Pimenta Neves, especial para o Coojornal

O assessor presidencial boceja e pede desculpas. Sua aparência e os papéis empilhados em sua mesa dispensariam a explicação que deu em seguida:

— Faz dias que não durmo direito. Para falar a verdade, há mais de um mês não escrevo nada sobre o Brasil (memorandos, certamente). O Panamá me tem dado um trabalho enorme.

O Panamá que lhe tem dado trabalho é o novo tratado para o Canal, que substituirá o de 1903, se o Congresso consentir. Ele também tem andado às voltas com a inclusão da Venezuela e do Equador no sistema geral de preferências comerciais. As duas nações, membros da OPEP, foram excluídas por força da lei de comércio do sistema que beneficia as nações amigas com tarifas reduzidas de importação.

Como as duas nações não participaram do boicote petrolífero contra os Estados Unidos depois da guerra de outubro de 1973 no Oriente Médio, a administração americana não vê motivos para serem punidas. O Congresso, porém, precisa ser convencido disto.

O caso da Venezuela é especialmente delicado. É um dos mais importantes exportadores de petróleo para os Estados Unidos e um aliado de Carter na campanha pelos direitos humanos na região. Este segundo aspecto é quase tão importante quanto o primeiro. Carter e seus assessores parecem acreditar que o remédio para o mal é fortalecer as relações com os regimes democráticos da área e não apenas hostilizar os sistemas discricionários e repressivos.

Tratar-se-ia do exercício de uma democracia positiva e não exclusivamente negativa. A frase de Todman, Secretário assistente de Estado para assuntos hemisféricos, pronunciada numa entrevista coletiva recente, é expressiva:

— Deixamos muito claro (durante a viagem que fez à região) que nossas relações com esses países seriam necessariamente afetadas pelo grau de respeito que demonstrarem pelos direitos humanos.

Para o bem e para o mal. Dessa feita, ele se referia a Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai, de maneira particular. É nos dois ou três primeiros países desta lista que os Estados Unidos vêem os casos mais graves de violação de direitos da pessoa na América Latina. São esses os países que a administração Carter parece ter escolhido como campo de prova para o exercício de sua nova ética. A maneira de encarar os resultados varia inevitavelmente com o observador, mas os funcionários americanos que lidam com a região parecem, senão entusiasmados, pelo menos satisfeitos com os resultados obtidos até agora e com as promessas de novos avanços. Caso contrário, teriam que reconhecer a falência de sua política.

O Brasil, por sua vez, tem exigido dos estrategistas da Casa Branca e do Departamento de Estado manobras mais sutis. As relações entre os dois países certamente não vão bem, a despeito dos esforços de seus representantes de minimizarem as diferenças nos pronunciamentos oficiais.

Mas o assessor presidencial, citado no início, não escondeu suas incertezas e preocupações quando disse há poucos dias a este repórter:

— O governo brasileiro é extremamente sensível. É um governo que quer ser amado. Silveira (o ministro de Relações Exteriores do Brasil) diz compreender as intenções e a política de Washington, mas quando passa a explicá-las prova não ter entendido nada.

A incapacidade de Brasília de compreender Washington não é um fato novo. O processo decisório americano foi e talvez seja um mistério para os tecnocratas e militares brasileiros. O falecido embaixador do Brasil em Washington, o célebre Araújo de Castro, costumava comentar entre as luxuosas paredes de sua sala, no moderno edifício da avenida Massachusetts, que Brasília simplesmente recusava admitir a complexidade da divisão de poderes do governo americano. Aqui, o Congresso não é uma peça meramente decorativa. É um órgão atuante e vigoroso, ao qual o presidente tem que responder.

O primeiro conflito entre a administração Carter e o governo Geisel resultou de uma iniciativa do Congresso, ainda ▶

datada da gestão Ford. O Congresso exigira do Departamento de Estado que preparasse um relatório sobre a situação dos direitos humanos em todos os países com os quais os Estados Unidos mantinham relações de ajuda militar e econômica. Quando o documento estava prestes a ser divulgado oficialmente, Brasília tomou a iniciativa de denunciar o acordo militar com os Estados Unidos.

No entanto, o relatório foi considerado moderado e sensato pelos próprios americanos. Poucos viram em seu texto qualquer razão para o Brasil tomar a iniciativa que tomou. O texto continha críticas, mas reconhecia os esforços que o presidente Geisel havia exercido, de maneira mais enfática, após a morte do jornalista Vladimir Herzog, para suprimir os excessos das forças de repressão e libertar a imprensa dos desconfortos da censura.

O conflito em torno do acordo nuclear com a Alemanha reacendeu as hostilidades entre Washington e Brasília mais uma vez. Mas até hoje os americanos se penitenciam de terem enviado o vice-presidente Mondale à Alemanha, sem antes sequer informarem o Brasil sobre o caráter de sua missão. Foi, evidentemente, o gesto de um governo ainda imaturo, que calculou mal a intensidade da paranóia de Brasília.

De qualquer maneira, porém, a sensibilidade de Brasília é um fator nas considerações dos estrategistas da Casa Branca e do Departamento de Estado. E eles estão dispostos a atuar com cuidado para não comprometer o pequeno progresso verificado na evolução política do Brasil nos últimos dois anos.

A tortura de prisioneiros políticos já não é vista como uma política deliberada do governo central. O debate político que hoje ocorre no país é encarado como mais um sintoma de que o governo Geisel está disposto a, senão acelerar, pelo menos permitir que a nação encontre o caminho de volta à normalidade democrática.

Os recuos intermitentes são vistos com apreensão. Mas os americanos estão conscientes de que, se exercerem pressão excessiva sobre a situação brasileira, correriam o risco de pôr tudo a perder e, ainda por cima, contarem com a antipatia da população, facilmente manipulável pela propaganda "patriótica".

Ao mesmo tempo, porém, o governo de Washington precisa ficar atento às traições ao programa de restabelecimento da democracia no Brasil, sob pena de ser acusado de omissão pelos que, na vida pública, acompanham os problemas hemisféricos de perto. Há pouco tempo, o Conselho para Assuntos Hemisféricos, organização constituída pelos líderes trabalhistas, religiosos, políticos e profissionais liberais, acusou Todman de ser excessivamente brando em relação aos regimes de força da América Latina e exigiu sua substituição no Departamento de Estado. Imediatamente, Todman proclamou que, apesar dos progressos na região, "havia um longo caminho a percorrer".

Além disso, os americanos não querem permitir que seus esforços pelo restabelecimento do estado de direito em vários países da área sejam confundidos com manobras de caráter intervencionista. A linguagem da Casa Branca e dos americanos é visivelmente intervencionista. Mas alegam que a luta pelos direitos humanos tem caráter universal.

O restabelecimento

O restabelecimento do regime democrático é questão um pouco mais difícil. A pressão neste sentido terá que ser mais sutil. Em última instância, a escolha há de ser do próprio povo. Washington receberá de bom grado as mudanças que porventura sobrevenham na região. Mas, enquanto as violações dos direitos humanos por governos que recebam ajuda dos Estados Unidos parecem incompatíveis com a política da Casa Branca e do Congresso, a forma de governo adotada por esses países é encarada como um assunto um pouco fora da alçada de Washington.

Neste sentido, o termômetro em que os Estados Unidos se basearão para julgar o que fazer será a opinião pública desses países.

Caberá, portanto, ao povo brasileiro demonstrar seu repúdio indisfarçável pelas cassandras do sistema. No processo, os brasileiros não devem subestimar o grau de compromisso do presidente Carter com a política dos direitos humanos, mas não devem superestimar sua habilidade de definir os rumos de uma nação cuja dependência parece cada vez menos crítica.

O jornalista Antonio Pimenta Neves é correspondente em Washington da Gazeta Mercantil, de São Paulo

ASSINE

A&C: MAIS UMA CONQUISTA DO COOPERATIVISMO

Entre 42 trabalhos de jornais e revistas de todo o país, concederam à Agricultura & Cooperativismo o título de "A mais relevante contribuição a agricultura brasileira em 1976", o maior prêmio do jornalismo agrícola brasileiro. A & C: mais uma prova de que estamos no caminho certo

Publicação mensal da Federação das Cooperativas Brasileiras de Trigo e Soja Ltda.
Depto Comercial — Rua Comendador Coruja, 372 fone: 24-0951 e 21-8984
Assinatura por 1 ano
Caixa Postal 2679 90.000 — Porto Alegre, RS

Nome: _____

Endereço: _____

CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

Vale postal nº: _____ ordem de pgto nº _____

Banco: _____

ASSINE DE FATO

Um jornal mineiro, de jornalistas, que depende do leitor.

Nome _____

Profissão _____ Idade _____

Endereço _____

Cidade _____ Estado _____

CEP _____

O interessado deve enviar pelo correio o cheque nominal ao Jornal DE FATO — Avenida do Contorno 2399 — fundos — Floresta — B.H. — CEP-30 000

Assinatura anual
$ 100,00
Com números atrasados
$ 120,00

EM PORTO ALEGRE ASSINATURA POR TELEFONE

Se você quiser assinar o Coojornal em Porto Alegre, basta discar 21.89.84 ou 24.09.51 que nosso Departamento de Assinaturas irá procurá-lo em sua casa ou local de trabalho.

Casa nova resolve?

Por Judith Martins Costa *

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul começou a ocupar seu novo campus levando junto o verdadeiro caos causado pela Reforma Universitária e a inadequação do campus atual

Nos últimos anos, tornou-se inevitável a tendência de atribuir a maioria dos problemas que afligem a Universidade Federal do Rio Grande do Sul à precariedade das suas instalações.

Cinco metros quadrados por aluno quando o mínimo recomendado pelos padrões internacionais é de 15 metros. Todos os 45 cursos e uma comunidade de quase 20 mil pessoas apertados em oito prédios, quase todos velhos, encravados no centro da cidade, em meio ao barulho do trânsito. Falta de salas, de material, até mesmo o mais simples material burocrático.

No curso de História, por exemplo, havia uma sala pequena para os 16 professores. Na Filosofia, uma saleta com quatro mesas era ao mesmo tempo a "sala dos professores" (quinze ao todo) e a secretaria, onde os alunos buscavam informações.

Rejane Machado Carrion, coordenadora do Departamento de Filosofia, queixava-se de dispor de apenas quatro salas para acomodar quatro turmas e não poder, portanto, oferecer disciplinas opcionais simplesmente por falta de local para as aulas.

O Departamento de Psicologia, que no ano passado pediu à Reitoria nove salas como mínimo necessário às suas turmas, conseguiu apenas quatro. E os departamentos de História e Filosofia até o início de maio não sabiam onde iriam realizar os cursos de extensão programados para a metade do ano.

O Departamento de Engenharia de Minas, da Faculdade de Engenharia, não tinha condições de oferecer aos seus alunos a fascinante experiência de conhecerem uma mina ao vivo, por falta de verba para levá-los numa excursão até Camaquã, onde funciona a única mina de cobre do país, a menos de 200 km da faculdade.

"Faltam datilógrafos, secretárias, espaço físico, tudo, para trabalhos auxiliares que estão sendo feitos pelos próprios professores", resume Dary Antoniolli, coordenador da Comissão de Carreira de Engenharia de Minas.

Ninguém duvida que esses fatos têm contribuído para atribular ainda mais a vida dessa que é uma das mais tradicionais e das maiores universidades brasileiras, nascida em 1897, com a Escola de Engenharia, e hoje com 14.152 alunos.

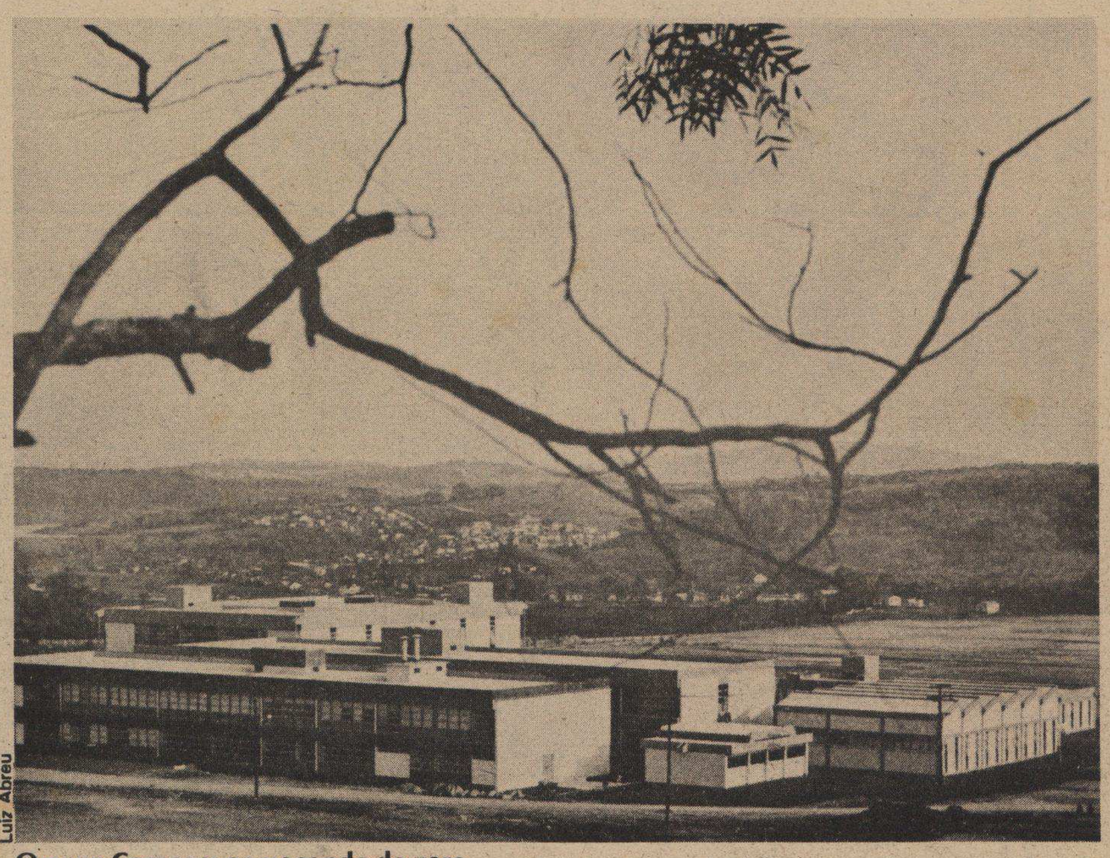
A dúvida é saber se a mudança para uma nova sede, ampla, nova e até confortável, poderá contribuir para que a UFRGS comece a sair dessa crise de que se queixam alunos e professores e que não é apenas uma crise material, nem um privilégio da universidade gaúcha.

UM DESERTO

"Uma autarquia", "frustrante", "um vasto deserto de mediocridade", enfim, "uma instituição em crise" são definições sobre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que não se contradizem embora feitas por pessoas bem distintas entre si. Respectivamente: o reitor Homero de Só Jobim, um professor que preferiu não se identificar (conveniência adotada pela maioria dos mestres, aliás), um aluno da Faculdade de Direito e outro do Curso de Ciências Sociais.

"A crise da UFRGS é um reflexo da própria crise cultural do País", diz Jorge Tapia, 23 anos, do sétimo semestre de Ciências Sociais. O "deserto de mediocridade" vai por conta de Paulo Francisco Faria, 21 anos, oitavo semestre do Direito:

— Dentre as universidades situadas nos centros urbanos mais desenvolvidos do Brasil, aqui é que se apresenta a situação mais alarmante quanto à miséria da produção intelectual. Quer um exemplo? O mais criativo dos nossos professores, a melhor cabeça-pensante do Direito da UFRGS prefere publicar seus trabalhos na revista Estudos Jurídicos, que é da Unisinos (uma das duas universidades particulares da Grande Porto Alegre).



Luiz Abreu

O novo Campus: começando do zero

E vão se acumulando, como inseparáveis grãos, as areias deste deserto. "Nenhuma outra universidade brasileira está enrijecida por formas tão burocráticas de gestão, que desnorteiam toda a iniciativa autônoma do corpo docente, desde a Reforma, em 1971, perdido, atomizado, confuso, ruminando em 84 currais chamados departamentos", continua, implacável, Paulo Faria.

Com o que tem a concordância de quase todos os professores e do velho mestre Elyseu Paglioli, reitor da UFRGS de agosto de 1952 a abril de 1964, que não esconde sua decepção com os rumos dados à educação universitária. "Eles fecharam as faculdades", grita o ex-reitor, que não simpatiza, em absoluto, com a burocracia acumulada pelas comissões de carreira no atual sistema. "Às vezes é preciso resolver coisas simples, que o diretor deveria fazer, mas eles mandam as comissões resolverem".

Paglioli também pouco entende por que as faculdades tiveram sua autonomia reduzida. O sistema universitário anterior, diz ele, era menos complexo e mais eficiente, porque "existiam faculdades com plena autonomia e capacidade de ensino". Até mesmo o aparato burocrático quase inexistia nos tempos de Paglioli: "Todo mundo entrava em meu gabinete. Agora, é uma coisa muito difícil se falar com um reitor".

E como a Reforma, diz um de nossos anônimos professores, criou um excessivo número de órgãos deliberativos — "delibera-se para tudo e para nada" — muitos professores nisto se especializaram. "Passam a degustar com especial prazer o momento das reuniões. Para eles, o preenchimento de formulários é mais importante do que as próprias aulas. É um troço meio kafkiano".

FRACIONAMENTO

A verdade é que a Reforma Universitária tem atraído críticas de todos os lados. O próprio reitor Jobim reconhece que "talvez certa centralização dentro dos próprios cursos fosse mesmo melhor". E muitos dos 1.940 professores atualmente em atividade nos 45 cursos que a UFRGS oferece, confusos entre os departamentos — que podem chegar a oito, como na Engenharia ou na Medicina — já não hesitam em afirmar que os responsáveis pela Reforma pecaram pelo exagero.

Há 20 anos circulando pelos tortuosos caminhos da maior universidade gaúcha, um professor que dedica seu tempo inteiro ao estudo, à pesquisa e às aulas, recebendo para tanto Cr$ 18 mil mensais (contando o salário básico mais os chamados "incentivos funcionais", relativos aos seus cursos de doutoramento e tese no exterior, 14 anos de carreira e várias publicações), e que faz questão do anonimato para "poder ser o mais objetivo possível", vê vantagens e desvantagens na departamentalização, filha predileta da Reforma.

"Trouxe maior flexibilidade para professores e alunos", diz ele, e constituiu também "uma louvável barreira contra os antigos donos das disciplinas, catedráticos com formação parnasiana na forma e no conteúdo, que não permitiam alterações nas matérias que ministravam nem nos nomes dos assistentes que os acompanhavam eternamente".

Em compensação, como a mudança da estrutura tradicional para a que hoje vigora foi brusca, o professor diz que o inevitável resultado foi "o total fracionamento da autoridade e conseqüente desorientação de alunos e professores, levando a UFRGS a passar por uma fase de franca crise".

O exagero reformista denunciado por este professor tem, no entanto, outros sintomas: "Procurou-se formar uma universidade integrada, mas o que aconteceu foi o domínio da centralização e da burocracia, que acabaram com o mínimo de autonomia indispensável para cada curso".

Daí o professor confessar ser a UFRGS "frustrante". Mas ressalva: "Ainda assim, ela é a melhor universidade gaúcha. Tem grandes defeitos, sua estrutura é complexa, mas não podemos perder de vista que a universidade reflete o sistema. E que a reforma foi feita em função do novo esquema político vigente no País, dominado pelos tecnocratas".

Quem perde com isto? Professores, alunos, a universidade — e o ensino Sobram para os alunos perspectivas nada animadoras de aprendizado na universidade. Se não fosse por outros motivos, os professores não dispõem nem de tempo para pensar em elaborar uma aula.

No Departamento de Psicologia, por exemplo, existe um corpo de 13 professores que dão aulas para todos os 10 semestres do curso. Com isso, diz José Carlos Fenianos, chefe do Departamento, "às vezes dão quatro, cinco aulas seguidas a uma mesma turma, mas de disciplinas

Agora, longe da comunidade

Os corredores são amplos, as paredes imaculadamente limpas, as cadeiras coloridas — ainda sem as colas gravadas com pressa antes de uma prova — e a área externa está sendo convenientemente urbanizada. Assim, quem visita o novo campus da Universidade Federal do Rio Grande do Sul não deixa de se sentir agradavelmente surpreso.

Afinal, pelo menos nos últimos quatro, cinco anos todos os esforços da Reitoria da UFRGS foram dedicados à construção do Campus do Vale da Agronomia. É uma preocupação que começou há 15 anos, quando houve o convencimento de que o Campus Centro, como é chamado o atual, situado no centro de Porto Alegre, estava saturado.

Por isto, na lista das boas novas preparadas para os estudantes que em agosto começaram a ocupar o Campus do Vale estão em destaque números como estes: 190 mil metros quadrados de área construída num platô de 50 hectares, numa gleba total de 635 hectares e com uma infra-estrutura capaz de atender até 25 mil estudantes, além de 10 mil funcionários e professores.

Por enquanto, o que existe são os 8.650 metros quadrados do Bloco II, onde funcionam desde março os Institutos de Letras e Ciência e Tecnologia dos Alimentos, além do escritório técnico. A UFRGS já recebeu três parcelas de um total de Cr$ 460 milhões que, por um acordo firmado em agosto de 75 entre o MEC e a Universidade, deverá chegar até 1979 aos cofres da UFRGS.

Os saudosistas, porém, já começam a sentir falta das velhas paredes da Faculdade de Filosofia, cenário de lutas tradicionais. E há os que lembram que, como acontece com as instituições que abrigam os indivíduos considerados "males sociais" (institutos penais e psiqüiátricos, favelas, vilas operárias), a universidade foi convenientemente isolada da coletividade. Um artigo do jornal Arreio no Ovo **(corruptela de Correio do Povo, o conservador diário gaúcho), publicado pelo Diretório Central dos Estudantes, foi quem alertou para o fato de que a mudança da Universidade para o bairro da Agronomia (a 15 quilômetros do campus atual, e localizado já em outro município, Viamão) "tem o sentido de amortecer o impacto da manifestação de protesto social".**

*Trabalharam na reportagem Alexandre Castro, Marise Fetter e Paulo Fogaça de Medeiros

diferentes. Têm de dar cinco ou seis disciplinas para as turmas de um mesmo semestre, o que causa um inevitável desgaste tanto para os professores como para os alunos".

Além disso, os professores de Psicologia são obrigados a lecionar também em outros departamentos, como os da Filosofia, Ciências Sociais, Odontologia, Jornalismo e outros. Tudo porque são os únicos que a universidade contratou para dar essas discipinas.

"A universidade jamais vai cumprir seus fins", diz outro professor, colocando nestes fins a preparação de técnicos capazes, de cientistas sociais que possam ver com lucidez a realidade nacional, "a menos que remunere seus docentes, sobretudo os que trabalham em regime integral, com salários paralelos aos vigentes no mercado privado".

Os números provam: dos 1.940 professores da UFRGS, 877 trabalham, desde 1º de novembro de 1974, quando passou a vigorar o novo Estatuto do Magistério, em regime de tempo integral, isto é, o equivalente a 40 horas semanais de trabalho. Mas destes são poucos, e a própria Reitoria desconhece o número exato, os que têm contrato de dedicação exclusiva, não podendo ter outro emprego e devendo ocupar todo o tempo no estudo, na pesquisa e no ensino.

"É GRAVÍSSIMO!"

Estes últimos — desde que tenham defendido teses, contem com vários anos de carreira, tenham trabalhos publicados, etc. — podem ganhar cerca de Cr$ 20 mil, menos do que qualquer executivo. São salários que, obviamente, baixam à medida em que decresce a escala da titulação.

Um professor auxiliar, obrigado ao tempo integral, recebe Cr$ 10.400,00; um assistente recebe Cr$ 5.200,00 mensais para lecionar 20 horas por semana; o professor colaborador ganha entre Cr$ 2 mil e Cr$ 12 mil mensais, pagos de acordo com a titulação — da graduação ao doutoramento — e ao número de horas-aula, entre os limites permitidos de 10 a 40.

"Isto é gravíssimo!", diz um deles. "Alguém com família numerosa não pode ser professor. Tem que jogar com sete instrumentos, acaba frustrado, e o ensino, os alunos, é que acabam prejudicados".

Realmente. Junte-se a insatisfação dos professores com a precariedade do campus atual e a quase catastrófica Reforma Universitária, e pode-se imaginar o que sobra para o chamado corpo discente. Veja-se o exemplo da Arquitetura e Engenharia, onde o ensino está voltado praticamente para projetos e edificações, enquanto inexiste qualquer preparo para a construção de habitações populares.

Na verdade, mais do que uma teoria sobre o urbanismo, a construção de habitações populares exigiria uma reviravolta na política econômica, a nível nacional, em novos rumos à indústria da construção e na fabricação de unidades pré-fabricadas.

Mas se os estudantes às vezes pouco conhecem sobre a realidade brasileira, e se passam pela universidade sem o menor incentivo para ampliar os limites de seu quintal, parece até natural, como afirma César Dorfman, do curso de Arquitetura, que "eles se dediquem, futuramente, apenas a projetos de moradias sofisticadas, estimulados pela boa remuneração".

No caso da Medicina, a distância entre o que é ouvido entre as paredes de uma sala de aula e as necessidades reais da maioria dos 110 milhões de brasileiros é, pelo menos, uma preocupação afixada nos cartazes do centro acadêmico: "Somos preparados para um trabalho de assistência curativa, completamente fora das necessidades do povo".

Outro cartaz culpa "os interesses econômicos de certos grupos" pela tendência em esquecer da saúde pública. Na Odontologia, um universitário cursando o sexto semestre insiste em condenar a política nacional de saúde, "excessivamente voltada para a terapia, em detrimento da ação social preventiva".

Com isto, institucionaliza-se o autodidatismo, debatido com freqüência pelos estudantes da Medicina.

Neste tipo de ensino, esclarece o universitário Jorge Tapia, "a gente tem que perguntar: para que serve? Bem, no mínimo a gente sabe para o que ele não serve: pensar as condições da sociedade brasileira. Por isto é que num curso de Ciências Sociais desaparece a figura do Estado, o Poder se confunde com a mera influência e a Política acaba resumida numa questão de entradas e saídas".

Esta alienação do ensino universitário recebe críticas do outro lado, também. Reinaldo Mendes Ribeiro, presidente do Instituto de Desenvolvimento Empresarial do Rio Grande do Sul, afirmou em outubro do ano passado que "no Idergs nós tivemos oportunidade de aplicar testes elementares para seleção de candidatos e os resultados foram calamitosos. A situação chegou a tal ponto que já desistimos de selecionar alguém pelo que sabe".

MEIA-SOLA

Mas estes são problemas que não atingem apenas os cursos de graduação. Os que, após conseguirem o ansiado diploma, buscam o curso de mestrado em Ciências Sociais, saem tão ou mais frustrados.

Inclusive entre os professores os cursos de pós-graduação da UFRGS são conhecidos pelo pouco estimulante apelido de *meia-sola*. O mestrado de Ciências Sociais, por exemplo, não passa de um curso de graduação *reforçado*. "Veja", diz Jorge Tapia, "se alguém aí do mestrado está fazendo, por exemplo, pesquisas sobre política riograndense, procurando enfocar o Rio Grande desde seus densos aspectos sociológicos... Não há nada".

Acontece que mesmo as bibliotecas são relegadas a planos secundaríssimos. "A biblioteca é o laboratório de um curso humanístico" esclarece Rejane Machado Carrion, chefe do Departamento de Filosofia. Mas não funciona na UFRGS. Até o ano passado a biblioteca do curso de Filosofia simplesmente não podia abrir à noite — por motivos certamente tão estranhos como os que impedem a abertura do Diretório Acadêmico da Faculdade de Jornalismo neste horário. As salas de aulas abrem, biblioteca e diretório não.

Os absurdos vão além. Na Faculdade de Direito existe uma biblioteca contendo toda a documentação da Organização das Nações Unidas e de seus diversos órgãos (FAO, Unesco, etc.), em textos redigidos em inglês e em espanhol. Arquivados, ocupam as quatro paredes de uma sala com cerca de 32 metros quadrados.

Consta que quem conseguiu a doação desta biblioteca foi o professor Érico Maciel, titular da cadeira de Direito Público Internacional. Aqui acontece o inusitado: conta Juarez Jover, aluno do nono semestre do Direito, que, alegando não ter bibliotecária, há oito anos o professor mantém fechada a biblioteca. Apenas ele e outro assistente têm a chave da sala, magnificamente equipada com ar condicionado, projetor de slides, gravadores, mesas e cadeiras modernas e confortáveis.

— Há oito anos o assunto "Biblioteca da ONU" era um tabu entre os professores — conta Jover. — E os alunos não sabiam de nada. No ano passado, não sei bem como, alguns ficaram sabendo. Agora em maio, na reunião do Departamento de Direito Internacional e Filosofia do Direito, o representante dos alunos levantou o assunto. Eles (os professores) quase caíram duros. E logo começou a ser passado nas salas de aula um abaixo-assinado, pedindo providências imediatas. Agora, ou a biblioteca fica aberta para os alunos e os outros professores, ou caso vai parar na ONU mesmo.

Eneida Serrano

O velho campus: desconforto, barulho, insatisfações...

"O 477 livra o estudante do pior"

Homero de Só Jobim, um médico com 52 anos de vida universitária, dirige desde 1973 os destinos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É preciso um pouco de paciência para tentar marcar um encontro com ele. Obras do novo campus, movimentações estudantis, tarefas burocráticas, reuniões com chefes de departamentos, comissões de carreira ou pró-reitores, ocupam o tempo marcado em sua agenda mais do que o previsto. De qualquer forma, ele se mostra bem-humorado e não esconde o prazer que sente ao recordar velhos episódios — todos, é claro, ligados à universidade. Aqui, algumas de suas opiniões sobre:

REFORMA UNIVERSITÁRIA — *Acontecem coisas curiosas por aqui. Depois da Reforma, então... Acho que as Comissões de Carreira* (24 órgãos de coordenação didática, constituídos por representantes de departamentos que estabelecem a política global do ensino) *terão que ser constituídas por gente da mesma carreira. Reunir médico, bioquímico, veterinário e farmacêutico pra discutir um mesmo assunto não dá certo. É preciso botar gente que esteja por dentro de um mesmo assunto.*

VERBAS ORÇAMENTÁRIAS — *Ora, elas nunca são suficientes. Mas estão dando. Este ano, a UFRGS recebeu 598 milhões de cruzeiros. Agora, eu acho que a universidade tem que captar recursos da comunidade. O Governo não pode arcar sozinho com tudo. Um país enorme desses, que está se desenvolvendo extraordinariamente, cuja aspiração intelectual da mocidade é cada vez maior — embora exista uma quantidade enorme de motivos que atraem os jovens para fora, motos, cinema, drogas, essas coisas — a motivação intelectual ainda é maior. Este ano, esperamos uns 30 mil candidatos para o vestibular.*

EX-REITOR PAGLIOLI — *No tempo do (Elyseu) Paglioli era tudo diferente. Era um regime ditatorial e ele era amigo do Getúlio. Pra conseguir o que queria era só ir ao Rio levando malas e malas de perdizes que ele mesmo caçava e que o Getúlio — até parece que estou vendo, gordinho, baixinho — degustava com todo o prazer. Hoje, não. A estrutura é muito diferente. Acabou-se o apadrinhamento: as verbas vêm globais e a universidade faz a distribuição.*

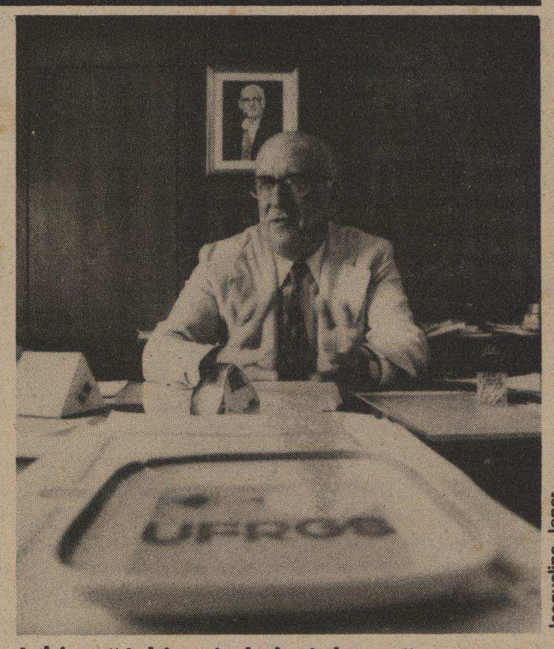
VESTIBULAR — *Ah, o vestibular é um problema. Mas as universidades são obrigadas a fazer. Não dá para receber a massa que quer entrar. Eu acho que uma universidade deve ter no máximo 15 mil alunos. Depois disto, cai o padrão de ensino. O vestibular não é a melhor maneira, mas é a única que existe.*

DESTINO DO ATUAL CAMPUS — *Não é verdade que os prédios da UFRGS já estejam alienados. Acontece o seguinte: para a construção do novo campus, a universidade fez em janeiro de 75 um convênio com o MEC de 462 milhões de cruzeiros, dividido em três parcelas. Com a primeira, o MEC entra; a segunda vai sair através de empréstimos com a Caixa Econômica; e a terceira constaria da alienação dos prédios e bens da UFRGS. Mas isso só vai se ver, certo, no final da construção do campus. Tudo depende de quanto é que ele vai custar.*

ENSINO — *Os empresários têm muita má vontade em relação aos universitários. Outro dia ouvi dizer que eles preferiam contratar alunos da PUC e da Unisinos porque os da UFRGS não tinham tempo. Então, isto significa que o nosso aluno está sendo muito mais exigido no curso... Além do mais, a universidade não prepara profissionais. Isto é bobagem. O aluno sai sabendo estudar, não é mesmo? E só vai adquirir experiência nos primeiros anos de sua profissão. Mas nós estamos querendo resolver também os problemas da empresa. Estamos intensificando os contatos, queremos que o empresário diga o que precisa.*

POLÍTICA NA UNIVERSIDADE — *Desde o meu tempo de estudante eu fiz política. Mas acho que aluno deve fazer política fora da universidade. Por que trazer para cá agitação, confusão, problemas gerais? Isso eles devem fazer na rua. Acho que foi muito sábia a proibição de discutir política nos centros estudantis.*

DECRETO 477 — *O 477 é um decreto que beneficia o estudante, porque o liberta da Lei de Segurança Nacional, muito mais rígida. Eu não gostaria de aplicar, até disse pra turma do DCE, do Daiu: "Façam o possível para que eu não tenha que aplicar". Sim, porque se o reitor não aplica, aplicam nele. Além do mais, esses guris quando saem da universidade já não querem mais saber de política, de agitação, mudam de idéia. Então, por que se arriscar a ficar três anos fora, com o 477, ou entrar na Lei de Segurança Nacional?*



Jacqueline Joner

Jobim: "Arbitrariedadezinhas..."

MOVIMENTO ESTUDANTIL — *O campus de uma universidade não é território livre, mas o que acontece aqui dentro é de competência interna. Foi o que eu combinei com a Polícia, naquele Dia Nacional de Luta* (em maio). *Eles* (a Polícia) *vieram me procurar, dizendo que o trânsito não poderia ser perturbado. Então, eu prometi que eles* (os estudantes) *ficariam só aqui dentro, e não houve problemas. Esses três guris do Direito que foram suspensos durante 15 dias tiveram sorte. O Schneider* (diretor da Faculdade de Direito) *me procurou aflito e teve uma saída muito boa com a suspensão. O que eles tinham escrito nos cartazes era ofensivo. Ninguém pôde provar que a autoria era deles mesmo? Olha, dois confessaram. E às vezes a gente tem que fazer uma arbitrariedadezinha mesmo, para evitar um problema mais sério.*

A indústria da mulher pelada

As quatro maiores vendem 530 mil exemplares por mês, apesar do alto preço. E, além delas, há mais de meia dúzia de outras menores, mas igualmente bem sucedidas. É o boom *da revista de mulher pelada ou, como preferem os editores, o "ciclo masculino"*

Pobre Sandra Barsotti! Depois de ter ascendido à condição de musa sexual brasileira, graças às generosas pornochanchadas onde seu belo corpo substituiu o duvidoso talento artístico, a Barsotti decidiu abdicar do seu reinado. Mas quem disse que seu público deseja tal mudança? Atualmente morando em São Paulo, Sandra Barsotti deve compartilhar seus pensamentos com uma atroz dúvida existencial. Pois freqüentemente o telefone toca para lembrar-lhe que "aquele proposta está de pé". Mas Sandra tem resistido com galhardia e responde à revista Lui que absolutamente o Fiat que lhe oferecem para despir-se nas páginas da publicação não lhe interessa.

Há quem diga, maldosamente, que Sandra está esperando uma proposta melhor. Afinal, comparam, a Sandra Bréa não cobrou Cr$ 120 mil por um poster e algumas poses para mesma Lui? E a filha do ministro da Saúde, Ana Maria do Nascimento e Silva, atriz de televisão no Rio de Janeiro, não ganhou Cr$ 65 mil por duas matérias e um comercial na revista Status? E, enfim, Vera Fischer não trocava a cota mínima de Cr$ 40 mil para brindar leitores ávidos com as partes pudibundas de sua anatomia? Quem poderia condenar Barsotti por almejar mais do que um Fiat?

Certamente não os compradores dos 700 mil exemplares das ditas revistas masculinas — que atualmente infestam o mercado nacional, testemunhando um verdadeiro *boom* editorial — que se dedicam ao assunto. Trata-se, segundo os entendidos no tema, de um mercado inesgotável de rendas. Somente as quatro maiores revistas do gênero vendem 530 mil exemplares mensais assim divididos: Status, 170 mil; Lui, 110 mil; Homem, 180 mil; e Ele, 170 mil. E seus anunciantes, para alçarem ao privilégio de aparecer nas mesmas páginas que as estrelíssimas, podem ter que pagar Cr$ 78 mil por um anúncio a cores de página inteira. Ou Cr$ 53 mil pelo mesmo espaço em preto e branco, na Status.

É esta revista, aliás, considerada a pioneira na arte de satisfazer os olhos do homem brasileiro ao surgir em agosto de 1974. De quebra trazia uma leitura agradável e amena para complementar os momentos de prazer do leitor. A nova fórmula, que de original só tinha os modelos nacionais e literatura brasileira — pois Hugh Heffner, da Playboy americana, há muito já explorava o veio dourado — começou a dar certo e outras editoras aventuraram-se no mesmo caminho.

Pedro Jack Kapeller, um dos diretores da Bloch, chegou a ser acometido de um incontrolável contágio e demitiu toda a equipe da revista Ele & Ela. Até então uma publicação pretenciosa, metida a dar conselhos psicológicos a casais, a revista passou a ostentar uma atitude mais agressiva na sua finalidade de "dedicar-se ao prazer e à informação do homem". Credite-se esta transformação a Pedro Jack Kapeller, que num acesso de fúria, no dia em que despediu a equipe, teve a genialidade de definir a nova linha editorial com incrível e rude sabedoria:

— O leitor terá que ter vontade de olhar para a mulher na revista e sair correndo para o banheiro.

Encerrado em uma sala com um dos redatores impunes à vassourada porque Kapeller vislumbrou em seu ar de fauno eternamente insatisfeito um promissor futuro na nova publicação, o diretor da Bloch começou a pôr em execução suas idéias. "Agora nós faremos uma revista capaz de excitar a imaginação até dos leitores menos ligados a sexo". O logotipo da edição seguinte também foi alterado e a palavra *Ele,* em corpo bem maior, praticamente tomou conta da capa enquanto para a *Ela* sobrou um pequeno recanto.

Nem por isso, no entanto, a revista perdeu a fama de ser a mais sovina das publicações masculinas do país, no pagamento de seus modelos, cujos cachês médios não ultrapassam os Cr$ 3 mil. A não ser em casos especiais quando os modelos já atingiram um relativo estrelato nacional. Vera Gimenez, exemplifique-se, já embolsou Cr$ 5 mil dos Bloch para agradar aos leitores da revista.

Mas que não se pense na mencionada empresa como um parâmetro. A Editora Abril pode pagar de Cr$ 7 mil a Cr$ 8 mil por trabalho, variável de um a três dias, para as mulheres desconhecidas. As modelos com uma pequena dose de fama podem receber uma média de Cr$ 10 mil, enquanto as estrelas de renome nacional têm base numa tabela de Cr$ 15 mil a 25 mil. A atriz Regina Duarte, dona de um cândido sorriso que lhe deu, através de telenovelas, o título de namoradinha do Brasil, quando soube desta tabela rapidamente abandonou a singela imagem para posar semi-despida, na revista Homem, mostrando sua "outra face".

Naturalmente atingir as páginas destas revistas não é uma glória concedida a todas as mortais. A produtora da revista Ele, Vanda Carillo, exerce uma função específica que barra as pretensões de muitas candidatas. Todas as fotografáveis que aterrissam na Bloch são carregadas por Vanda a um banheiro para um rigoroso exame. Basta ter estrias, celulite, peitos caídos, mãos ou pés feios para ser despojada de sua ambição. Há exceções, é claro, como aconteceu com a famosa alemãzinha Gabriele, que por ter seu nome ligado ao crime de Búzios (envolvendo o colunável Doca Street e a pantera Ângela Diniz) apareceu na revista com celulite e tudo.

Mas candidatas não faltam. Visitas como a que o diretor da Lui, Ignácio de Loyola Brandão, recebeu recentemente de uma senhora de 45 anos, disposta a despojar-se do sóbrio tailler que vestia para ser fotografada, não são exatamente comuns. Tampouco não é todo dia que o conhecido ator e compositor Carlos Imperial invade a redação da Ele apresentando sua namorada e em seguida ordenando-lhe "mostre-lhes os predicados", enquanto, tomando a iniciativa, ele mesmo abre a blusa, toma-lhe os seios nas mãos e indaga: "Já viram coisa assim antes?"

Para se ter uma idéia ainda mais detalhada destas ambições é bom conhecer-se um episódio que envolveu Sargentelli, o das mulatas. Quando era redator da Ele, Luiz Carlos Cabral combinou com Sargentelli o aproveitamento de uma de suas mulatas para a capa da revista. Logo que Cabral chegou à boate Ziriguidum foi levado por um ansioso Sargentelli aos camarins. Lá Sargentelli apontou-lhe uma moça. "É filha de alemão com baiano". Mandando a moça despir-se para ser examinada completou a apresentação. "Chama-se Adele Fátima, é minha nora".

Diariamente incontáveis cartas são recebidas nas redações destas revistas em que variadas signatárias imploram uma chance de mostrar suas qualidades — não faltando, entre os remetentes, travestis e adolescentes que argumentam que na Europa e nos Estados Unidos "as ninfetas estão na moda". As mais comuns se fazem acompanhar por fotos pretenciosamente glamurosas como a que Hyllzethe ("este é meu nome artístico") enviou a Cabral no ano passado. Com uma flor nos cabelos em posição reclinada, numa foto, de óculos e blusa amarrada entre os seios, em outra, Hyllzethe escrevia: "Espero que por estas fotos dá para saber se dá para mim ser alguma coisa. Mande logo a resposta pois estou ansiosa para saber alguma coisa, pois em breve desejo ser uma atriz famosa. Aqui em Bom Jesus da Lapa muitas pessoas me chamam de louca, mas sei que tudo isto é inveja. Tenho muita paciência e nunca perco a fé. Vou lutar até conseguir o que mais quero".

Sandra Bréa

Status

Bruna Lombardi

Veja

Vera Fischer, ex-miss Brasil posou por 40 mil. Sandra Bréa, a estrelíssima da TV Globo, alcançou 120 mil. Mas Bruna Lombardi, a modelo mais famosa do país, resiste a qualquer proposta

Vera Fischer

Status

Com estes desejos, mensalmente, de 10 a 15 moçoilas aparecem nas redações das revistas pedindo para serem fotografadas. Em média possuem 20 anos e simplesmente leram o expediente da revista localizando o nome do diretor de arte, a quem pedem logo para falar. Em número também expressivo, aportam as que são mandadas por agências de publicidade e que são geralmente estrelinhas de comerciais da televisão, ou são chacretes, silvetes.

O grande caudal provém das pornochanchadas mesmo. Geralmente depois de dois ou três filmes elas descobrem que não resta mais nada a fazer e que posar sem roupa para as revistas outorga-lhes prestígio nacional. Há, mas são raros, os casos de mães que levam as filhas para serem fotografadas como uma forma de aumentar o capital familiar.

Diante de fatos dessa natureza, diz Loyola Brandão comovido, é preciso muita delicadeza para não ferir o ser humano que está ali se expondo. Paciente e experiente, Loyola costuma anotar gentilmente o telefone ou o endereço da candidata. E promete chamar um dia se for preciso. Existem as que ficam esperando eternamente o mágico tilintar do telefone abrindo-lhe as portas da fama e da fortuna.

Enquanto Hyllzethe continua esperando uma oportunidade e a modelo, atriz e poetisa Bruna Lombardi nega-se terminantemente a desfazer-se da imagem de modelo intelectualizada só consentindo em posar de maiô, as revistas vão faturando os leitores interessados. Vendidas por Cr$ 30,00 em média, para as classes B e A, segundo as pesquisas, são surpreendentemente as mulheres seu público mais fiel, embora superando o leitor masculino por pequena margem. As pesquisas dizem também que a maioria desse tipo de leitor compra mais de uma revista — o que torna o mercado particularmente tentador. Basta atentar que o surgimento subseqüente de cada uma delas não atrapalhou a tiragem das demais.

Ainda assim, nem este tipo de publicação escapa às tradicionais investidas da censura sobre a imprensa. Mensalmente, seus editores são encarregados de enviar todo o material — já em fotolito — para o setor competente em Brasília. Lá um cidadão autorizado por seus conceitos morais se responsabilizará pelo julgamento do que é bom ou do que não serve para os olhos dos brasileiros. Existe uma ordem expressa: nada que sugira o orgasmo pode ser publicado. Donde o ilustre cidadão deverá ter um profundo conhecimento cromossomático do que vem a ser uma sugestão para o orgasmo. Sabe-se, pelo que tem sido proibido, que os dois seios de uma mulher, a menos que apareçam enfumaçados na fotografia, estão sujeitos a esta classificação.

As próprias mãos das modelos, sugerindo algum gesto obsceno, ou qualquer vestígio de pelo (ou algo que possa parecer pelo, por efeito de sombra na fotografia), receberão o veto dos censores do Planalto. Nem sempre, é claro, com satisfação. Há censores que confessam constrangidos aos diretores das revistas que até gostam de algumas fotos mas que, infelizmente, depois da publicação são obrigados a ouvir acusações de serem pornográficos, desferidas via telefone por esposas de ministros, de generais, quando não são os próprios.

Mas na verdade não existem critérios ortodoxos, asseguram os editores das publicações. Assim, nem sempre são executadas as proibições de não publicar as *rosáceas*, ou seja, o bico dos seios. Em outras ocasiões, a mulher fotografada não pode aparecer na horizontal, pois insinua a tradicional posição do coito. Deve estar em plano inclinado, exigem os censores. Outras vezes a única visão permitida é uma nádega. Enfim, depende das circunstâncias do humor do censor. Como revela Cabral: "Às vezes negocia-se centímetros de coxa".

Expressamente proibida é a aparição do órgão sexual feminino ou de um casal de mulheres nuas. A fotógrafa Márcia Ramalho, uma das únicas mulheres que fotografam nus no país, conta que no ano passado bolou uma historinha de amor entre duas mulheres para a revista Ele, devidamente censurada em Brasília. "Uma indecência", sentenciaram, aparentemente esquecidos de que este novo expediente, a historinha, bastante usado nos Estados Unidos e na Europa, havia sido lançado pela própria Ramalho, que contou o romance entre dois adolescentes na represa Billings, de São Paulo.

Queixa-se Cabral de que os prejuízos mensais com a censura "nunca ficam abaixo de Cr$ 30 mil, pois eles exigem o material já em forma de impressão. E com um não dos homens lá de cima fica tudo inutilizado". É um dos ossos do ofício dessas revistas que na opinião de Cabral, aliás citando Hugh Heffner, vendem porque "mostram nua a mulher do prédio vizinho". Diz ainda Cabral, tentando uma explicação para o bom negócio que representa esta cabocla indústria das mulheres peladas, que as fotos eróticas significam um sonho não totalmente impossível de ser concretizado, entre os sonhos íntimos e reprimidos do homem e da mulher brasileiros, para os quais o sexo é, ainda, um tabu.

Para reforçar essa idéia Cabral cita o exemplo do executivo que num vôo doméstico folheia a revista avidamente, mas que ao ser interrogado menciona apressadamente um artigo do Paulo Francis. "Ele, os Rubem Braga, os Ferreira Gullar e outros intelectuais da vida estão nas revistas apenas para dar ao comprador uma desculpa de que não está comprando só nus, que também se interessa por cultura."

Diga-se de passagem que a questão não está em simplesmente preferir as nádegas de Sandra Bréa aos poemas de Ferreira Gullar. Ou vice-versa, conforme a publicação. Mas exatamente em unir os dois interesses em uma única publicação ou em diferentes revistas da mesma editora. Pois quando se fala neste assunto é preciso considerar que as maiores empresas editoriais do país estão metidas na jogada, promovendo uma verdadeira indústria de mulher pelada.

Basta citar a Editora Abril, proprietária da revista semanal de informações Veja, a de maior vendagem na categoria, que abocanha parte do bolo desta indústria com a sua erótica Homem. Da mesma forma a Editora Três, ligada à semanária Isto É, disputa o mercado das revistas masculinas com duas publicações, a Status e a Lui, esta lançada há cinco meses, para também saborear uma generosa fatia do petisco. Que, esclareça-se, não está de todo esgotado, pois a Editora Codecri, responsável pelo Pasquim, já está prometendo, através do jornalista Tarso de Castro, ingressar neste desejável mercado com as melhores mulheres peladas do país.

O POVO NO FANTÁSTICO

LUÍS FERNANDO VERÍSSIMO

— Como é o seu nome?

— Vardir.

— O que que o senhor faz?

— Sou assistente de ajudante de servente de pedreiro.

— Quanto é que o senhor ganha por mês?

— Olhe, do jeito que está, eu não ganho, eu perco por mês.

— Quem é Isaac Karabitchevsky?

— A senhora vai me adescurpá, mas ...

— Mas?

— A senhora pode dar risada, mas...

— Sim?

— Pra mim ele é o Herbert von Karajan brasileiro. E até não sei se nos modernos não é melhor.

— Muito obrigado, seu Valdir.

— Valdir, não. Vardir.

Uma entrevista destas, sim, seria surpreendente. O que não dá para entender é o barulho que estão fazendo com a constatação de que o povo brasileiro é mal informado, culturalmente depravado e ainda gagueja no microfone. Esperavam o quê?

— Seu nome?

— Miguelina de Jesus.

— Profissão?

— Profi o quê?

— Onde é que a senhora mora?

— Morá?

— O que a senhora acha dos moder...

— Tem uma esmolinha?

— Depois. O que a senhora acha dos modernistas?

— Sempre tive uma certa preferência pelo Mário de Andrade. Sem desmerecer os outros, é claro.

— Obrigado.

— E a esmolinha?

A nossa juventude — é espantoso! — apesar dos esforços oficiais para que participe politicamente, debata idéias e se faça ouvir, não parece estar muito disposta.

— Diga o nome de um mineiro, conhecido banqueiro, senador da República, careca, e que quer ser presidente.

— Pô, cara. Assim, não. Me dá uma pista.

— Um dos nomes é Magalhães. E o outro?

— Ioná?

— O que você acha do modelo brasileiro?

— Que marca e que ano?

— O que você acha do Falcão?

— Joga um bolão.

— Não, o ministro da Justiça...

— Esse eu nunca vi jogar.

Entrevistas deste tipo despertam muita indignação nas pessoas. Como naquele político que vê nelas uma prova do despreparo do povo para as eleições diretas.

— O senhor acha, então, que o povo não teria condições de escolher seus próprios governantes, conscientemente?

— É evidente que não. A não ser que os candidatos fossem artistas de novela.

— A que o senhor atribui a pouca informação do povo?

— O povo é burro, preguiçoso e não quer aprender. O povo é safado, sem-vergonha e relapso. Mas no fundo o povo é bom. Só não pode votar.

— O senhor responderia a uma enquete como a que foi feita ao povo?

— É natural.

— Quanto está o quilo do feijão?

— O quê?

— Qual é o preço do feijão?

— Não tenho a menor idéia.

— E da carne de segunda?

— Não sei, nem me interessa.

— Quantas horas de trabalho são necessárias para...

— Espere aí. A enquete que fizeram ao povo foi de conhecimentos gerais. Me pergunte, por exemplo, quem escreveu *O Guarani.*

— Quem escreveu *O Guarani*?

— Iracema de Alencar.

Não deve ter havido má fé na montagem da enquete feita pela TV. Mas a produção certamente deu preferência para certos tipos de resposta.

— Quem foi Portinari?

— Quem?

— Portinari.

— Como se escreve?

— Pê, ó, erre, tê, i, ene, a, erre, i.

— Não adiantou. Eu não sei escrever.

Algumas perguntas não foram feitas.

— O que é democracia?

— Conheço de ouvir falar, mas...

— Se o senhor pudesse pedir qualquer coisa diretamente para o presidente, o que pediria?

A resposta para esta pergunta talvez não fosse brilhante ou muito bem articulada, mas seria eloqüente.

Como seria uma enquete parecida feita entre a classe dirigente? Ouçamos um tecnocrata.

— Quem é...

— Não adianta me perguntar nada sobre figuras ou fatos atuais. Não leio jornais. Não são de confiança. Metade porque é contra tudo e metade porque é a favor de tudo. Não vejo televisão. No rádio, só ouço a previsão do tempo. Que, aliás, está sempre errada.

— Mas como é que o senhor se informa...

— Eu já sei de tudo. Não preciso de informações. Os fatos só atrapalham. A teoria, sim, é imutável, perfeita e eterna.

— E quando os fatos desmentem a teoria?

— Devem ser exemplarmente reprimidos, para que o fato não se repita. Imagine se os fatos passassem a contrariar a teoria oficial, impunemente. Seria o caos. Os fatos que insistem em contestar a teoria devem ser energicamente enquadrados. E não vá agora a Oposição invocar os direitos humanos dos fatos!

— Já que o senhor não pode responder sobre fatos...

— Me pergunte sobre teoria.

— Como o governo está combatendo a inflação, teoricamente?

— Usamos o método monetarista-gradualista-otimista, de eficácia comprovada. Pela teoria, a inflação já está controlada e baixará a zero ainda este ano.

— Mas o fato é que...

— Já disse que sobre fatos eu não respondo! Não são da minha área. São subversivos e, portanto, da competência da segurança nacional.

— Quem é o autor do *Guarani?*

— Bem, teoricamente...

Quer dizer, pegar gente na rua para expor ao ridículo é muito fácil. E muito conveniente. Mas ninguém escapa de uma enquete mal-intencionada.